

juventude: tempo presente ou tempo futuro?

**dilemas em propostas
de políticas de juventudes**

juventude: tempo presente ou tempo futuro?

Mary Garcia Castro

Miriam Abramovay

Alessandro De Leon

dilemas em propostas de políticas de juventudes



Conselho Nacional
de Juventude

Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República



Caro leitor,

É com imensa satisfação que apresentamos o livro *Juventude: tempo presente ou tempo futuro?*, resultado de um rico e intenso processo de troca de conhecimento entre as diversas organizações envolvidas em sua elaboração, edição e distribuição. Acreditamos que ele ajudará no reconhecimento da relevância do papel estratégico da juventude na conquista de melhores condições de vida para todos. Hoje e para as próximas gerações.

A publicação tem origem em um extenso relatório, elaborado por duas reconhecidas especialistas sobre a causa da juventude brasileira. MARY GARCIA CASTRO é professora da Universidade Católica de Salvador e PhD em Sociologia. É pesquisadora do CNPq, coordenando o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identities e Cidadania (NPEJI), e bolsista da Fapesb. MIRIAM ABRAMO-VAY é socióloga, pesquisadora, coordenadora da pesquisa Convivência Escolar e Violências nas Escolas da Ritla (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana), doutoranda da Universidade René Descartes-Sorbonne – Paris V – França, colaboradora do NEIJ (Núcleo de Estudos da Infância e Juventude) da UnB (Universidade de Brasília) e acumula ainda os cargos de secretária executiva do Observatório Ibero-americano de Violências nas Escolas e diretora de pesquisa do Instituto de Estudios Avanzados para las Américas (Ineam), que pertence à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ambas participaram da primeira gestão do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), na qualidade de profundas conhecedoras do tema. Neste trabalho, contaram com a colaboração de ALESSANDRO LUTFY PONCE DE LEON, professor e reitor da Universidade da Juventude.

Esperamos que o conteúdo apresentado contribua para ampliar seu repertório sobre a situação das juventudes em nosso país e no mundo, e que seja uma referência útil.

Aproveite a leitura!

juventude:
tempo presente
ou tempo futuro?



Conselho Nacional
de Juventude

Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República



juventude: tempo presente ou tempo futuro?

dilemas em propostas de políticas de juventudes

São Paulo
2007

Presidente

Denise Aguiar – Fundação Bradesco

Conselheiros

Ana Toni – Fundação Ford

Evelyn Ioschpe – Fundação Ioschpe

Hugo Barreto – Fundação Roberto Marinho

José Paulo Soares Martins – Instituto Gerdau

Luís Paulo Montenegro – IBOPE / Instituto Paulo Montenegro

Maurício Medeiros – Fundação Odebrecht

Miguel Kringsner – O Boticário / Fundação O Boticário e Instituto O Boticário

Olíntia Cardoso – Fundação Vale do Rio Doce

Sergio Amoroso – Grupo Orsa / Fundação Orsa

Sergio Mindlin – Fundação Telefônica

Valdemar de Oliveira Neto – Fundação Avina

Conselho Fiscal

Laura Oltramare – Banco ABN Amro Real S.A.

Liu Fat Kam – Fundação Romi

Reginaldo José Camilo – Fundação Itaú Social / Instituto Itaú Cultural

Sílvia Antonia Moraes – Instituto Hedging-Griffo

Newton Freitas – Instituto Cultural Oboé

Secretário-geral

Fernando Rossetti

JUVENTUDE: TEMPO PRESENTE OU TEMPO FUTURO?

Concepção

GAJ – Grupo de Afinidade em Juventude GIFE

Supervisão geral

Cinthia Sento Sé

Coordenação editorial

Claudia Candido

Pesquisa e redação

Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Alessandro de Leon

Preparação de texto e revisão

Fabiana Pereira e Márcia Bechara

Apoio

Instituto Unibanco

Edição e projeto gráfico

Edições Jogo de Amarelinha / aeroestúdio

Impressão

Arvato do Brasil Gráfica

ISBN: 978-85-88462-12-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Elaboração: Claudia Regina Candido – CRB 8/4822)

J 97 Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes / Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay, Alessandro de Leon. – São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

189 p.

Inclui: Debates do Seminário “Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes” realizado em Brasília, em 1º de agosto de 2007
Referências bibliográficas
Sites úteis

ISBN: 978-85-88462-12-0

1. Juventude – Políticas públicas 2. Castro, Mary Garcia 3. Abramovay, Miriam 4. De Leon, Alessandro 5. Políticas públicas – Brasil I. Título II. Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas – Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) III. Relatório de desenvolvimento mundial 2007 – Banco Mundial

CDD – 305.23

Índice para catálogo sistemático:

1. Juventude : Políticas Públicas 305.23



GIFE

Sumário

Prefácio **7**

Apresentação **9**

Introdução **11**

Políticas para a juventude **17**

1. Políticas para quem e para o quê **19**

2. Políticas de juventudes **35**

3. Educação **53**

4. Trabalho **67**

5. Cultura **87**

6. Qualidade de vida e crescimento saudável **91**

7. Formação de família **101**

8. Juventude e territorialidade **107**

9. Diversidade, vida segura e direitos humanos **113**

10. Participação **129**

11. Novas tecnologias **141**

12. Migrações internacionais **147**

O debate **153**

Referências bibliográficas **181**

Sites úteis **183**

Prefácio

7

Esta publicação é oportuna e muito bem-vinda. Graças à iniciativa do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e da Fundação Avina, organizações que contam com o empenho profissional e pessoal de Fernando Rossetti e Neylar Lins, podemos contar com mais um importante subsídio para alimentar as discussões que, pelo Brasil afora, estão se realizando nestes meses que antecedem a Conferência Nacional de Juventude, prevista para março de 2008.

O ponto de partida é a análise de dois documentos recentes, a saber: *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*, produzido pelo Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), e *Relatório de desenvolvimento mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração*, assinado pelo Banco Mundial. Coloca-se aqui à disposição do debate público uma análise comparativa dos dois documentos – elaborada por meio da consultoria de Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Alessandro de Leon – e, também, as contribuições dos participantes do seminário *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes*. Ocorrido em 1.º de agosto de 2007, em Brasília, esse seminário contou com o apoio de vários parceiros governamentais e não-governamentais e ainda com uma diversificada participação de jovens e de representantes de instituições que trabalham com jovens.

Cabe salientar que os dois documentos analisados são diferentes em termos de escopo geográfico, natureza e finalidade. O Banco Mundial, que atua em 180 países, refere-se, neste documento, a experiências vivenciadas em vários países. O Conjuve se circunscreve ao Brasil. O Banco Mundial define-se como fonte de assis-

tência ao desenvolvimento global, com foco em emergências humanitárias e na redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. O Conjuve é um espaço de interlocução entre Estado e sociedade civil e está voltado especificamente para a construção de políticas públicas de juventudes no Brasil. Desta maneira, compará-los exige cuidado em relação à contextualização e delicadeza metodológica. No entanto, em um tempo de globalização excludente, os dois documentos evidenciam que as urgências da questão juvenil escapam ao nível das decisões estritamente nacionais. Ou seja, para além das especificidades locais, os jovens de hoje sofrem os efeitos negativos das rápidas mudanças econômicas e tecnológicas que não se restringem isoladamente ao controle democrático de seu país.

Assim sendo, no cenário mundial e nacional, idéias e práticas circulam por espaços diferenciados e são total ou parcialmente absorvidas por diferentes atores, conformando, assim, o campo específico políticas públicas de juventudes. Neste novo contexto, concepções e palavras-chave desempenharão um papel ativo para o nascimento de novas percepções em torno dos direitos da juventude, com suas desigualdades e diversidades. O que, sem dúvida, aumenta a importância de saudáveis confrontos de idéias e de experiências, e da explicitação de pontos de vista semelhantes e diferentes.

No Brasil, no momento atual, em que se busca fixar diretrizes orientadoras que levem à consolidação de uma política nacional de juventudes, a despeito dos avanços que se fazem notar, o principal desafio é fazer com que diminuam os hiatos entre as demandas dos jovens e a capacidade de respostas por parte da sociedade e dos poderes públicos. Isso, certamente, pressupõe garantir maior efetividade aos programas e ações governamentais voltados para a juventude. Mas, também, pressupõe articular e potencializar as contribuições de distintos atores, tais como empresas, sindicatos, redes, igrejas, movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa. Sem minimizar o papel do Estado e dos governos, é indispensável que a própria sociedade civil brasileira – valorizando sua pluralidade – tome em suas mãos uma parte substantiva dessa tarefa. Esta é, do meu ponto de vista, a melhor aposta deste livro.

Regina Novaes
antropóloga, ex-presidente do Conjuve

Apresentação

9

Esta publicação traz à luz não apenas conceitos e dados estatísticos que pontuam a trajetória da juventude brasileira, latino-americana e mundial, mas também, e principalmente, procura discutir os rumos dessa trajetória e colaborar com o leitor, para que ele participe do debate da “agenda jovem” e atue nas questões que se impõem.

O documento-base que compõe esta publicação revisita criticamente os parâmetros utilizados pelo Banco Mundial e pelo Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) em dois diferentes relatórios que norteiam a discussão sobre políticas relacionadas a jovens. Ele foi elaborado pelos professores, pesquisadores e consultores em políticas públicas Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Alessandro de Leon, a convite do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e da Fundação Avina para o seminário *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes*, ocorrido em 1.º de agosto de 2007, em Brasília, com o apoio da Secretaria Nacional de Juventude.

Qual é o rosto dessa juventude? Quais os seus desejos? Seus sonhos? O que os aguarda em termos de espaço público e privado, de expansão do conhecimento e de perspectivas de realização e melhora de qualidade de vida? Não se trata de território fácil de ser delimitado, e as fronteiras conceituais e reais muitas vezes se sobrepõem e se complementam. No entanto, a investigação dedicada de tais possibilidades torna-se parte intrínseca do exercício e da construção da cidadania do presente e do futuro.

De acordo com dados do Censo GIFE 2005/2006 – levantamento realizado em sua rede de associados –, a faixa etária que mais recebe investimento social privado

dos associados ao grupo é dos 15 aos 24 anos. Para Fernando Rossetti, secretário-geral da organização, a questão da juventude é bastante complexa, e seus desafios demandam articulações intersetoriais. “Por tudo isso, para nós é absolutamente crucial desenvolver diálogos que levem a uma visão compartilhada entre os diversos setores da sociedade sobre a questão da juventude e, principalmente, resultem em ações alinhadas que acelerem o acesso dos jovens a direitos e oportunidades.”

Representante da Fundação Avina no Nordeste, Neylar Lins afirma que o tema das políticas públicas de juventudes é relativamente recente em todo o mundo e avalia que tanto o estudo como a realização do seminário possibilitaram não só uma análise comparativa entre o Brasil e outros países, como também o estreitamento do diálogo entre o setor privado e o governo, especialmente com relação à educação e ao trabalho dos jovens. “Temos necessidade de diálogo, de ampliar o debate e reduzir as distâncias entre governo, sociedade civil e iniciativa privada.”

Assim, o GIFE e seu Grupo de Afinidade em Juventude (GAJ), a Fundação Avina, o Instituto Unibanco e a Secretaria Nacional de Juventude, imbuídos do compromisso de contribuir com esse campo de estudo, dão cumprimento a sua missão de responsabilidade social ao promoverem a elaboração desta publicação, considerando a emergência da área de políticas públicas para juventudes no Brasil.

Essas organizações convidam você a participar deste debate e a perguntar à juventude – o sujeito legítimo dessas discussões –, à maneira provocativa dos roqueiros brasileiros do grupo Titãs, exímios interlocutores das grandes platéias jovens: “Você tem fome de quê? Você tem sede de quê?”.

Então, boa leitura!

Introdução

O conteúdo das páginas a seguir é resultado de um trabalho construído a partir de dois momentos complementares, a saber: a elaboração do documento-base *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes*, que norteou as discussões do seminário realizado em Brasília, em 1.º de agosto de 2007, e o resumo textual do debate ocorrido no mesmo encontro, que contou com a participação de integrantes do governo e da sociedade civil.

Ao longo deste trabalho, o leitor encontrará dois importantes recortes conceituais que serviram de ponto de partida para o exercício de comparação e as reflexões das sociólogas e pesquisadoras Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay e do advogado e consultor Alessandro de Leon: as definições de juventude e os contextos afins fornecidos pelo Banco Mundial no seu *Relatório de desenvolvimento mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração*, e pelo Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), no documento *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*, de 2006.

Banco Mundial Fundado em 1994 no estado de New Hampshire, Estados Unidos, o Banco Mundial tem uma trajetória significativa como fonte de assistência ao desenvolvimento global, tendo inicialmente ajudado a reconstruir a Europa arrasada pelo pós-guerra. Seu trabalho continua com foco em emergências humanitárias e em necessidades de reabilitação pós-conflitos, além da recuperação em desastres naturais, embora atualmente a principal meta de trabalho do Banco Mundial, a partir de agora também designado aqui como BM, seja a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento.

Conjuve O Conselho Nacional da Juventude é, por sua vez, um órgão de caráter consultivo, criado no Brasil em fevereiro de 2005, que prevê a participação de 20 conselheiros representantes do poder público e 40 da sociedade civil. Seus principais objetivos são assessorar a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) para a formulação de diretrizes pelos governos, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil, e, sobretudo, contribuir para assegurar que a política nacional de juventude do governo federal seja conduzida por meio dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

Cenário Ao longo das últimas décadas, o tema juventude vem se tornando foco de atenção dos governos, de organizações internacionais e de estudiosos de diversos campos, tanto no Brasil como em outros países. Aqui, o assunto vem progressivamente atraindo investimentos, tanto em estudos e elaboração de políticas e programas, como em outras estruturas, como montagem de organismos governamentais (a Secretaria Nacional de Juventude e o Conjuve, entre outras), e construção de redes, sejam elas na sociedade civil ou amparadas por investimento do setor privado.

Lamentavelmente, são fontes freqüentes de preocupação com a juventude os dados que demonstram o envolvimento de jovens em violência; o desemprego; o abandono; o baixo desempenho escolar; a propagação das DSTs/aids; a gravidez sem amparo; o consumo de drogas; e as carências quanto à participação e às possibilidades de exercício da cidadania. Além disso, as exclusões de várias das oportunidades de lazer e de formação cultural e política, assim como a baixa qualidade dos serviços públicos, particularmente da escola, confirmam um triste prognóstico socioparticipativo para a juventude brasileira.

A impressão é de um poço sem fundo: se, por um lado, há investimentos em formação de capital cultural, montagem de programas e engrenagens político-institucionais sobre e para os jovens e gastos de recursos privados e públicos, por outro, o que se vê é um crescente aumento de notícias sobre violência envolvendo jovens, desemprego e exclusões várias ou inclusões perversas para os jovens e para a sociedade em geral.

Ao mesmo tempo, multiplicam-se ações e programas variados e com alcance diverso em termos de números de jovens neles incluídos. Contudo, tem-se como hipótese (que não necessariamente faz parte do escopo desta proposta) que os enfoques e a formatação de vários desses programas são problemáticos quanto à sua eficácia em médio e longo prazos. Por exemplo: em muitos programas que focalizam

qualificação e incluem informática, tanto o currículo como a extensão deixam a desejar, não necessariamente colaborando para uma inclusão digital mais sólida, nem para o exercício da criatividade, e tampouco para a mobilidade no mercado de trabalho. Esses programas apresentam eficácia e eficiência discutíveis, para não mencionar a orientação a varejo de muitos deles, beneficiando pouquíssimos jovens.

Investigação e reflexão É consenso entre estudiosos que faltam avaliações dos vários projetos em andamento e mais reflexão sobre o que vem dando certo e o que conta com eficácia relativa. Ainda que avaliações não sejam propostas no âmbito deste trabalho, a sistematização de documentos básicos nacionais e internacionais pode colaborar com parâmetros para tal empreendimento no futuro.

Note-se ainda que as esparsas avaliações de projetos no Brasil baseiam-se em percepções de jovens. Essas avaliações reconhecem a identidade de sujeito ativo, ator do/em desenvolvimento, mas não são questionados, contudo, os parâmetros utilizados para construir essas percepções.

Dessa forma, além de discutir os parâmetros de políticas, este trabalho também tem a finalidade didática de formação em políticas de juventudes, inclusive para o conhecimento e a discussão de experiências como as que se dão no plano das parcerias público-privadas. De fato, o relatório do Banco Mundial, um dos eixos deste estudo, fornece um rico portfólio de experiências no campo de políticas de juventudes.

Organismos internacionais, como o próprio Banco Mundial em seu relatório, e vários estudiosos nacionais (como Novaes, Castro, Abramovay, Abramo, Sposito, Camarano, Madeira, Heilborn e Carrano) alertam sobre a importância de trabalhar a juventude conjugando-se o singular e o plural – o comum e a diversidade de grupos juvenis, simultaneamente.

Tais autores enfatizam a importância de enfoque sobre:

- transições (Banco Mundial, 2007; Camarano et al., 2006);
- identificação de etapas estratégicas, recorrendo-se, por exemplo, à idéia de que as políticas públicas precisam ter “lente juvenil”, ou seja, preocupar-se com o que é deixado aos jovens como uma geração (Banco Mundial, 2007);
- ciclos de vida e enfoque geracional/juvenil (Castro, 2004). Trata-se de discussão sobre o que é próprio da juventude, como estudar, formar-se criticamente e ter linguagens que afirmam interesse cultural e por lazer e busca por autonomia. Outro enfoque a ser considerado é a ligação entre dimensões como trabalho, estudo e cultura, ou a avaliação de efeitos cascata de

intervenções políticas em uma área específica sobre outras, considerando nexos entre distintas dimensões, e a identificação de pontos estratégicos de intervenção (Abramovay e Castro, em várias pesquisas publicadas pela Unesco até 2006, e particularmente em Abramovay e Castro, 2004).

Nota-se também que, em vários documentos recentes de políticas para a juventude (Projovem, Prouni, Primeiro Emprego/Consórcio Social da Juventude, Segundo Tempo), assim como na produção do Conjuve, no Plano Nacional de Juventude, entre outros, é comum serem destacados conceitos do léxico de uma cidadania ativa, como participação, exercício do controle social e jovens como atores do desenvolvimento.

Contudo, a operacionalização desses conceitos e sua factibilidade ainda têm sido pouco elaboradas, em termos de informações, recursos e capital cultural dos jovens. Mas, como a cidadania ativa requer conhecimento de alternativas e modelos de políticas, é importante indicar um leque com várias opções de políticas para a juventude por meio de estudos comparativos e sistematizadores.

Não se pretende, aqui, solucionar e preencher várias lacunas, mas colaborar com as redes de intercâmbio e com o aumento da divulgação de experiências bem-sucedidas, internacionais e nacionais, além de focalizar pontos estratégicos que colaborem melhor para a eficiência de vontades políticas do setor empresarial e da sociedade civil em geral – particularmente, organizações juvenis – quando se fazem reflexões sobre as políticas nacionais.

Desse modo, os autores têm por objetivo, pela análise comparativa, ou seja, com uma leitura por análise de discurso, de temas comuns e dessemelhantes, contribuir para a montagem de sistemas de avaliação de políticas públicas de juventudes, não só identificando enfoques, métodos e síntese de propostas contemporâneas, como também discutindo textos básicos de alguns projetos federais para esse segmento da sociedade.

Assim, resumidamente, a análise aqui proposta tem por objetivos:

- fornecer um panorama do que está se falando sobre política de juventudes no Brasil e no mundo;
- focalizar pontos estratégicos que colaborem mais para a eficiência de vontades políticas do setor empresarial e da sociedade civil em geral, aumentando o diálogo entre os diferentes atores;
- colaborar para a montagem de um sistema de avaliação de políticas públicas de juventudes, pela análise comparativa, que identifique enfoques, métodos e sínteses de programas de políticas direcionadas a esse público.

Organização desta publicação No capítulo 1, "Políticas para quem e para o quê", são postas em discussão as perspectivas sobre o conceito de juventude e as diretrizes gerais para políticas de juventudes. No capítulo 2, são feitas referências às considerações sobre políticas de juventudes presentes tanto no relatório do Banco Mundial como no do Conjuve.

Os capítulos seguintes apresentam idéias básicas, recomendações e casos destacados por tipo de dimensão ou transição, a saber: educação, trabalho, cultura, qualidade de vida e crescimento saudável, formação de família, juventude e territorialidade, diversidade, vida segura e direitos humanos, participação, novas tecnologias e migrações internacionais.

Em seguida o leitor encontra, em "O debate", o texto relativo à cobertura do seminário ocorrido em Brasília em 1.º de agosto de 2007, com as discussões mais relevantes, destacando-se as falas dos convidados, as questões levantadas pelos que lá estiveram e o debate delas resultante.

No fim da publicação, indicamos livros consultados na elaboração do estudo comparativo e sites de programas e políticas oficiais, órgãos do governo, instituições não-governamentais e legislação citados ao longo do texto, a fim de munir os interessados em se aprofundar no assunto.

Políticas para a juventude

1

Políticas para quem e para o quê

Conceitos e perspectivas
de juventude em
documentos de políticas
do Banco Mundial
e do Conjuve

Conceitos e perspectivas O relatório 2007 do Banco Mundial enfatiza a visão do jovem como integrante e sujeito capaz de gerar um sentido próprio para o “desenvolvimento”. Assim, não obstante o fato de que esta parcela da população – a juventude – possua necessidades próprias e imediatas, a abordagem do BM é focada em como “modelar” esse grupo de pessoas, para que constituam a chamada “próxima geração”. É válido notar que o subtítulo do relatório – *o desenvolvimento e a próxima geração* – não o referencia como um documento de/ou para jovens, mas preocupado com a “próxima geração”.

O fato de o documento do BM adotar a perspectiva de que os jovens devem ser preparados para ser a “próxima geração” significa basicamente que eles devem ocupar papéis na produção e na vida político-civil, ou ainda se tornarem os “trabalhadores, empresários, pais, cidadãos e líderes de amanhã”. Investir na juventude revela-se, portanto, uma estratégia processual do BM em nível global, para combater a pobreza, ou a “reprodução intergeracional da pobreza”, e acelerar o crescimento econômico.

Segundo o relatório, o investimento, mais que uma questão de direitos, afirma-se, sobretudo hoje, pelo cenário de oportunidades demarcadas pelo momento da demografia e pela qualidade do número de jovens existentes (coorte jovem). Isso porque, a cada dia, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, um crescente número de jovens completa o ensino fundamental; sobrevive às doenças infantis; tem mais exposição aos meios de comunicação; mais acesso à sociedade de conhecimento; e mais mobilidade e possibilidade de contatos globais, ainda que pesem as desigualdades sociais no acesso ao que denominam “economia mundial competitiva”.

O relatório também reconhece que os jovens enfrentam obstáculos como: desemprego; educação não necessariamente de qualidade; na saúde, problemas como obesidade, doenças sexualmente transmissíveis, dependência de drogas; e exclusão digital, entre outros.

Uma “janela de oportunidades” No estudo do BM, destaca-se ainda que o panorama demográfico mundial manda importantes sinais, trazendo à tona a possibilidade de uma “janela de oportunidades” – o momento mostra-se favorável para investir na juventude –, particularmente nos países em desenvolvimento, onde a população estaria com seu crescimento estabilizado pela queda da fecundidade e pelas menores taxas de dependência (índice obtido pela comparação numérica de pessoas em idade ativa em relação a pessoas dependentes, fora do mercado de

trabalho por conta da idade, ou seja, com menos de 15 anos e com mais de 65 anos, dentro do grupo familiar). Esses indicadores demográficos, segundo o estudo, condicionariam as trajetórias dos jovens.

No caso do Brasil, considera-se o momento de uma “janela de oportunidades” entre os anos de 2000 e 2010, com um dividendo demográfico que aponta para a mais baixa taxa de dependência já alcançada em população ativa no país. No entanto, para que tal vantagem seja aproveitada, é necessário ampliar as oportunidades como emprego e educação apropriada às demandas do mercado. Isso porque essa “janela de oportunidades”, apresentada pelo declínio da taxa de dependência, é temporária e estreita-se com o aumento da esperança de vida. Terminado esse período de 10 anos, o relatório alerta para o aumento dos gastos com os mais velhos, o que deverá gerar pressão pelo aumento de impostos e cortes em despesas (incluindo aquelas com crianças e jovens ou com ambos). Diante desse quadro, conforme o relatório, não há tempo melhor para investir no jovem do que agora.

O processo de transição demográfica no Brasil indica que, em 1950, o país já apontava para esse caminho com a queda da mortalidade (então 15%), uma taxa de fecundidade de 45% e um crescimento populacional de 2,8% ao ano. O declínio da fecundidade acentuou-se em 1960. O número de jovens aumentou em 1970, apresentando um pico em 1982, provocando aumento da população em idade de procriação. Hoje, ter-se-ia no país um *plateau* da população jovem, com declínio previsto para 2035 (Banco Mundial, 2007: 35).

21

Conjuve, a caminho da diversidade Mais do que se fixar no marcador “geração”, o documento do Conjuve, *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*, destaca a juventude como uma “condição social” e orienta-se por desconstruir noções do senso comum que viriam cercando o tema e alimentando a tendência de considerar os jovens como o problema destes tempos, além de se fixar nas vulnerabilidades, o que complicaria a formulação de políticas.

O Conjuve sugere que, com tal perspectiva, ficam de fora da discussão as múltiplas situações e condicionantes, inclusive de ordem subjetiva e existencial, e os limites do momento político-econômico mundial e nacional.

Assim, o texto dá destaque à diversidade dos jovens e fixa-se em parâmetros nômades, que se flexibilizam em subjetividades, considerando irregularidades de trajetórias (como na combinação estudo e trabalho), com ênfase em identidades que pedem autonomia e que têm formas particulares de ser, de mudar e de atuar:

No caso das juventudes, a necessidade de articular a busca da igualdade individual de condições com a valorização da diferença é atributo essencial para a afirmação de direitos e, conseqüentemente, para a elaboração e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, o primeiro passo é evitar o uso de um par de oposição (bastante comum e inadequado): igualdade x diferença. O oposto de igualdade é desigualdade e não diversidade. Subjacente a essa premissa reside o desafio de se fazer com que a sociedade compreenda que os jovens, sendo sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas, não aceitam participar de programas e projetos que pressuponham e/ou produzam aculturação e normatização de suas práticas sociais, modos de ser e identidades (Conjuve, 2006: 6).

Ao se afastar, sem necessariamente negar, da noção de juventude como “geração em vir-a-ser”, em “plano de fluxo”, o documento do Conjuve situa a juventude como um conjunto múltiplo que vive uma realidade no hoje, em um momento dado, e com necessidades próprias, além de ressaltar a figura do jovem como sujeito de direitos coletivos vividos em vários (mas não predeterminados) papéis no futuro, deixando abertas suas trajetórias.

A noção de “sujeito de direito” ressalta tanto a proteção legal como a promoção de facilitadores econômicos, políticos e culturais, além da prestação de serviços para necessidades diversas, o que se entrelaça com a moderna concepção de cidadania que abarca, inclusive, a noção de direitos difusos ou de diversos tipos de ser e de estar na sociedade:

Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso por opção ou por origem em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de promover os direitos dos jovens (Conjuve, 2006: 5).

Parâmetros do Conjuve e do Banco Mundial Tanto o documento do Conjuve como o do BM trabalham com a noção da pluralidade e da diversidade de jovens. No entanto, a operacionalização conceitual do que se entende por diversidade e as escolhas estratégicas em tal concepção não necessariamente se alinham e formatam de maneira própria as dimensões consideradas prioritárias para políticas, tanto em termos de áreas como de combinações e forma/tipo de detalhamento.

As políticas detalhadas no documento do Conjuve focalizam as seguintes dimensões:

- 1.^a educação, trabalho, cultura e tecnologia da informação;
- 2.^a meio ambiente, saúde, esporte e lazer;
- 3.^a valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos.

Na perspectiva do documento do Conjuve:

Trata-se de não resumir o debate a uma dimensão da vivência juvenil, que quase sempre enfoca o aspecto formativo educacional (desse modo, o vir-a-ser), mas de considerar que essa vivência é pluridimensional e se constitui em um tempo presente (Conjuve, 2006: 21).

Uma diferença básica entre a perspectiva de políticas de juventudes do BM e do Conjuve diz respeito às áreas estratégicas para os jovens que deveriam ser objeto de políticas. O documento do BM não privilegia a cultura nem a considera de forma integrada à educação e ao trabalho como o faz o Conjuve, que, por sua vez, também não a dilui naquelas dimensões, mas enfatiza sua centralidade na vida dos jovens:

A cultura tem aparecido em muitas iniciativas, programas e espaços de reivindicação como uma das mais importantes formas de viver a juventude. A cultura – sua fruição, sua formação, a criação cultural e a economia (incluída a produção cultural) que pode ser gerada a partir dela – é, sem dúvida, um elemento estruturante da vivência juvenil que tem sido pouco incorporado às preocupações dos gestores públicos (Conjuve, 2006: 30).

Diferentemente do estudo do BM, o documento do Conjuve não destaca as migrações internacionais – área emergente que galvaniza a atenção de agências internacionais e governos em países desenvolvidos e em desenvolvimento como o Brasil. Esse movimento demográfico, que comporta o interesse e a participação de muitos jovens, tem sido inclusive objeto de regulação em políticas, como a recente legislação sobre tráfico de pessoas humanas.

Na percepção da juventude como sinônimo de trânsito ou fluxo para uma próxima geração – predominante no relatório do BM –, destaca-se que esse ciclo seria formado por momentos de transição, ou por transições, sendo que cinco tipos de transições comporiam as dimensões mais estratégicas para as políticas e as ações (vetores que demarcam os capítulos do relatório do BM e o detalhamento de políticas e de casos bem-sucedidos como tais). Assim, no estudo do BM, as políticas priorizam as seguintes transições:

- 1.^a aprendizagem;
- 2.^a ingresso no mundo do trabalho;
- 3.^a hábitos saudáveis;
- 4.^a formação de família;
- 5.^a exercício de cidadania e envolvimento em atividades público-coletivas.

Outros temas, como comunicação, acesso a novas tecnologias e migrações internacionais, são analisados como uma espécie de trans-transições, ou seja, permeiam transições e possibilitam nexos entre as cinco transições citadas.

Em cada transição, são contempladas políticas voltadas para:

- 1.^a oportunidades;
- 2.^a capacidades ou habilidades;
- 3.^a uma “segunda oportunidade” (políticas compensatórias voltadas a grupos em situações de vulnerabilidade).

Tais construtos – conceitos que fazem parte de um repertório cognitivo específico – encontram-se inseridos em um marco de conhecimento econômico que será discutido melhor a seguir, quando retomarmos o relatório do Banco Mundial. Contudo, já se apontam aqui diferentes perspectivas em relação ao documento do Conjuve.

Principais diferenças entre BM e Conjuve: transições x trajetórias

Percebe-se que o BM, ao listar as políticas de acordo com a tipologia apresentada, incorre em certa departamentalização, recomendando políticas que não transitam entre os três tipos. Para os grupos em situações de vulnerabilidade, por exemplo, o BM opta por recomendar mais investimento em políticas e nexos de cunho estrutural. O Conjuve, no entanto, é enfático ao afirmar que as políticas de juventudes no Brasil tendem a se enquadrar no terceiro tipo do BM, ou seja, em políticas compensatórias ou para uma “segunda oportunidade”, voltadas a grupos em situações de vulnerabilidade.

Nas dimensões abordadas pelo Conjuve, os beneficiários são privilegiados quando se discute a noção de diversidade. Pretende-se que os beneficiários aqui sejam levados em conta nas políticas combinando-se situações e subjetividades singula-

res, ou seja, os jovens segundo “suas práticas sociais, modos de ser e identidades” singulares.

Assim, a referência, o ponto-base, são as diversas juventudes, imersas em diferentes cenários: as situações das mulheres, dos negros, das pessoas com deficiências, das lésbicas, dos gays, dos bissexuais, dos travestis, dos transexuais e dos transgêneros (LGBTTT), dos que vivem na área rural e dos indígenas.

E, implicitamente, o Conjuve, ao fazer referência às desigualdades socioeconômicas, focaliza também jovens em classes sociais diferentes. Desse modo, a proposta é que as políticas de juventudes de alguma forma se orientem pela combinação de políticas de ações afirmativas, focalizadas, e de políticas de cunho universal. O Conjuve destaca também a necessidade de políticas estruturais, programas e ações.

Há, portanto, diferenças de concepção quanto à juventude e sobre como se condiciona a orientação de políticas nos dois documentos aqui analisados. Não é por acaso que o BM se refere a transições e o Conjuve, a trajetórias.

As transições implicam um nível de análise de referência agregada. Remetem a etapas, ou melhor, a fases determinadas, a dimensões específicas de um curso de vida, ainda que as fases sejam consideradas em movimento e interação. As trajetórias, por sua vez, dão um sentido de caminho que se singulariza, a depender de quem o faça, e envolvem múltiplas dimensões e ciclos de vida:¹

A juventude é tradicionalmente considerada como uma fase de preparação para uma vida adulta futura, reduzindo-se as ações voltadas aos jovens unicamente à preocupação com sua escolarização. Mas a vivência juvenil na contemporaneidade tem se mostrado mais complexa, combinando processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho, a definição de identidades, a vivência da sexualidade, da sociabilidade, do lazer, da fruição e criação cultural e da participação social. O que se ressalta nessa perspectiva é a importância de se considerar a perda da linearidade e de um padrão único na transição para a vida adulta, com possibilidades de trajetórias juvenis intermitentes e reversíveis. Assim, a tendência ao prolongamento e à multiplicidade de dimensões da vida juvenil provocaria a consideração de dois eixos de visão sobre os jovens: sua vida presente (a fruição da juventude) e sua projeção para o futuro (os modos pelos quais deixam de ser jovens para se tornarem adultos). Desse modo, não só as possibilidades de formação para o exercício da vida adulta têm que ser consideradas, mas também as possibilidades para a vida juvenil. Disso decorre a importância de considerar essa multiplicidade das dimensões. (Conjuve, 2006: 20).

1 Transição: “passagem de estado, condição, lugar a outro, fase intermediária”. Trajetória: “linha descrita por um ponto em movimento, em relação a um determinado ponto de referência”. In: *Dicionário enciclopédico ilustrado Veja Larousse*. São Paulo: Abril, 2006.

“Lentes jovens” No relatório do BM, em quaisquer das cinco transições analisadas (listadas anteriormente), ainda que mulheres jovens e pessoas com deficiência recebam destaques em algumas políticas, enfatiza-se a diversidade de modelagem de políticas de acordo com as diferentes estratégias que cada situação social exige.

Assim, as referências voltam-se para a diversidade de políticas que enfoquem oportunidades, que se direcionem para estimular capacidades/habilidades e que se orientem para jovens que necessitariam de programas de compensação ou de uma “segunda oportunidade”.

O relatório do BM sugere leitura e elaboração de políticas pelo enfoque denominado “lentes jovens”, ou seja, levando em consideração as transições citadas. Por esse caminho, o documento pede que se considere mais a situação econômica da família e que se tenham os jovens como sujeitos com autonomia de direitos a informações e recursos.

O texto do BM parte da premissa de que os jovens sabem muito e comumente têm mais escolaridade que seus pais. “Lentes jovens” em políticas requer também ênfase no enfoque de reconhecimento de agências (ou reconhecimento de diversidades) e de outros construtos, como necessidade de recursos, de informações, de formação e de responsabilidade de todos os envolvidos, particularmente dos próprios jovens.

No modelo de economia com que trabalha o relatório do BM, na análise de custos e benefícios quanto a escolhas, os jovens teriam peculiaridades, linguagens, formas de ser que incidem sobre a maneira de tirarem proveito de recursos que lhes possibilitem melhores decisões.

Para o BM, entende-se juventude como:

- uma fase de busca de identidade, *self*, o que não se confunde com “irracionalidade econômica” (como se envolver em atividade de risco econômico);
- uma fase em que há forte influência dos pares;
- uma parcela que maneja um tipo de racionalidade em que o futuro não entra nos cálculos;
- uma parcela que não considera os efeitos de seus atos sobre os outros.

O relatório do Banco Mundial recorre às premissas da economia neoclássica quando considera os indivíduos agentes racionais em suas decisões, mas que os jovens teriam singularidades em relação aos adultos na forma de fazer suas escolhas, análises de custos e benefícios. No documento do Conjuve, essa orientação econômica não é parte da modelagem sobre vontades e escolhas dos jovens, que também não por acaso enfatiza subjetividades, formação de identidade e cultura. No relatório do BM, explicita-se ainda que todo país tem políticas que afetam os jo-

vens, mas que é preciso usar “lentes jovens” para avaliar o impacto dessas políticas nesse público específico.

Premissas econômicas do relatório do Banco Mundial

Note-se que a tipologia de políticas sugerida no relatório do BM – com foco em oportunidades, capacidades e compensações – é parte de um modelo econômico ora implícito ora explícito, quando se faz referência a “lentes jovens” na formulação de políticas, dando ênfase ao capital humano, no qual educação, saúde e trabalho ganham destaque (ainda que o texto se refira a outras dimensões, como participação cidadã e formação de família). O capital humano é definido, no documento, como “conhecimentos, habilidades e capacidades para a vida e para o trabalho” (Banco Mundial, 2007: 28), daí a ênfase no relatório às dimensões emprego, família e comunidade.

Conjugam-se, assim, as orientações de uma corrente da economia neoclássica com a psicologia desenvolvimentista e a economia comportamental (Banco Mundial, 2007: 58), atuando em “incorrecções do sistema de mercado” e por ação de um Estado mínimo – um plano de estimular investimentos do setor empresarial e monitorar a prestação de serviços para garantir tanto o bem-estar público como os investimentos desse mesmo setor.

Ao mesmo tempo, no relatório do BM, as vontades são levadas em consideração, ampliando-se o poder de escolha do consumidor, o que implica a própria formação de consumidores, no caso, os jovens. Vale assinalar que são construtos recorrentes na modelagem do relatório o capital humano, as competências, as habilidades (as clássicas, como escolaridade, tecnológicas e comportamentais) e as capacidades (informações, recursos e escolhas).

Define-se, desse modo, cada um daqueles tipos de políticas, a saber:

- Oportunidades: ampliação das oportunidades para o desenvolvimento do capital humano, mediante acesso mais amplo a serviços de educação e saúde de melhor qualidade, facilitando o início de uma vida de trabalho e dando aos jovens a possibilidade de conhecer o tipo de assistência que desejam obter, além de participarem da prestação desse serviço.
- Capacidades: desenvolvimento das capacidades dos jovens de poder escolher com acerto entre as oportunidades oferecidas, reconhecendo-os como agentes de tomada de decisões, contribuindo para que essas sejam fruto de uma informação adequada e que, para adotá-las, seja possível contar com apropriados e razoáveis recursos.

- Segunda oportunidade: estabelecimento de um sistema eficaz de segunda chance por programas compensatórios que concedam aos jovens esperança e incentivos (Banco Mundial, 2007: 2).

Outra premissa que lembra a economia neoclássica é a de que existe uma sociedade de risco e de oportunidades e que os jovens seriam “investidores potenciais” (Banco Mundial, 2007: 10), mas com peculiar orientação para o cálculo de riscos e a possibilidade de ter informações, recursos e horizontes de investimento.

Destacam-se, assim, três tipos de “lentes jovens” para a elaboração e avaliação de políticas:

1.º cuidar dos vazios no âmbito das oportunidades para aquisição de habilidades para o emprego;

2.º focalizar a capacidade de selecionar oportunidades e as políticas que colaborem para disseminar informações para as “boas decisões”;

3.º remediar os efeitos não desejáveis, assegurando segundas oportunidades (Banco Mundial, 2007: 10 e 11).

O enfoque geração/transição condiciona o intervalo etário usado no relatório do Banco Mundial para o ciclo jovem – de 12 a 24 anos – para abarcar as distintas transições, desde a puberdade até a etapa de independência econômica. É feita uma equivalência entre os construtos das transições – associadas à formação de capital humano, à capacidade de escolhas e ao desenvolvimento de sentidos de bem-estar. O fato de as transições se acentuarem mais em algumas fases sugere que determinadas políticas seriam mais pertinentes a alguns grupos etários ou deveriam ter essas subpopulações jovens como alvo. Tem-se, então, certa idéia de compartimentalização de políticas, a saber:

12 a 14 anos: aprendizagem

15 a 18 anos: aprendizagem

15 a 20 anos: trabalho, saúde, cidadania (voto) e maternidade

18 a 24 anos: trabalho e maternidade

Por outro lado, o documento do Conjuve segue outra delimitação etária: a que foi adotada pela Secretaria Nacional de Juventude e que considera jovens os cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre 15 e 29 anos. Assim, são considerados jovens pelo Conjuve:

15 a 17 anos: adolescentes jovens

18 a 24 anos: jovens-jovens

25 a 29 anos: jovens-adultos

Visões: semelhanças e diferenças entre Banco Mundial e Conjuve

Ambos os documentos enfatizam a vulnerabilidade dos jovens nestes tempos e destacam a potencialidade deles como atores do desenvolvimento, sublinhando a importância de se investir em sua autonomia e em deixar claro que tipo de desenvolvimento se quer.

Para o BM, a estratégia de políticas focalizadas estaria na potencialidade do jovem como sujeito de desenvolvimento, ou seja, políticas com contribuição específica para o crescimento econômico e para evitar a reprodução intergeracional da pobreza.

O Conjuve, quando destaca os jovens como sujeitos de direitos, procede implicitamente a uma crítica estrutural e a uma situação de vulnerabilidade relacionada a várias vitimizações, violências, dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho, além de carências nas áreas de saúde, educação e lazer. O documento, por outro lado, também enfatiza a positividade dos jovens como atores de determinado tipo de desenvolvimento, tendo subjacente a idéia de mudanças estruturais, ainda que se delimite a importância de programas no atual estado sistêmico:

A juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira e, em tempos de globalização e rápidas mudanças tecnológicas, deve ter condições, oportunidades e responsabilidades específicas na construção de um país justo e próspero. (Conjuve, 2006: 7).

O BM não necessariamente se alinha ao que entende o Conjuve por políticas estruturais, uma vez que muitas delas se referem a programas de treinamento, de aquisição de hábitos saudáveis ou de formação de família, limitadas no tempo e no espaço. Para o Conjuve, as políticas de juventude no Brasil tomam, em sua maioria, a forma de programas e ações, e considera-se que se deveria investir mais em políticas estruturais, às quais o Conselho assim conceitua:

- são políticas continuadas, relacionadas à garantia de direitos fundamentais;
- são políticas universalizantes e transversais;
- são políticas sem prazo de validade, que não se resumem a programas emergenciais ou focais, que possam atender a todos os jovens, que respondam a preocupações referentes à relação do jovem com o mundo do traba-

lho, da cultura e também com as novas tecnologias, especialmente as da informação e comunicação (Conjuve, 2006: 23).

Tanto o Conjuve como o Banco Mundial não fazem referência direta a uma política nacional de juventude. Mas enquanto o BM menciona políticas, no plural, e a institucionalização destas por governanças (formação de máquinas públicas que deveriam estar mais voltadas à promoção que à execução), o documento do Conjuve, a seu modo, sugere um processo de formatação política, para se conseguir um diálogo mais paritário entre vários ministérios e aquele ministério ou instância que estiver mais relacionado à promoção dos direitos dos jovens (no caso do Brasil, a Secretaria de Políticas Especiais e o próprio Conjuve):

Não se trata de que cada uma das políticas públicas deva ser totalizante. [...] no sentido de que todo programa tenha que envolver necessariamente todas as expressões da vivência juvenil. Mas é necessário que haja um esforço pela construção de canais de diálogo que possam, em um futuro próximo, estabelecer um marco institucional que deve, este sim, servir de referencial para a composição de políticas públicas de juventude com alto grau de coerência, e que formem um sistema de ações minimamente harmônico. (Conjuve, 2006: 24).

Papel do Estado Um demarcador de fronteiras entre os dois documentos analisados é a concepção do lugar do Estado e do mercado nas políticas e programas para os jovens, que fica bem mais evidente nas apresentações de propostas para o campo da educação e do trabalho.

Tanto o Conjuve como o Banco Mundial atribuem ao Estado um papel básico nas políticas de juventudes quanto a monitoria, avaliação e supervisão sobre a qualidade dos trabalhos e o uso do dinheiro público nas parcerias com o setor privado.

Mas o BM orienta-se por uma perspectiva de Estado mínimo, atribuindo ao setor privado um papel básico na prestação de serviço, orientando-se por estímulo à competitividade, o que leva a recomendações de maior papel para o mercado na educação, nos programas de qualificação e tecnologia (inclusive no plano de produção de *hardware* e *software*).

Essa orientação, por dar ênfase ao setor privado, leva o relatório do BM a considerar como desafios estruturais para melhoria das condições de vida dos jovens o aumento das suas oportunidades de emprego, o combate à pobreza, as conquistas laborais como o salário mínimo e a legislação trabalhista (veja o quadro Idéias básicas e recomendações, na página ao lado). Note-se que, enquanto o BM se refere a

políticas para o combate à pobreza, o Conjuve sublinha a importância de enquadrar políticas de juventude em um marco de combate às desigualdades sociais.

IDÉIAS BÁSICAS E RECOMENDAÇÕES No plano de cenário estrutural, diferentemente do Conjuve, o Banco Mundial orienta-se para o perfil da oferta e sua relação com a demanda, referindo-se à “abertura de oportunidades” no mercado. Assim, o BM ressalta e defende o livre comércio. Também considera que a “lente jovem em política” implica mudanças na regulação do mercado de trabalho e minimiza políticas que limitem a flexibilidade e mobilidade através de setores (Banco Mundial, 2007: 13).

Tanto no documento do BM como no do Conjuve, defende-se que a ordenação da economia, em geral, tem efeitos singulares sobre os jovens. Contudo, os documentos partem de parâmetros diferentes no entendimento dos jovens e da formatação da economia em sua interação com o emprego. No documento do Conjuve, menciona-se a importância de criação de empregos, mas não se trabalha uma possível competição entre trabalhadores de acordo com a geração, nem se analisa se as conquistas históricas dos trabalhadores, como o salário mínimo e as leis de proteção laboral, teriam efeitos negativos na ampliação da oportunidade para os jovens, uma vez que o ponto de partida do Conjuve é de uma perspectiva estrutural e orientada para o social de forma integrada.

Segundo o relatório do BM, instituições tidas como “restritivas no mercado de trabalho” (seguro-desemprego, leis de proteção trabalhista e salário mínimo) são consideradas como tendo efeitos negativos para os jovens, uma vez que aumentariam os custos de contratação. Este ponto é ilustrado com o caso do Brasil: nota-se que o aumento no salário mínimo significou perda de emprego para as mulheres, os jovens e os de menor especialidade, ou então a concentração destes nos níveis de mais baixos salários, inibindo a abertura de oportunidades de emprego, especialmente para jovens mulheres.

Fonte: ver capítulo 4. TRABALHO desta publicação, na página 67.

Entre os pontos em comum dos dois documentos está a ênfase em que se conte com pesquisas e, especialmente, com avaliação permanente dos programas e políticas governamentais – o BM sublinha que, internacionalmente, esse é um dos construtos mais problemáticos das políticas de juventude e das respectivas máquinas de governanças.

Enfatizam-se também os direitos de cidadania e participação dos jovens em distintas fases de elaboração e execução de políticas de juventudes, recomendando, ambas as fontes, que sejam os jovens os beneficiários diretos quando houver recursos, como bolsas, e na cobrança social sobre a qualidade dos serviços que lhes são endereçados.

Tanto o Conjuve como o BM defendem que os departamentos e as secretarias responsáveis por um tratamento mais geral das políticas de juventudes se atenham mais à promoção e à articulação entre pastas que à execução de políticas e programas.

Ambos são críticos do estado atual das condições de vida dos jovens e da economia, particularmente quanto à colocação destes no mercado ou em postos no serviço público, em estágios e empregos, e aos atuais modelos, no Brasil e em outros países, no campo da qualificação. Mas é no documento do BM que mais se enfatiza a propriedade de parcerias público-privadas, principalmente no campo da qualificação.

PONTOS EM COMUM

- Preocupação com a qualidade da educação e a necessidade de repensar currículos
- Universalização do ensino médio e ênfase na educação profissional
- Participação democrática no âmbito da escola, assim como em sua gestão
- Preocupação com gênero, direitos sexuais e reprodutivos, particularmente com a criminalização do aborto
- Preocupação com os direitos das pessoas com deficiência
- Preocupação com a situação de jovens na área rural
- Ênfase no lugar da comunicação e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), para a realização dos jovens em várias dimensões
- Apoio aos jovens como produtores e criadores de oportunidades de trabalho
- Cuidado com a relação entre estudo e trabalho, para que não se venha a prejudicar trajetórias, principalmente no campo da formação e da escolaridade
- Evitar a demonização dos jovens no campo de violências, investindo em novas oportunidades para aqueles acusados de cometer ato infracional

Os dois documentos analisados, por fim, divergem em alguns parâmetros, particularmente quanto a modelos de nação e ao lugar das políticas de juventudes, mas tendem a se afinar nas políticas focalizadas nos jovens, como ficará explícito mais adiante, no decorrer da exposição dos destaques (idéias básicas) e das recomendações de ambos e para os casos considerados bem-sucedidos.

Outro aspecto que finaliza esta abordagem é o dilema instalado entre se pensar o jovem como futuro (ou preocupação com as futuras gerações de adultos) ou se enfatizarem as necessidades do hoje, em termos de fruição da condição juvenil. Mais do que se apresentar como um dilema, ou seja, como perspectivas dicotômicas, pensar o jovem como futuro e como presente pode vir a criar um identificador para o debate sobre a geração juvenil. Isso porque deve ser ressaltada a dialética entre dois tempos que se realizam na materialização de um projeto: o jovem é o hoje e o amanhã. E a complexidade dessa circunstância pede perspectiva dialética, pensar processo ou mudanças e uma sustentabilidade ancorada em desejos, vontades e afirmações de direitos por uma cultura política juvenil.

QUADRO-RESUMO POLÍTICAS PARA QUEM E PARA O QUÊ

	Banco Mundial	Conjuve
Ser jovem	Significa ocupar papéis na produção econômica e na vida político-civil, estar em trânsito para a “próxima geração”, sujeito de desenvolvimento, “lentes jovens”.	Uma “condição social”, multiplicidade de identidades jovens, sujeito de direito.
Estratégias	Combater a “reprodução intergeracional” da pobreza, Estado mínimo, livre comércio.	Buscar a igualdade individual das condições com valorização das diferenças, crescimento “integrado” em uma perspectiva estrutural.
Conceitos-chave	Transições, “janela de oportunidades”, qualidade da “coorte jovem”, departamentalização de políticas, “consumidores” jovens, combate à pobreza.	Trajetórias; parâmetros “nômades”, diversidade dos jovens, identidades autônomas, noção de “direitos difusos”, combate às desigualdades sociais.
Pontos específicos	Enfoque sobre comunicação por celular, migrações internacionais e formação de família.	Centralidade da cultura na vida dos jovens e sua interação com educação e trabalho, ênfase na diversidade entre os jovens.
Parâmetros	Aprendizagem, ingresso no mundo do trabalho, hábitos saudáveis, formação de família, exercício de cidadania e envolvimento em atividades público-coletivas.	Educação, trabalho, cultura e tecnologia da informação, meio ambiente, saúde, esporte e lazer, valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos.
Recomendações	Aumento de oportunidades de emprego e educação, não há melhor época para investir no jovem do que agora.	Diálogo mais paritário entre os ministérios; mais investimento em políticas estruturais, relacionadas à garantia de direitos fundamentais.

2

Políticas de juventudes

Destaques do Conjuve 1. As políticas de juventudes devem ser analisadas de acordo com suas repercussões e de forma integral, em distintas dimensões e transições, ainda que tenham um enfoque setorial. O Conjuve confere destaque tanto às dimensões objetivas como às subjetivas e que estimulem capacidades crítico-criativas e influenciem de forma positiva a sociabilidade e a cotidianidade dos jovens, como mostra este trecho:

Não somente discutir qualidade da escola, mas a importância dos lugares de encontros, de sociabilidade dos jovens, de possibilitar meios para capacitação artístico-cultural, de informações e meios para escolhas próprias sobre sexualidade e o direito à vida familiar não repressiva. (Conjuve, 2006: 20).

2. Há a preocupação com a qualidade dos serviços, particularmente no entrelaçamento da educação, da cultura e do trabalho, e na contribuição para a progressão profissional, sem segmentar tais dimensões.

3. Enfatiza-se o lugar de políticas estruturais, políticas continuadas, relacionadas à garantia dos direitos fundamentais (Conjuve, 2006: 22). Considera-se que as áreas do trabalho e da cultura carecem de políticas estruturais (O relatório do Banco Mundial não menciona o termo “políticas estruturais” e usa o vocabulário de políticas relacionadas a oportunidades – que podem ser imediatas ou de amplo espectro –, políticas voltadas a habilidades e a uma segunda oportunidade, dirigida a jovens com vulnerabilidades específicas).

4. Há avanços no Brasil em estudos sobre juventudes, mas em pesquisas oficiais nota-se a ausência de dados sobre dimensões significativas da vivência dos jovens, a exemplo de sua relação com a cultura, a religião, o lazer e o esporte; pesquisas sobre a utilização de bens culturais pelos jovens; maior enfoque nas análises sobre as diversidades – enfocando, por exemplo, os que têm deficiências e a diversidade em relação à orientação sexual – e as especificidades dos jovens rurais. Não existem levantamentos sobre participação político-partidária, movimentos sindical e estudantil, jovens em organizações não-governamentais (ONGs) e grupos religiosos, além de poucos dados sobre acesso a tecnologia de informação (o BM não confere tanta ênfase na carência de estudos, mas sublinha a importância de estudos de avaliação de políticas e programas para os jovens. Também é comedido na menção de grupos juvenis, sua diversidade e referências a cultura e lazer).

5. O Conjuve destaca a necessidade de haver interlocução entre o poder público e a sociedade, além de um acompanhamento mais próximo dos investimentos do Estado nos programas voltados para esse público (essa perspectiva se alinha à expressa no documento do BM, que, mais explicitamente, cita as empresas e insiste no lugar do Estado no acompanhamento da qualidade dos serviços que subsidia).

Recomendações do Conjuve O Conjuve recomenda a elaboração de:

Políticas continuadas, sem prazo de validade, que não se resumam a programas emergenciais ou focais, que possam atender a todos os jovens, que respondam a preocupações referentes à relação do jovem com o mundo do trabalho, da cultura e também com as novas tecnologias, especialmente as da informação e comunicação. (Conjuve, 2006: 23).

Também considera que:

É necessário investir em canais de diálogo que possam, em um futuro próximo, estabelecer um marco institucional que deve, este sim, servir de referencial para a composição de políticas públicas de juventude com alto grau de coerência e que formem um sistema de ações minimamente harmônico. (Conjuve 2006: 24).

As transferências de recursos devem ser feitas diretamente aos jovens, como vem ocorrendo no Projovem – programa de inclusão do governo federal que utiliza uma conta simplificada, a qual possibilita uma variedade de serviços bancários.

Sendo o Conjuve uma instância básica de participação dos jovens nas políticas de juventudes, recomenda-se a ele “investir na institucionalização de um sistema de acompanhamento das políticas públicas, que consiga ir além da forma fácil dos eventos” e evitar ser chamado apenas para “homologar as decisões previamente tomadas pelos governos”. Deveria também o Conjuve investir em “promover o direito de todos à participação” (Conjuve, 2006: 38).

Além da atuação do Conselho, recomenda-se agir para ampliar a participação da sociedade civil na elaboração, implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas de juventudes.

O documento do Conjuve propõe ainda a adoção de um sistema nacional de pesquisa sobre juventudes, por compreender que as informações são importante referência para as políticas destinadas a esse público, para a ampliação da participação da sociedade civil em estudos e para o acompanhamento de políticas de juventudes. Assim, recomenda:

Que o governo federal considere a formação desse sistema, em diálogo com o IBGE e o Ipea, para que haja uma interação mais eficaz entre os órgãos de pesquisa e os estudos produzidos no âmbito acadêmico, além da sociedade organizada e das instâncias governamentais.

Podem ser produzidas séries históricas mais precisas e estudos longitudinais que avaliem como se comportarão e quais as oportunidades de vida surgidas entre os jovens beneficiados pelas políticas promovidas atualmente, como o Projovem.

Este sistema público de pesquisa sobre juventude poderia ser de responsabilidade compartilhada entre setores governamentais, mas com a participação coordenadora da Secretaria Nacional de Juventude, apoiada pelo Conselho Nacional de Juventude. (Conjuve, 2006: 41).

Considerações do Banco Mundial sobre o Estado no mundo e proposições

1. As políticas de juventudes devem ser discutidas tendo como referência o enfoque de transições – educação, trabalho, hábitos de saúde, formação de família e exercício de cidadania.

2. Considera-se que as políticas de juventudes deveriam englobar quatro dimensões, a saber:

- a) o estágio inicial de formação do capital humano – habilidades e capacidades – de um país, o que pede que se respondam a questões como:

Quais as taxas de alunos que completaram o ensino fundamental e médio?

Qual o estado de saúde dos jovens ao entrarem na adolescência?

Quais os principais riscos para a saúde dos jovens no curto e médio prazo?

Estão os jovens construindo habilidades nas atividades de trabalho?

Estão preparados para constituírem família?

Quais as oportunidades para os jovens participarem da vida comunitária e da sociedade? (Banco Mundial, 2007: 212).

- b) a renda do país, que determinaria a extensão dos investimentos direcionados para a juventude;

- c) o estágio da transição demográfica, o que pede resposta a questões do tipo:

Existe uma janela de oportunidades para uma menor taxa de dependência ou o país já completou o ciclo de transição demográfica? A transição demográfica ainda não começou?

- d) o grau em que os jovens influenciam decisões que lhes dizem respeito, isto é, trata-se de uma sociedade em que o sistema de tomada de decisões é mais comunitário e familiar ou mais voltado para padrões individualistas?

3. Os vetores de políticas voltadas para os jovens variariam a partir do nível de desenvolvimento do país. Considera-se, no plano de políticas para a juventude, que muitos países em desenvolvimento têm como prioridade uma educação fundamental e de nível médio de qualidade para os jovens, assim como políticas relacionadas à prevenção e ao tratamento de HIV/aids. Contudo, pondera-se que não há de se ficar restrito ao campo da educação, dado que a ênfase é em capital humano e que

este compreende, além da escolaridade, a saúde, os hábitos saudáveis e a participação na comunidade e na sociedade, para que existam oportunidades de os jovens aplicarem seus talentos como cidadãos ativos.

4. Nos países em desenvolvimento (que apresentam renda média e alta), que já contam com investimentos em educação básica (como no caso da Ásia Oriental, do Leste Europeu e da antiga URSS), os desafios são o sistema de educação superior e técnica e os problemas relativos a uma vida saudável, como fumo, obesidade e acidentes de trânsito.

5. As políticas de segunda oportunidade são importantes em todos os países, mas adquirem formato próprio de acordo com o grau de desenvolvimento de cada um, sendo mais urgentes naqueles de baixa renda, enquanto nos países em desenvolvimento são necessárias políticas macroestruturais voltadas para reforma da legislação laboral, que permitam ao mercado acomodar melhor os novos trabalhadores.

MÉXICO E VIETNÃ. Políticas de juventudes em países com economia em rápido crescimento

MÉXICO – O país teria de investir mais em empréstimos e bolsas para os mais vulneráveis – aqueles que enfrentam o maior conflito entre escolaridade e trabalho.

VIETNÃ – O país precisa investir mais no sistema educacional de ensino médio e superior, reorientando currículos para que os jovens aprendam habilidades práticas (informação, tecnologia e línguas) e de ação na vida (resolver problemas e trabalhar em equipe), criando conexões entre escola e trabalho. Em razão do crescimento do alcoolismo, do uso de drogas e de doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens no Vietnã, considera-se importante prevenir riscos à saúde por meio de um sistema de informações nas escolas. Em outros países, contudo, o investimento necessário para hábitos saudáveis concentra-se em evitar acidentes de trânsito, enquanto em outros, os cuidados são direcionados à saúde sexual e reprodutiva.

39

Observações críticas do Banco Mundial sobre as políticas de juventudes

Dos dois documentos avaliados é o do BM que conta com uma análise crítica do estado das políticas de juventudes em nível internacional. Nesse relatório, descreve-se que, em 2001, 82% de todos os países contavam com uma política nacional de juventudes, 89% tinham um mecanismo de coordenação jovem nacional e 60% estariam implementando um programa de ação para jovens.

Apesar disso, em 70% dos casos a política nacional de juventudes estaria focada em um estreito leque de ações ou limitada a poucos departamentos e comumente sem vínculos com outros ministérios, sendo que o mais comum seria uma lista de programas e políticas que operariam no lugar de um programa estratégico de ação. Considera-se que, na maioria dos casos, as políticas de melhor alcance seriam as de um setor específico (área de educação, área de qualificação para o trabalho etc.) (Banco Mundial, 2007: 216).

O BM considera três razões principais pelas quais geralmente as políticas de juventudes tendem a não ser bem-sucedidas, a saber:

1. Influenciar as transições dos jovens exige trabalhar de forma multissetorial. Contudo, poucos países dispõem de um sistema de acompanhamento e prestação de contas das políticas quanto aos resultados em relação aos jovens (entre eles, o Brasil). O documento observa que muitos países, em suas políticas nacionais, se referem aos jovens sem, contudo, estabelecer prioridades e ações coordenadas. Considera-se que, até recentemente, havia pouca integração entre políticas de juventudes e os objetivos de redução da pobreza e das políticas de desenvolvimento. Tal perspectiva estaria mudando, mas ainda faltam ações e construção de capacidades para análise, integração em nível de planejamento nacional, processo de elaboração do orçamento e de implementação, o que envolve monitoria e avaliação.

2. Os jovens comumente “não têm voz no desenho e implementação de políticas que os afetam” (Banco Mundial, 2007: 211). Esse ponto também é enfatizado pelo documento do Conjuve.

3. Há poucas políticas e programas que resultaram eficientes para jovens.

JUVENTUDE E POBREZA. Nem visto, nem ouvido: jovens e o processo de estratégia de redução da pobreza

Consultas a jovens: em um estudo sobre 31 trabalhos orientados para a estratégia de redução da pobreza, publicado em 2003, constatou-se que metade dos trabalhos foi elaborada sem a participação dos jovens.

Juventude nos diagnósticos sobre pobreza: somente em seis dos 31 trabalhos os jovens eram identificados como grupo vulnerável à pobreza. Desconsiderar os jovens entre as unidades estratégicas no combate à pobreza é assumir uma visão estática sobre ela. Uma visão mais dinâmica consideraria que um dos fatores que predispõem as pessoas a situações de pobreza seriam as carências quanto a oportunidades de escolaridade.

Juventude nos planos de ação sobre pobreza: um quarto dos planos de ação não menciona os jovens. A evolução dessa situação, desde 2003, é mista.

A análise, ainda provisória, feita pelo BM em abril de 2006, sobre trabalhos orientados para redução da pobreza, indica que atualmente o número daqueles que identificam os jovens como um grupo vulnerável a esse fator vem aumentando. Entretanto, ainda faltam análises transeitoriais sobre juventude.

VOZES JOVENS. Uma política nacional de juventudes com voz e participação de jovens no Brasil

Depois que o governo federal assumiu o desafio de integrar os jovens na formulação de políticas de desenvolvimento, o Banco Mundial, como complemento desse processo, iniciou um diálogo por meio da organização do encontro Vozes Jovens, cujo papel era colaborar com a instituição financeira no trabalho de assistência estratégica ao Brasil.

Os integrantes do Vozes Jovens, por iniciativa própria, estabeleceram, por sua vez, um diálogo com diferentes setores do governo brasileiro, Congresso Nacional, partidos políticos, organizações da sociedade civil e o setor privado. Tamanho esforço colaborou para a concepção da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que nasceu para coordenar as políticas de juventudes em vários níveis de governo.

No Ceará e em Pernambuco, por exemplo, a metodologia do Vozes Jovens vem sendo aplicada para desencadear um processo de políticas e de formalização em nível local de apropriada maquinaria (secretarias ou entidades no governo voltadas a políticas de jovens). Em meados de 2007, mais de 300 organizações jovens participavam do processo de formalização de políticas para jovens em vários níveis de governo.

De acordo com o ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, à qual a SNJ está vinculada, “Vozes Jovens foi fundamental para contribuir para o diálogo lançado pela presidência para ‘empoderar’ a juventude brasileira e que resultou em ações como o surgimento, em dois anos de mandato do presidente Lula, do Projovem, do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude”.

Segundo o jovem líder membro do Conjuve, Josbertini Clementino, “fomos capazes de formar nossa própria Rede Nacional de Juventude (Renaju) que está representada no Conselho. Vozes Jovens oferece aos jovens líderes a oportunidade de sentar no Conselho e colaborar com a construção de políticas de juventude de que o Brasil necessita”.

Contudo, há vários desafios a serem encarados. Uma sólida política nacional de juventude no Brasil precisa harmonizar diferentes interesses sociais e políticos. Os jovens introduzem uma nova maneira de negociar, uma diferente linguagem, novos métodos de organização e diferentes formas de apresentar casos e resultados que necessitam ser incorporados no processo de elaboração e implementação de políticas. Finalmente, faz-se necessário haver mais integração, estabelecimento de prioridades e mais reconhecimento da diversidade de necessidades entre os jovens no Brasil.

Fonte: Banco Mundial, 2007: 221.

O relatório do BM critica ainda o papel da pasta com o encargo de cuidar de políticas de juventudes no organograma de sistema de poder: na maioria dos países, as políticas são de alçada ministerial, de pastas específicas, afetando a vida dos jovens. Em geral, a qualidade da vida destes, no entanto, está entre as preocupações da pasta específica, ou seja, da que tem por área os jovens. Como a referida pasta comumente carece de força em relação a outros departamentos ou ministérios, os limites de responsabilidade são fluidos, sendo que isso também ocorre com as linhas de prestação de contas.

Há, em nível internacional, um déficit de experiências consideradas bem-sucedidas. Vários países dispõem de conselhos de jovens e estudantes, bancada parlamentar jovem e serviços voltados para eles e ministrados por eles mesmos, mas é limitado o acervo de casos bem-sucedidos e que possam ser replicados.

Com exceção do programa *Jóvenes de America Latina*, voltado para treinamento de jovens que não estão na escola, a maioria dos programas para uma segunda oportunidade não é rigorosamente avaliada. No caso do *Jóvenes*, considera-se o impacto do programa no engajamento no mercado de trabalho e sobre o nível de renda, mas não são levados em conta os efeitos em relação à saúde ou ao índice de criminalidade.

O relatório do BM também revela que as políticas são postas em prática em nível local, o que dificulta a garantia da qualidade dos serviços, sobretudo quando eles são prestados por mais de um nível de governo (note-se que essa reflexão é parte do debate apresentado também pelo Conjuve sobre problemas da implementação de políticas de juventudes).

O BM chama a atenção, ainda, para o fato de que na maioria dos países em desenvolvimento ainda é muito incipiente a integração de políticas de juventudes com o marco de referência nacional de desenvolvimento. Bem poucos contabilizam

quanto se tem aplicado nos jovens – a integração dessas contas no orçamento nacional também é tida como incipiente. Além disso, outra agravante é que, em vários países em desenvolvimento, os departamentos de juventude não contam com recursos e com equipe qualificada que de fato se comunique com os jovens.

Recomendações do Banco Mundial As políticas de juventudes devem ser articuladas a um sistema de planejamento nacional e a mecanismos de implementação, o que ajudaria no sistema de prestação de contas quanto aos resultados. Considera-se, no relatório do BM, que a prestação de contas se torna mais fácil se há objetivos nacionais bem articulados em relação aos jovens e se esses objetivos são desenvolvidos com ministérios-chave e/ou agentes com poder de decisão.

Também se faz necessária uma coordenação para o desenvolvimento de estratégias, em que se designem papéis e responsabilidades quanto à implementação e à articulação entre governo, sociedade civil, agências e setor privado. Essa coordenação deveria monitorar e acompanhar políticas para que se tenha perspectiva quanto à diversidade de beneficiários. O BM propõe, ainda, que se invista na construção de capacidades nas ONGs que trabalham com os jovens.

Deve-se focar menos na implementação dos programas e mais em seu desenvolvimento, em sua coordenação e em seu acompanhamento, como tem ocorrido em vários países da América Latina.

JUVENTUDE NO GOVERNO. O que fazem as pastas de juventude?

Os departamentos encarregados de lidar com o tema juventude dependem de quanto os governos são capazes de desenhar e implementar políticas para os jovens. Em muitos países pertencentes à Comunidade Européia, em que políticas para jovens vêm sendo desenvolvidas há muitas décadas, o papel dos departamentos de juventude tem sido basicamente o de desenvolvimento de políticas, coordenação e monitoria. Já em muitos países em desenvolvimento, a ênfase tem sido em defesa de direitos e consultoria, enquanto em outros (como Chile, El Salvador e Nicarágua, por exemplo), o enfoque é no desenvolvimento de políticas ou na coordenação das mesmas.

Fonte: Mattero, 2006, cit. In: Banco Mundial, 2007: 215.

A importância da participação dos jovens na elaboração e acompanhamento de políticas de juventudes é destacada, pois:

O exercício da voz ou poder do cliente pode ser de alto valor para garantir qualidade. Governos deveriam estar abertos a consulta e retorno dos jovens sobre o desenho e implementação de políticas que os afetam. (Banco Mundial, 2007: 219).

O BM alerta para o fato de que ouvir a voz dos jovens é um processo que deve ir além de ações pontuais e que precisa atentar para o risco de restringir sua representação a apenas uma pequena elite, quando se deveria garantir a uma ampla representação. Tal referência também é enfatizada pelo documento do Conjuve, que insiste na diversidade de vozes quanto a essa representação.

O relatório do BM reitera a necessidade de criação de um monitoramento permanente de políticas ao lado da elaboração de indicadores, a fim de acompanhar o progresso em várias dimensões, como demonstram os exemplos a seguir:

- quanto à escolaridade, considera-se que deve haver medidas que acompanhem matrículas, repetências e a qualidade da educação;
- em relação ao trabalho, observa-se que é importante supervisionar o trabalho infantil, em medidas de desemprego, subemprego e desalento, como estar fora da escola e do trabalho. Recomenda-se acompanhar também a qualidade dos trabalhos em que se encontram os jovens;
- no campo da transição de hábitos saudáveis, seria necessário acompanhar os riscos à saúde, monitorar o hábito de fumar, o uso de drogas, o sexo inseguro, a massa corporal e a probabilidade de morte antes dos 60 anos (por meio da criação de um indicador aproximado de tais riscos, assim como a extensão do uso de métodos de prevenção);
- quanto à transição “participação cidadã”, seria necessário criar oportunidades na comunidade e na sociedade, verificar os serviços que fornecem documentação e observar o sistema de punição legal dos jovens;
- no que diz respeito à migração e à comunicação, seria preciso recolher dados que acompanhassem a situação dos que migram, quer seja para trabalhar ou para estudar, além de registrar a questão da migração de retorno e da migração temporária;
- também necessitam de acompanhamento as facilidades de acesso aos recursos tecnológicos e de informação, como o acesso à internet.

INDICADORES. Referências sobre desenvolvimento e juventude

*Na seleção de indicadores a seguir, o foco foi a redução da pobreza e a perspectiva de crescimento. Alguns itens podem estar indisponíveis e outros poderiam ser facilmente adicionados às pesquisas nacionais por amostragem, ou por outros meios de coleta (ver os assinalados com *).*

Escolaridade

1. Matrícula por gênero
2. Taxas de escolaridade do nível fundamental e médio, por gênero
3. Desempenho escolar (ensino fundamental e médio), por gênero (*)

Iniciação no mundo do trabalho

4. Incidência de trabalho infantil, por gênero
5. Taxas de participação na força de trabalho, por gênero
6. Taxas de desemprego, por gênero, na população jovem das áreas urbana e rural
7. Proporção dos que estão fora da escola e sem trabalho, por gênero

Hábitos saudáveis

8. Proporção que fuma, por gênero
9. Proporção que usa drogas, por gênero
10. Massa corporal, por gênero (*)
11. Proporção de jovens sexualmente ativos em práticas de sexo não seguro, por gênero e status marital
12. Proporção de jovens com conhecimentos sobre prevenção de HIV/aids, por gênero
13. Proporção de jovens com 15 anos com probabilidade de morrer antes dos 60 anos, por gênero

Formação de família

14. Taxas de fecundidade em idades específicas
15. Proporção de jovens mães antes dos 18 anos
16. Proporção de jovens que utilizam serviços pré-natais

Cidadania

17. Proporção de jovens que trabalham de forma associativa para resolver problemas na comunidade em que vivem, por gênero
18. Proporção de jovens que respondem corretamente a questões relativas a conhecimento político sobre o país, por gênero
19. Proporção de jovens sem documentos de identidade, por gênero
20. Proporção de jovens em liberdade assistida por 100 mil pessoas, por gênero

Mobilização entre fronteiras e comunicação

21. Proporção de jovens que estudam no exterior, por gênero (*)
22. Proporção de jovens que trabalham no exterior, por gênero (*)

23. *Proporção de jovens que retornaram com menos de 10 anos, por gênero (*)*

24. *Proporção de jovens que utilizaram a internet no último mês, por gênero (*)*

Fonte: recomendações dos autores.

(*) Tais indicadores não são comumente coletados de forma regular (Banco Mundial, 2007: 222).

O BM recomenda que se cuide do tipo de método empregado nos processos de avaliação de políticas e programas. Considera-se que o problema maior para um marco de referência destinado a avaliar políticas de juventudes é que terá de levar em conta as repercussões entre transições e impactos, o que torna conservadores os métodos mais usados – comumente de raio setorial e restritos a análises de custo e efetividade tradicionais. Assim, tem-se que:

A alternativa seria uma análise de custos e benefícios, comparando estes custos com a soma em bens monetários de benefícios; contudo, isto requer conhecimentos sobre a efetividade de ações de intervenção por meio de uma rede de possíveis resultados, o que comumente não se dispõe. Por exemplo, não temos avaliações sobre programas de treinamento e qualificação na América Latina quanto a impactos em saúde, participação cidadã e crime. Outro aspecto das políticas de juventude é que comumente as mesmas são mais efetivas quando administradas de forma conjunta, já que os resultados podem ter determinantes comuns que precisam ser endereçados neste formato. (Banco Mundial, 2007: 224).

Vale notar que essa recomendação está de acordo com a perspectiva do documento do Conjuve, que sublinha a necessidade de se discutirem as repercussões das medidas em uma dimensão da vida dos jovens paralelamente às demais, como, por exemplo, ao recomendar a análise integrada de educação, trabalho e cultura.

Experiências consideradas positivas CHILE – Cada três anos, o Departamento da Juventude conduz uma pesquisa sobre as condições de vida dos jovens, fornecendo material adequado para as políticas setoriais dos ministérios e para o acompanhamento destas.

MÉXICO – O país implementou o *Programa Oportunidades*, de transferência de recursos, considerado eficiente na ampliação da matrícula no ensino médio. Sua avaliação foi organizada desde o início do programa, o que colaborou em sua longevidade. Mudanças na liderança do programa em curso não o alteraram, uma vez que foram traçados objetivos em curto, médio e longo prazos, além do fato de este ser

explícito quanto ao combate das causas da pobreza, na medida em que o questionamento pelos novos governos se tornava delicado. Considera-se também que o sucesso de um programa como esse reside não na qualidade do sistema de ensino, mas no reconhecimento das demandas quanto ao tipo de trabalho e outras transições (Banco Mundial, 2007: 224).

O LESTE ASIÁTICO. Focalizar temas de gênero colabora com lições para políticas de juventude?

Recomendam-se, como no Camboja ou na República do Laos, as seguintes medidas:

- *desenhar uma estratégia de gênero compreensiva envolvendo vários ministérios em grupos interministeriais (Camboja);*
- *investir em capacidades para acompanhar políticas. A agência que acompanha vem se orientando por perspectiva de gênero em políticas e necessita ter capacidades bem sólidas, inclusive para acompanhar o orçamento e participar de treinamento nesse campo e em políticas públicas, contando com um ponto focal no gênero (Camboja);*
- *contar com o apoio de um forte movimento de mulheres, no plano da sociedade civil, que preste assessoria na implementação de leis sobre trabalho, família, violência doméstica e tráfico de seres humanos (Camboja);*
- *dispor de monitoria e avaliação – estrutura mais difícil de ser encontrada na maioria dos países em desenvolvimento. Faz-se necessário contar com indicadores e com um sistema de coleta de dados e mecanismos de análise, o que exige envolvimento do sistema nacional de estatísticas e das instituições de pesquisa. No Camboja e na República do Laos vêm sendo feitos investimentos nesse sentido, desagregando por gênero todo o sistema de estatísticas.*

Fontes: Banco de Desenvolvimento da Ásia e Banco Mundial (2005); Brown, Al Hamad e De Paz Nieves (2005); Javate de Dios (2002); Banco Mundial (2005), cit. In: Banco Mundial, 2007: 216.

SUÉCIA. Como os países desenvolvidos lidam com temas relacionados a jovens?

A Suécia possui um marco de referência nacional sobre juventude bastante integrado ao planejamento de políticas nacionais, além de mecanismos e sólida capacidade de implementação.

Política como marco de referência

A política de juventude na Suécia existe há mais de 50 anos, e foi em meados de 1980 que ela ganhou uma perspectiva mais integrada em nível nacional, com revisões contínuas. A última revisão, estabelecida pela nova lei de política de juventude – Poder para Decidir –, ocorreu em 2004, e sua finalidade foi fornecer a todos os jovens oportunidades iguais para se desenvolverem e terem influência no cotidiano.

Com foco em jovens entre 13 e 25 anos, a política sueca orienta-se por cinco principais parâmetros, de modo a facilitar a análise e a coordenação: educação e desenvolvimento pessoal, saúde e vulnerabilidade, influência e representação, auto-apoio, e cultura e lazer (as cinco transições, de acordo com o modelo sueco).

Integração com planejamento nacional e mecanismos de implementação

Cerca de 10 ministros têm a responsabilidade de implementar os objetivos da política de juventude, os quais são estabelecidos em cada um dos setores de cada uma das cinco transições identificadas na nova lei. Cada setor da política de juventude tem seus próprios indicadores para acompanhamento de seu desempenho, de acordo com perspectivas orientadas para os jovens.

Capacidade

A implementação da política de juventude se apóia em instituições sólidas: a Divisão da Política de Juventude no Ministério de Educação, Pesquisa e Cultura trabalha em conjunto com a política de juventude do governo. O Ministério de Assuntos Juvenis e Educação Pré-Escolar e Educação de Adultos lidera um sistema em que 20 ou mais autoridades governamentais monitoram as condições de vida dos jovens.

A maior parte da responsabilidade pelas condições de vida dos jovens na Suécia é municipal. Uma agência especial, a Equipe Nacional para Assuntos Juvenis, apóia o desenvolvimento de políticas municipais para juventude e monitora a implementação dos objetivos da política nacional. Fornece também informações atualizadas sobre condições de vida dos jovens, nos âmbitos local e nacional, e presta assessoria técnica para um tratamento intersetorial de temas ligados à juventude, com um alto grau de participação dos jovens no processo.

AMÉRICA LATINA. Secretarias da juventude no comando: experiências recentes

Nas últimas duas décadas, vários países da América Latina vêm fortalecendo suas secretarias da juventude – em alguns casos chamados de ministérios especiais ou programas presidenciais. Os resultados são mistos, mas uma lição que se pode tirar é que o foco desses departamentos deve se pautar sempre pela orientação quanto aos planos nacionais de juventude e não à implementação das ações.

Em países como El Salvador e Nicarágua, por exemplo, tais estruturas governamentais alcançaram sucesso substancial, contribuindo para a formulação de planos nacionais, definindo prioridades e colaborando para o alinhamento de políticas setoriais.

O Chile conta com um plano de ação juvenil desde 2004 – Chile se Compromete con los Jóvenes. Tal plano possui uma visão de longo prazo e propõe intervenções que são mensuráveis e possíveis de ser avaliadas.

Cada intervenção proposta conta com um orçamento, e a implementação é de responsabilidade de ministérios e de agências específicas. Como a maioria dos programas é realizada pelo ministério, a agência que cuida do tema juventude, Instituto Nacional de la Juventud (Injuv), atua na coordenação entre setores e no acompanhamento crítico, e cada três anos desenvolve uma pesquisa sobre os jovens, a qual fornece aos ministérios conhecimento crítico sobre a qualidade dos programas e seus impactos no seu público-alvo.

Por meio de avaliação e pesquisa, o Injuv também contribui para a formulação de políticas para a juventude. O próximo passo será conseguir mais colaboração dos ministérios setoriais em relação aos temas identificados na avaliação e em estudos e pesquisas realizados também por outras agências relacionadas à juventude, assim como se faz necessário contar com mais colaboração de ONGs e organizações juvenis.

Fontes: autores e Instituto Mexicano da Juventude (IMJ), Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ), 2006, cit. In: Banco Mundial, 2007: 219.

MÉXICO E O PROGRAMA OPORTUNIDADES. O sucesso de um programa pode assegurar sua continuidade

O Programa Oportunidades (antigo Progresá) é uma das marcas mexicanas mais conhecidas quando o assunto são os “benefícios em dinheiro para os pobres, condicionado à permanência dos filhos na escola e à utilização dos serviços de

saúde, particularmente para crianças e jovens”. Criado em 1977 com o objetivo de quebrar o ciclo da pobreza, o programa cobre hoje 25 milhões das pessoas mais pobres do país, com um orçamento correspondente a 36% do Produto Nacional Bruto (PNB) em 2005. A avaliação do programa começou ainda quando de sua implementação.

Conquistas

Ampliação da matrícula e diminuição das distâncias de desempenho por gênero no ensino médio: o sucesso respalda-se na continuidade das crianças e jovens na escola e não tanto no seu retorno após a evasão. As taxas de repetência são baixas, assim como o abandono escolar, especialmente no período crítico de passagem do ensino fundamental para o médio. Os adolescentes mexicanos também se expõem menos a comportamentos de risco para a saúde.

Análises qualitativas sugerem que o programa vem aumentando o nível de expectativas dos jovens, principalmente das meninas, de seguir carreira como professoras e enfermeiras, por exemplo.

Por que tem sido bem-sucedido?

O programa desde o início contou com fundos e o apoio central de autoridades do governo de alto escalão, tendo sido o ministro das Finanças um de seus cofundadores.

Um bom sistema de recrutamento e de contatos externos – com divulgação, avaliação e acompanhamento, assim como coordenação interagências – foi implementado já a partir do início do planejamento, com investimentos na educação dos beneficiários sobre seus direitos.

Indicações apolíticas completam o cenário: o Congresso Nacional assina o orçamento e anualmente divulga as regras para a matrícula e o número de famílias inscritas. Não há matrícula nos períodos próximos às eleições, e uma das marcas do programa é a transparência nas inscrições.

Oportunidades apresenta também uma rigorosa monitoria e avaliação. Desde o início foi montado um sistema de pesquisas que faz o acompanhamento de modo longitudinal. As avaliações são feitas por organizações externas e envolvem acadêmicos de vários continentes. O programa sobreviveu à troca de um presidente e tem se expandido.

Fontes: Bate (2004); Behrman, Sengupta e Todd (2001); Levy e Rodriguez (2004); Murray (2004) e Schultz (2000), cit. In: Banco Mundial, 2007: 223.

QUADRO-RESUMO POLÍTICAS DE JUVENTUDES

	Banco Mundial	Conjuve
Parâmetros de avaliação para políticas de juventudes	Enfoque de transições – educação, trabalho, hábitos de saúde, formação de família e cidadania, renda do país, estágio da transição demográfica, grau de poder da juventude, “janela de oportunidades”, grau de desenvolvimento do país, capital humano.	Estímulo às capacidades crítico-criativas, garantia de direitos fundamentais, “oportunidades”, abordagem de necessidades plurais.
Críticas	Políticas de juventudes com leque de ações limitado, não-estabelecimento de prioridades e ações coordenadas, pouca integração entre políticas de juventudes e objetivos de redução da pobreza e políticas de desenvolvimento, déficit de experiências consideradas bem-sucedidas, integração incipiente com marco de referência nacional de desenvolvimento.	Ausência de dados sobre vivências plurais dos jovens, ausência de consideração das diversidades nas pesquisas.
Recomendações	Políticas macroestruturais voltadas para a reforma da legislação laboral, políticas de “segunda oportunidade” (as políticas devem ser articuladas a um sistema de planejamento nacional, com foco em prestação de contas), investimento na construção de capacidades, importância da participação dos jovens.	Necessidade de estabelecer interlocução entre o governo e a sociedade civil, elaboração de políticas continuadas (sem prazo de validade), investimento em canais de diálogos, recursos transferidos diretamente aos jovens, institucionalização do monitoramento de políticas públicas, produção de séries históricas de pesquisas mais precisas.

3

Educação

Destaques do Conjuve 1. É necessário trabalhar de forma integrada as diversas dimensões das trajetórias juvenis, particularmente educação, trabalho, cultura, participação e novas tecnologias. Tal trabalho demandaria mais articulação entre os ministérios, tais como os da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário e da Cultura (no relatório do Banco Mundial, também se reconhece a importância de combinar transições, mas as apreciações e recomendações seguem orientação setorial).

2. As vivências juvenis envolvem formação e experimentação e, dependendo da faixa etária, uma relação singular com a escola e o trabalho, sendo que tais experiências deveriam ser combinadas.

3. Tanto no documento do Conjuve como no do BM, acentua-se a necessidade de inserir na educação um acento marcante da temática da juventude:

Trata-se de fazer com que a temática da juventude possa compor a agenda educacional e pedagógica do Ministério da Educação, que haja uma preocupação com a juventude. (Conjuve, 2006 : 23).

4. Recebe destaque a importância de políticas estruturais, de programas e de ações que considerem as especificidades de grupos juvenis, como aquelas voltadas especificamente para jovens nas áreas rurais, mulheres e negros, e que considerem a orientação sexual e as pessoas com deficiência, o que é retomado no capítulo específico sobre valorização da diversidade e vida segura (no relatório do BM, as políticas são classificadas por tipos de transições e vetores – oportunidades, capacidades e segunda oportunidade – e, ao longo do texto, faz-se referência a grupos específicos de jovens, como os que têm deficiência, os da área rural e, sobretudo, mulheres. Por outro lado, nesse mesmo documento, possivelmente por seu enfoque internacional, a questão étnico-racial é pouco destacada fora dos capítulos dedicados à educação e às migrações internacionais).

Recomendações do Conjuve O Conjuve dá ênfase à importância do ensino médio e destaca a necessidade de dobrar sua expansão alcançada nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, o documento ressalta que é preciso haver mais investimento na qualidade do ensino e no repensar de parâmetros curriculares.

Recomenda-se o investimento na reforma de estruturas físicas (laboratórios, bibliotecas, tecnologias, mídias etc.), melhoria nas condições para o trabalho do quadro docente (remuneração, plano de carreira, formação inicial e permanente, entre outras) e o cuidado tanto com o acesso como com a permanência do jovem nas escolas.

A violência nas escolas também preocupa o Conjuve, que reconhece a necessidade de existirem medidas de políticas públicas para enfrentá-la: a violência inviabiliza a garantia de um ensino de qualidade e impede a sociabilidade juvenil, assim como a permanência nas escolas.

Outra recomendação é quanto ao estímulo à educação profissional, ampliando-se os estabelecimentos de ensino profissionalizante e implementando-se metodologias de aprendizagem que garantam, a um só tempo, conteúdos relativos ao ensino regular e à prática profissional.

O Conselho sugere ser preciso repensar os programas profissionalizantes feitos em parceria com a sociedade civil que se orientem por “demandas emergenciais”, em que pese sua valoração positiva, como o Projovem, o Consórcio Social da Juventude e o Soldado Cidadão:

O modo como são implementados esses programas deixa muito a desejar. Muitas das entidades da sociedade civil que estão na ponta das ações não estão acostumadas a trabalhar com jovens, o que coloca por terra a intenção inicial dos formuladores dos programas. Trata-se, portanto, de encontrar mecanismos que vinculem de maneira mais efetiva o aumento dos níveis de escolarização, a educação profissional e o acesso ao trabalho. (Conjuve, 2006: 29).

O documento destaca também a dimensão da participação democrática no âmbito da escola, com recomendações relacionadas a diferentes instâncias e sugerindo que:

A escola conte com uma gestão mais democrática; apoio às organizações estudantis, a ampliação da participação dos estudantes nas instâncias deliberativas de universidades públicas e particulares, a presença de jovens nos conselhos de educação, em todos os entes federativos, e considerando também instâncias como os conselhos referentes à pós-graduação na Capes e no CNPq. (Conjuve, 2006: 37).

Experiências governamentais destacadas pelo Conjuve

- Programa Universidade para Todos (Prouni) – Elaborado pelo Ministério da Educação, aumenta a oferta de vagas públicas no ensino superior em estabelecimentos privados, por meio da criação de novas universidades federais e da ampliação de 40 instituições públicas de ensino superior. O Prouni concede bolsas a estudantes de baixa renda nas universidades particulares que aderem ao programa e um percentual de vagas aos estudantes que se declaram negros e índios.

- Estímulo à educação profissional por meio da criação de Centros Educacionais Profissionais.
- Escolas de Fábrica.
- Escola Aberta.
- Diversidade na Universidade.
- Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).
- Projeto Rondon.
- Brasil Alfabetizado.
- Programa de Apoio à Extensão Universitária para Políticas Públicas (Proext).
- Agente Jovem.
- Terra Negra.

Destaques do Banco Mundial 1. A escolaridade é destacada no plano de políticas de oportunidade e de estímulo a capacidades, considerando-se um traço marcante em nível mundial, que é o crescimento do número de crianças e jovens na escola. O desafio maior seriam as dimensões qualitativas, ponto no qual o relatório do Banco Mundial converge com os pontos enfatizados pelo Conjuve. Além disso, considera-se que educação de qualidade pede criatividade em política e investimentos, mudanças no currículo e melhoria do ambiente escolar, uma vez que:

A aprendizagem das crianças e jovens deixa a desejar;
 Muitos não prosseguem os estudos;
 Há uma demanda tecnológica com a globalização que é diferente das habilidades aprendidas;
 Muitas crianças e jovens estão desmotivados com a escola;
 Nem todos completam o ciclo fundamental e médio e cresce a defasagem idade-série. (Banco Mundial, 2007: 5 e 6).

2. Quanto a capacidades, focaliza-se no desenvolvimento de tomada de decisões pelos jovens, o que requer capacitá-los para fazer melhores escolhas educacionais para o desenvolvimento de suas “habilidades comportamentais, e os promove a investidores na sua própria educação, como também propicia melhores informações sobre opções de aprendizagem, sobre o mercado e incentivos financeiros, para fazerem a melhor escolha” (Banco Mundial, 2007: 68).

3. Os baixos índices de aprendizagem estariam refletindo as desigualdades no acesso a boas escolas. “As maiores diferenças nas notas entre pobres e ricos se devem ao fato de que freqüentam escolas diferentes” (Banco Mundial, 2007: 70).

4. A crescente demanda por educação de nível médio e superior e o baixo nível de preparo para o trabalho e a vida apresentam os seguintes desafios:

- A expansão da aprendizagem qualificada para enfrentar as demandas do mercado e da vida. Tal fato é, por exemplo, uma necessidade urgente de países como o Brasil e o México.
- O investimento para melhorar as habilidades dos jovens de “fazerem escolhas quanto a oportunidades”, fornecendo-lhes as “informações para tomada de decisões”, e colaborar para “amenizar os obstáculos financeiros que eles têm que enfrentar” (Banco Mundial, 2007: 71).
- A oferta de uma segunda oportunidade de aprendizagem para os que deixaram a escola e para aqueles que carecem de conhecimentos básicos destinados à vida e ao trabalho.

5. Diferentemente da perspectiva do Conjuve, que frisa a opção pelo lugar do Estado na área da educação, no documento do BM é destacada a importância da parceria público-privada no campo da educação de nível médio e superior, considerando que, no setor privado, são necessários o acompanhamento e a prestação de contas de seus esforços no sentido de garantir educação de qualidade.

A expansão e diversificação dos sistemas de educação, além do ensino fundamental, podem ser conseguidas com a colaboração do setor privado e o estabelecimento de parcerias público-privadas. O governo deveria encorajar o investimento do setor privado em educação de nível médio e superior, garantindo, contudo, os padrões de qualidade. (Banco Mundial, 2007: 73).

6. As escolas devem cuidar da organização das turmas, levando em conta as relações e as redes de amigos, visando à diversidade, inclusive étnica. Entretanto, ressalta-se que, mais do que a diversidade da composição da escola ou de uma sala de aula, seria o clima escolar desses espaços – se cooperativo, competitivo ou mesmo hostil – o fator que mais colaboraria para a motivação e o desempenho escolar. A diversidade e o clima escolar ajudariam ainda a ampliar a “tolerância” no campo das relações raciais, assim como a empatia.

Políticas de cooperação em ambientes escolares de classes sociais distintas e racialmente diversas tendem a melhorar os níveis de desempenho escolar como as habilidades comportamentais e a autoconfiança. (Banco Mundial, 2007: 82).

7. Em relação à participação estudantil, o que é mais enfatizado é o sentido de aumentar o “poder de cliente”, com um vetor de consumidor ou de mercado – o que se distancia de alguma forma do debate sobre participação do Conjuve.

Recomendações do Banco Mundial Quanto à qualidade do ensino, recomenda-se treinamento e motivação dos professores, com sistema de atualização e incentivos.

O BM ressalta a necessidade de prestação de contas das escolas para os pais, os estudantes e a sociedade, no que se refere ao tipo de ensino que elas estão ministrando.

Assim como o Conjuve, o relatório do Banco Mundial enfatiza a importância de investir na universalização do ensino médio, ressaltando-se a defasagem existente entre a aprendizagem e as demandas do mercado. O documento sublinha que tal defasagem pede mais investimento no currículo do curso médio – faz-se necessário dar mais ênfase a “questões práticas”, “habilidades comportamentais” e “oferta de temas profissionais” (Banco Mundial, 2007: 12).

De modo diferente da tônica utilizada no documento do Conjuve, o relatório do BM recomenda parcerias público-privadas em vários campos da educação, como as de diversificação do sistema de financiamento para a educação. Entre os exemplos, estão países como Uruguai, República Eslovaca e Turquia – onde o setor privado contribui com 20% dos custos totais nos três níveis da educação (Banco Mundial, 2007: 13).

Destaca-se a importância de sistemas de financiamento direto aos estudantes por meio de empréstimos estudantis, bolsas de estudos (por mérito) e incentivos monetários para permanecer na escola. Quanto à alternativa de serviços de crédito para o financiamento escolar, considera-se necessário o apoio do governo, uma vez que os jovens comumente não dispõem de fiador.

As escolas, por sua vez, devem oferecer aos jovens projetos que os sensibilizem a dar continuidade aos estudos, ressaltando o valor de retorno da educação a partir do pressuposto de que a aprendizagem é um investimento acumulativo.

Daí a importância do investimento na educação infantil, o que pode colaborar para reduzir a transmissão intergeracional de desigualdades. No entanto, ressalta-se que esse efeito pode ser interrompido, caso não seja acompanhado de ensino de qualidade nos níveis subsequentes.

Recomenda-se investir no sentido de pertença, criando-se nexos entre os estudantes e suas escolas, o que pode colaborar para o desempenho curricular e para diminuir a evasão escolar. Em suma: investir no clima e na sensação de pertencimento escolar.

A questão de gênero deveria ser mais focalizada no sistema de ensino, considerando que as meninas podem ser mais afetadas em relação ao seu próprio desempenho e ao abandono escolar. Deveria haver incentivos financeiros condicionados

ao mérito, particularmente para jovens mulheres, estabelecendo-se contas de banco e colaborando-se para a auto-estima delas.

Enfatiza-se a importância da participação dos jovens na administração acadêmica, combinada inclusive com a prestação de contas por parte dos professores. Recomenda-se também uma série de mecanismos de participação dos jovens, como conselhos estudantis, avaliações dos professores e pesquisas sobre participação dos estudantes na vida acadêmica, considerando não somente o tipo de participação ou quem participa (modelagem comum das pesquisas neste campo), mas o impacto dessa participação na vida acadêmica, sua qualidade e políticas, assim como nas habilidades comportamentais dos próprios jovens (Banco Mundial, 2007: 83).

Outra recomendação é a realização periódica e a publicação de pesquisas e censos escolares relacionados ao desempenho por escola.

DEFINIÇÕES DE HABILIDADES E CONHECIMENTO DO BANCO MUNDIAL

O relatório focaliza:

- habilidades de pensar (pensamento crítico e criativo);
- habilidades comportamentais (perseverança, autodisciplina, trabalho em equipe);
- habilidades sociais (negociação de conflitos e administração de riscos).

Todas elas são habilidades mínimas para o sistema de aprendizagem, particularmente de línguas e matemática, e de comportamento. Após o ensino fundamental, as habilidades de raciocínio devem ser incluídas no currículo, assim como um conjunto de habilidades comportamentais e de conhecimentos específicos (resumo livre do Banco Mundial, 2007: 71).

Em síntese, no plano das políticas, considera-se necessário:

- ampliar o leque de ofertas ou alternativas educacionais após os primeiros níveis do ensino médio, permitindo que os jovens realizem seu potencial;
- tornar os currículos mais atrativos, ensinando “assuntos práticos, habilidades de raciocínio e comportamentais”, combinando currículo acadêmico com profissional nos níveis superiores do ensino médio e ampliando os nexos entre escola e trabalho “para facilitar a transição escola-trabalho” (Banco Mundial, 2007: 72);
- “empregar professores preparados e motivados”, assim como “fazer a escola responsável (*accountability*) pelo tipo de aprendizagem dos jovens”, de modo a garantir o sucesso da reforma educacional (Banco Mundial, 2007: 72);

- implementar estratégias de custos compartilhados, por meio de “parcerias público-privadas”, e de “mecanismos de monitoria de eficiência, para financiar a expansão e a melhoria do ensino médio” (Banco Mundial, 2007: 72).

As reformas do ensino normalmente são pautadas por alguns critérios e combinação de políticas, tais como:

- treinamento de professores para ampliar a identificação dos alunos com as escolas, criando-se grupos de estudo, acompanhando-se lições e encorajando-se competições acadêmicas;
- ampliação da participação dos alunos na política da escola;
- ensino de habilidades comportamentais que possam aumentar a confiança e a motivação dos alunos;
- ensino por meio de drama, artes e esportes (Banco Mundial, 2007: 82).

Com relação às áreas-chave para formulação de políticas, propõem-se as seguintes ações:

- educação de qualidade, a partir do ensino fundamental;
- mapear e levar em conta a demanda por habilidades, particularmente no nível médio e superior, fornecendo opções a ambos (implementação de currículos relevantes, capacitação de professores e estabelecimento de estreita vinculação entre escola e trabalho);
- permitir que os próprios jovens façam escolhas, desenvolvam suas habilidades comportamentais, sejam envolvidos como investidores em sua própria educação e recebam incentivos financeiros e informações;
- preencher com duas ações as necessidades de aprendizagem daqueles que por algum motivo não seguiram o caminho esperado: a educação “compensatória” e os programas que consideram a diversidade de situações, como as socioeconômicas.

Políticas e programas inovadores por tipos É crucial deixar claro, inicialmente, que, conforme o relatório do BM, faltam avaliações mais consistentes sobre a maioria dos projetos relacionados a juventudes. À luz dessa ressalva, o documento fornece uma listagem de experiências no mundo todo, que está dividida em tipos, de acordo com o foco principal do programa ou da política, a saber:

- programas voltados às oportunidades;
- programas que reforçariam os nexos escola-trabalho, por meio de parcerias público-privadas;

- programas dirigidos ao financiamento e à expansão da educação;
- programas que contam com a participação ativa dos jovens;
- políticas gerais;
- programas voltados a estimular capacidades e habilidades;
- programas com foco em segunda oportunidade.

Programas voltados às oportunidades BRASIL – O *Bolsa Família* e o *Poupança Escola* (este no Distrito Federal, tendo feito parte do programa Bolsa Escola-DF).

MÉXICO – O *Programa Oportunidades* promove a permanência de mulheres jovens na escola.

Programas que reforçariam os nexos escola-trabalho, por meio de parcerias público-privadas ALEMANHA – Destaca-se o bem-sucedido sistema “dual”, que combina escola em tempo parcial com trabalho e vem sendo testado em vários países da América Latina, África e Ásia. O que limita a experiência desse sistema, entretanto, é fazer com que a criação de oportunidades para estagiários e aprendizes se converta em postos regulares. No Japão, por exemplo, o estudo em tempo parcial combinado com o trabalho oferece a possibilidade futura de já se sair empregado em tempo integral em empresas com estreito vínculo com a escola.

CHILE – Existe uma consulta permanente ao setor privado por parte da escola e o vínculo com ex-alunos, o que colabora para possíveis ajustes do currículo. Além disso, o país estabeleceu coletivos dos quais participam governo, escola e setor privado.

EUA – Em torno de um tema relacionado a alguma carreira, são firmadas parcerias entre escola e setor privado, de modo que empregadores locais ofereçam oportunidades de aprendizagem em atividades de trabalho.

MÉXICO – O *Programa Oportunidades* colabora para que crianças e jovens continuem nas escolas e aumenta a pressão pela demanda do ensino médio. Programas que foram introduzidos no começo de 1990 na América Latina vinculam ajuda financeira a desempenho. O *Oportunidades* é um dos mais conhecidos e documentados, pois conseguiu aumentar de 8% para 20% a matrícula no ensino médio, com mais efeitos sobre meninas que meninos. Embora não seja um programa barato, revela-se efetivo e de benefícios reconhecidos.

REPÚBLICA DOMINICANA – O programa de informações sobre mercado de trabalho e nexos com o sistema educacional ampliou em 12% a possibilidade de os alunos do último ano do ensino fundamental continuarem na escola. Mas, no caso dos pobres, são necessárias políticas que, com o objetivo de estimular a continuidade no sistema educacional até o nível superior, combinem empréstimos ou ajuda financeira, bolsas, monitoria e informação (Banco Mundial, 2007: 84).

Programas dirigidos ao financiamento e à expansão da educação

CHILE – Diversificação das fontes de recursos, alocando-se subsídios públicos e fazendo-se parceria com o setor privado, além de mudança no montante de pagamento dos alunos. A contribuição do setor privado foi significativa, aumentando em 42% o nível de matrícula nas universidades. Outro ponto é que as pesquisas nas universidades seguem as prioridades nacionais e regionais, o que as torna publicamente responsáveis por seus resultados e desempenho. Além disso, vale citar que o Chile é um dos países da América Latina com menor percentagem de recursos públicos na educação em relação ao PNB (Banco Mundial, 2007: 79).

CORÉIA – Expansão do ensino médio sem comprometimento à qualidade desde 1950. Investimento na motivação dos professores, estabelecimento de relações com empresas, participação dos pais por meio de mais contribuição financeira para as escolas (expansão de custos). Nota-se também a ampliação da educação de nível técnico e vocacional. O sistema de exames de admissão foi eliminado, sendo implantado um sistema de loteria para ingresso nas melhores escolas de nível médio. O sistema de vestibular também foi abolido e, levando-se em conta o desempenho dos alunos, estabeleceram-se nexos entre ensino médio e superior. Houve investimento contra as desigualdades de qualidade de ensino no campo e na cidade. Considerando o crescimento do setor manufatureiro, investiu-se em escolas técnicas e vocacionais. Além disso, foram feitas várias reformas no sistema educacional a partir de 1999 e ocorreu um aumento de 7% ao ano de investimento no setor até 2003. Cresceu o controle do governo nas escolas, criando-se os conselhos gestores para facilitar o envolvimento dos pais e dos sindicatos de professores. A reforma curricular introduziu informática e línguas estrangeiras a partir do ensino infantil e enfatizou um sistema de aprendizagem focalizado no aluno (Banco Mundial, 2007: 79).

GUIANA – Investimento especial nas escolas com pior desempenho, reforma curricular, acompanhamento dos estudantes, material didático, preparação dos professores – tudo isso implicou gastos mínimos sem, contudo, onerar os cofres públicos (apenas 6% de aumento no orçamento das escolas).

Programas que contam com a participação ativa dos jovens

ÁFRICA DO SUL – No movimento contra o *apartheid*, foi fundamental a participação estudantil de escolas e universidades, inclusive em conselhos, na defesa de direitos de estudantes, formando lideranças como Nelson Mandela.

INGLATERRA – Pesquisas indicam que a participação em política estudantil melhora o clima escolar e as relações, proporcionando melhor interação entre professores e alunos e gerando resultados nas habilidades comportamentais dos jovens. O problema é que a direção das escolas comumente quer uma participação formal

de fachada, impedindo que os jovens tenham, de fato, voz, voto e impacto substantivo nas políticas escolares (Banco Mundial, 2007: 83).

RÚSSIA, IUGOSLÁVIA e MACEDÔNIA – Recentes reformas educacionais na Rússia e em escolas de nível médio na antiga República Iugoslávia e Macedônia ampliaram a participação dos alunos na administração das escolas (cerca de 30% com direito a voto em alguns conselhos universitários). Uma pesquisa com ex-alunos de uma universidade russa indicou que, para muitos, a participação ativa havia sido uma das experiências mais importantes de sua educação (Banco Mundial, 2007: 84).

Políticas gerais CHILE – O salário dos professores dobrou em 1990, o que significou uma contribuição para a melhoria da qualidade do desempenho dos alunos. Destaca-se a implantação de um sistema de prestação de contas considerando o desempenho de professores. Ainda é necessário, no entanto, investir na responsabilidade social, assim como na prestação de contas por parte dos professores para pais, alunos e comunidade em geral, que deve ser combinada com autonomia e oferta de recursos.

VIETNÃ – Investimento em um plano estratégico de desenvolvimento nacional para a juventude com perspectivas até 2010, com consultas a jovens, criação de uma Lei dos Jovens e de um Plano Mestre para a saúde.

EMPRÉSTIMOS CONDICIONADOS AOS SALÁRIOS DOS JOVENS

Considera-se que programas de empréstimos bem desenhados têm as seguintes características: pagamentos condicionados ao recebimento de salários e juros eficientes e de montante razoável, levando em conta a possibilidade de equacionar estudo e trabalho, mas baixos o bastante para que os jovens possam pagar.

O propósito dos empréstimos aos jovens é permitir a eles fazer uma redistribuição de recursos no decorrer de suas vidas. Um país não deveria assumir sistemas de crédito sem um eficiente sistema de administração. Chile e África do Sul adotaram esquemas de empréstimos de pequena monta, mas não apresentaram desempenho satisfatório.

Um tipo de empréstimo possível seria por *vouchers*, para que os próprios jovens selecionem e paguem o estabelecimento de ensino privado que frequentam. Esse sistema é considerado eficiente para a autonomia e a auto-estima dos jovens, particularmente os pobres.

Programas voltados para estimular capacidades e habilidades BRASIL – O *Grupo Cultural AfroReggae* atua com crianças e jovens em situação de risco, promovendo alternativas à violência e comunicando para a sociedade outra imagem dessa população.

EUA – Programas para prevenção e controle do uso de drogas, como o *Big Brother–Big Sister*, que apresentou resultados na redução de iniciação e uso de drogas e de álcool nas escolas, no hábito de mentir para os pais e no de faltar à escola, aumentando, assim, a probabilidade de os jovens continuarem estudando com melhor desempenho.

EUA e HOLANDA – Vários programas com o objetivo de desenvolver habilidades comportamentais nas escolas têm apresentado bons resultados, principalmente por incidir na redução de comportamentos de risco para a saúde e na melhoria no nível de aprendizagem acadêmica, entre outros benefícios. O *Lion's Quest Program*, dos Estados Unidos, vem sendo testado no Japão.

PAQUISTÃO – Projeto piloto de educação que subsidia a escola comunitária privada, condicionada ao número de meninas matriculadas. Os pais recebem recursos financeiros e assistência técnica para matricular os filhos e monitorar o desempenho da escola (Banco Mundial, 2007: 66).

VÁRIOS PAÍSES – Campanhas em diferentes locais do mundo voltadas ao setor empresarial têm como objetivos o emprego de mulheres jovens, assim como a oferta de serviços de creches e cursos de qualificação voltados a elas.

O programa *Make a Connection*, por exemplo, opera em 25 países, incluindo o Brasil, a China, a Rússia, a África do Sul e as Filipinas. Com adaptações a necessidades locais, tem a duração de 13 meses e conta com treinamento nos campos de identidade, apreciação cultural e liderança, o que se conjuga a projetos de sustentabilidade. O programa conta também com sistema de empréstimos para tais projetos. Informações dos próprios envolvidos nos projetos indicam alto retorno no que diz respeito a emprego, volta à escola e serviços comunitários. O *Make a Connection*, entre outras qualificações, reforçaria os nexos relacionais do jovem consigo mesmo, entre os jovens em geral e entre os jovens, suas comunidades e seus familiares, por meio do investimento em habilidades comportamentais como autoconfiança, motivação, trabalho em equipe e administração de conflitos, além do raciocínio crítico e criativo, ou seja, “habilidades para a vida” (Banco Mundial, 2007: 72).

Os programas que combinam três elementos – atenção à saúde, formação dos pais e educação infantil – têm mais probabilidade de ser bem-sucedidos. Vale ressaltar que uma avaliação rigorosa de programas desse teor efetuada na Argentina, na Jamaica e nas Filipinas demonstra que eles são efetivos nos países em desenvolvimento (Banco Mundial, 2007: 71).

Programas voltados à segunda oportunidade BANGLADESH – Por meio de ONGs, em parceria com o Comitê de Desenvolvimento Rural e o *Programa para Crianças sem Privilégios* e com apoio do Unicef, foi criado um programa em áreas pobres da zona rural, voltado a crianças e jovens entre 10 e 16 anos, com material especial, produzido e distribuído nas escolas. Os pais envolvem-se no planejamento do programa, antes do início das aulas, e continuam a ter participação na escola. O currículo é simplificado, com foco em linguagem, matemática e ciências sociais. A intenção é que os alunos aprendam em um ritmo mais rápido, para que possam se equiparar aos outros. A duração completa é de oito anos, e o curso regular é conjugado a cursos profissionalizantes, em contato direto com o setor privado. Assim como em outros projetos, também esse necessitaria de mais avaliações.

CHILE – O *Chile Jovem* é um programa de emprego, treinamento e qualificação especializada para jovens pobres em situação de risco, sobretudo mulheres, com oferta de creches para crianças e de treinamento em perspectiva de gênero e qualificação. Ressalta-se que 65% dos que participaram do programa encontraram trabalho, sendo que 70% em sua área de estudo (Banco Mundial, 2007: 66).

COLÔMBIA – Programas bem-sucedidos, como o *Sistema Tutorial de Aprendizagem da Colômbia*, dirigidos a jovens da área rural, que fornecem material como lápis, caderno, livros de texto e *notebooks*, contando com esquema de ensino flexível, o qual permite o envolvimento com o trabalho. A participação da família, desde o início, é considerada indispensável para programas como esse, inclusive para o envolvimento emocional.

ISRAEL – Programa de matrícula para jovens que não terminaram o ensino médio e que precisavam de apoio educacional contribuiu para um aumento de 22% nas matrículas e a continuidade dos estudos.

MÉXICO – Programas voltados a jovens mais velhos, elaborados pelo Instituto Nacional de Educação de Adultos (Inea), o qual desenvolveu um método considerado inovador para engajar jovens de 15 anos ou mais que estivessem fora da escola. Com módulos flexíveis, o currículo baseia-se em matérias práticas que possibilitam acesso ao trabalho e ensinamentos práticos para a vida. Os jovens podem escolher a duração do programa e como montar seus módulos de ensino, de acordo com suas necessidades, cobrindo temas como saúde, educação cidadã e habilidades profissionais.

PERU – O *Projoven Peru* consiste em um programa de treinamento criado em 1997 para jovens pobres, entre 16 e 24 anos, para inserção no mercado formal. A iniciativa colaborou para a redução das distâncias salariais. Do total de participan-

tes, 54% eram mulheres. Antes do programa, os rapazes ganhavam 45% a mais que as moças; atualmente, esse percentual foi reduzido para 27%.

O relatório do Banco Mundial adverte que, em programas voltados para a retomada dos estudos ou relacionados ao treinamento informal, comumente o custo é alto, e é necessário ter criatividade e cuidado nas parcerias. Consideram-se importantes as parcerias público-privadas entre ONGs e setor privado, desde que o governo assuma um papel mais regulador do que provedor de serviços. Os programas com melhor desempenho em países em desenvolvimento são os vinculados à escola formal e que se orientam pela demanda do mercado de trabalho.

Finalmente, ressalva-se que há problemas em grande parte dos cursos de qualificação para jovens e que a maioria destes não passaria em testes de custo-benefício. Aqueles que apresentam melhores resultados são promovidos por empregadores, em um pacote que inclui conhecimentos de cidadania, habilidades profissionais e aconselhamento. Entre eles, estão 21 programas relacionados às redes *Jóvenes e Entra*, na América Latina (Banco Mundial, 2007: 92).

4

Trabalho

Destaques do Conjuve 1. A área do trabalho carece de políticas estruturais e continuadas, resumindo-se não raro a uma série de programas e projetos emergenciais e focais. O Conjuve considera ser esta uma questão fundamental para a juventude, com reivindicações precisas tanto por emprego como por alternativas de geração de renda, já que a necessidade de trabalhar está relacionada com a própria construção de identidade juvenil e de uma trajetória de inserção social.

2. Os jovens de renda mais baixa enfrentam dificuldades para encontrar trabalho, sobretudo os negros e as mulheres.

3. O trabalho e a educação não devem ser considerados como áreas excludentes, e sim combinadas e associadas entre horários de trabalho e estudo. Defende-se que o jovem deveria poder combinar estudo com trabalho decente, construtos do direito à inserção social, e não ter estas dimensões como etapas separadas. A associação entre estudo e trabalho relaciona-se com a perspectiva de desenvolvimento integral dos jovens, quando tal combinação na vivência juvenil é destacada.

4. Os desafios contemporâneos, como o desemprego, são alvo de atenção no documento do Conjuve:

A configuração das forças produtivas deste início de século XXI nos permite afirmar que o chamado desemprego estrutural tende a se tornar uma característica permanente das nossas sociedades. (Conjuve, 2006: 27).

5. A trajetória do jovem não deve ser interrompida pela necessidade de trabalhar para garantir tanto a sua sobrevivência como a de sua família, enfatizando-se que se deve levar em conta o tipo de trabalho em fase de juventude, uma vez que:

Hoje o que se tem é uma perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade e outros que, quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos, que tolhem a possibilidade de dedicação aos estudos mais reflexivos e críticos. (Conjuve, 2006: 28).

6. As principais formas de trabalho encontradas na parceria com o setor privado relacionam-se ao estágio, que é criticado, pois tende a ser:

apenas um modo de as empresas acessarem mão-de-obra de relativa qualidade a baixo custo, com muito pouco controle sobre o que esta atividade pode proporcionar ao jovem, em termos de formação e vivência profissional. (Conjuve, 2006: 27).

7. Outras formas de trabalho, como o empreendedorismo, são analisadas. Este deve ser visto de forma crítica, e não como uma “panacéia para os males do desem-

prego juvenil”, na medida em que são poucos os projetos que auxiliam o jovem em sua permanência no mercado de trabalho enquanto empreendedor, o que leva à culpabilização do próprio jovem pelo fracasso de seus negócios. Portanto, não basta estimular o “espírito empreendedor”. Se não houver medidas governamentais que intervenham na forma como o mercado e o trabalho estão organizados e que apóiem iniciativas juvenis, voltadas a outras formas de geração de renda, os resultados serão mínimos (Conjuve, 2006: 30).

8. O caso dos jovens das áreas rurais recebe destaque, ressaltando-se que carecem de condições básicas de saúde, lazer e educação e que apresentam dificuldades para completar as primeiras séries escolares; quando o fazem, não encontram em seus locais de moradia escolas onde possam freqüentar séries mais avançadas – estas oferecidas somente nas áreas urbanas. Quanto ao conteúdo dos cursos, o documento não estabelece relação com seu meio, nem com sua cultura e seu trabalho. Considera-se que o modelo urbano é o encontrado na sociedade. Adverte-se que o jovem rural também apresenta muitas diferenças entre si, condicionadas à sua classe social, ao seu grau de escolarização, às relações de gênero, à sua ocupação etc.

Recomendações do Conjuve É necessário mobilizar a sociedade para o debate acerca da implementação da legislação relativa ao trabalho juvenil e abrir novas linhas de ação nesse campo (apoio ao microcrédito, cooperativismo, associativismo e empreendedorismo, entre outras), além de apoiar iniciativas juvenis voltadas para a geração de renda.

No plano do empreendedorismo, orienta-se colocar a burocracia a favor dos jovens – facilitando, por exemplo, a abertura ou o fechamento de uma empresa e as regulamentações relacionadas a cooperativas – e ajudá-los a pôr em prática os princípios da economia solidária.

Recomenda-se, também, proporcionar alternativas de geração de emprego e renda, levando-se em conta as necessidades específicas de grupos juvenis, ou seja, dos jovens da cidade, do campo e das comunidades quilombolas, caiçaras, indígenas e ribeirinhas, particularmente, tendo em vista as singulares dificuldades destes no mundo do trabalho.

A área de educação profissional (ver capítulo 3. EDUCAÇÃO, na página 53) é enfatizada como vetor de política estrutural, como se observa neste trecho:

Encontrar mecanismos que vinculem de maneira mais efetiva o aumento dos níveis de escolarização, a educação profissional e o acesso ao trabalho. Talvez seja essa

uma forma de se pensar na constituição de uma política estrutural para o trabalho juvenil em que se possa aproveitar o que já existe em termos de formação para o trabalho. (Conjuve, 2006: 29).

Na perspectiva do desenvolvimento integral e dos vetores básicos da vivência juvenil, são feitos nexos ou ligações entre educação, trabalho e cultura, enfatizando-se o lugar da indústria cultural tanto no plano da formação como no mercado de trabalho. Recomendam-se, assim, programas específicos para:

grupos e/ou artistas amadores em fase de profissionalização para que possam realizar intercâmbios e aperfeiçoar suas técnicas, integrados com programas de formação de platéia e de público. (Conjuve, 2006: 32).

Considerando os jovens da área rural, o Conjuve recomenda políticas públicas que estimulem a produção agrossilvopastoril, que garantam o acesso à terra e aos mecanismos para torná-la produtiva e sustentável e que assegurem os direitos trabalhistas. Também se faz necessário pensar “políticas estruturantes”, como, por exemplo, uma reforma agrária maciça, para que estes jovens sejam também beneficiários, garantindo políticas de educação, trabalho, infra-estrutura, tecnologia e mais recursos.

Experiências governamentais destacadas pelo Conjuve

Entre os programas destinados ao público jovem, visando o aumento de suas habilidades e o estímulo ao desenvolvimento de atividades comunitárias, o Conselho destaca os seguintes:

- Projovem;
- Consórcio Social da Juventude;
- Programa Soldado Cidadão.

Destaques do Banco Mundial 1. O relatório do BM, assim como o documento do Conjuve, enfatiza a equação estudo (considerada como fase de transição) e trabalho (considerada também como fase de transição e básica em perspectiva estrutural, que, na linguagem do BM, seria de “crescimento de oportunidades”), ou a relação entre demanda, oferta de trabalho e educação, advertindo que a entrada “prematura” no mercado do trabalho tende a tornar esse jovem “não atrativo ao mercado”.

2. Com base em tal raciocínio, destacam-se os seguintes desafios para os governos:

- como evitar que o jovem comece a trabalhar muito cedo e como não deixar que isso amplie os níveis de exploração;
- como estimular e garantir a entrada no mercado de trabalho;
- como regular a mobilidade no mercado de trabalho, minimizando a equação “trabalhar muito e ganhar pouco” (Banco Mundial, 2007: 7).

3. Especificamente sobre a segunda fase de transição, ou seja, “começando a trabalhar e barreiras à mobilidade”, na análise do BM, sustenta-se que a abertura de oportunidades para o jovem se relaciona ao comportamento da economia, ao seu crescimento e ao estímulo de demanda. Há título de exemplo, é citado o caso do setor de exportação e microeletrônica na Ásia (indústrias que seriam *youth intensive*).

4. Ainda no plano do cenário estrutural, diferentemente do Conjuve, o BM orienta-se para o perfil da oferta e sua relação com a demanda, ou seja, refere-se à “abertura de oportunidades” no mercado. Assim, faz-se apologia ao livre comércio, considera-se que “lente jovem em política” implica mudanças na regulação do mercado de trabalho, na minimização de políticas que limitem a flexibilidade e a mobilidade através de setores, em medidas de proteção que impeçam o crescimento do desemprego e em cuidados com níveis altos de salário mínimo que inviabilizariam a ampliação do emprego (Banco Mundial, 2007: 13).

5. Vale dizer que o documento do BM, assim como o do Conjuve, também realça, entre os obstáculos para esta geração – coorte de jovens –, o problema do emprego, já que em todo o mundo as taxas de desemprego entre essa faixa etária são as mais altas. Mundialmente, os jovens perfazem 25% da população em idade de trabalhar e 47% dos desempregados.

6. O relatório do BM também insiste no desafio de investir em habilidades, levantando como questões problemáticas:

- A proliferação de instituições de treinamento, quando se deveria contar com instituições especializadas e treinamento no trabalho, o que deveria ser combinado com incentivos aos jovens e suas famílias para engajamento nessas modalidades.
- Os meios de garantir autonomia aos jovens, considerando o problema de acesso ao capital (citam-se, como experiências bem-sucedidas na América Latina, programas de fornecimento de capital apenas para abertura de negócios, financiamento e contatos para novas oportunidades – *seed capital*).

- O perfil dos países quanto ao desenvolvimento de novas tecnologias, considerando-se a demanda de habilidades.
- A garantia de tipos de trabalho produtivo que permitam aos jovens construir habilidades e experiências que facilitem a mobilidade no setor formal. Para tanto, enfatiza-se que é preciso haver incentivos no setor privado para a geração de empregos para a parcela da população mais jovem.

7. Levando-se em conta que as dificuldades de entrada no mercado de trabalho podem persistir e ser custosas de remediar, defende-se que as primeiras experiências de trabalho são importantes, pois podem ter efeitos duradouros na trajetória juvenil (o primeiro emprego pode levar à imobilidade social: se o primeiro trabalho do jovem é exaustivo, sem possibilidade de ascensão ou promoção, ele “empaca” em um trabalho sem futuro ou o que se denomina em economia de *deadline*). No Brasil e no Chile, por exemplo, jovens que entraram no mercado de trabalho durante o período de recessão, mesmo após a retomada do crescimento da economia, tiveram dificuldade de inserção no mercado.

8. Os desafios estruturais ou de “oportunidades” dos jovens no mercado de trabalho interferem na aquisição de capacidades/habilidades, com conseqüências como:

- começar a trabalhar muito cedo;
- não conseguir emprego;
- dificuldades de circular entre empregos;
- não conseguir fazer carreira.

9. A influência das tendências da economia é ressaltada no relatório do BM, uma vez que, em períodos de aumento da pobreza e recessão, os jovens e as mulheres são os mais afetados. No Brasil, por exemplo, entre 1980 e 1990, as taxas de emprego para adultos e de expansão variaram muito pouco durante o período de recessão, enquanto as relativas a mulheres e jovens foi intensa. Pesquisa de 60 países em desenvolvimento citada no relatório indica que, após deixarem a escola, os jovens, em média, gastam de um a quatro anos em trabalhos temporários e intermitentes, ou ficam desempregados antes de entrarem em empregos estáveis.

10. Ainda com relação ao mercado de trabalho, outros obstáculos citados são:

- a falta de acesso à informação e ao crédito;
- a permanência em empregos que não colaboram com a “construção de capital humano” (equação escolaridade e tipo de emprego), o que torna os jovens mais vulneráveis no mercado de trabalho. No Brasil, por exemplo,

apenas 41% da força de trabalho jovem completou o ensino médio (Banco Mundial, 2007: 103).

11. O papel do setor informal no emprego de muitos jovens é reconhecido, tendo efeitos diferenciados na relação entre transições, educação e trabalho. Menciona-se que, na América Latina, a maioria dos jovens começa seu aprendizado para o trabalho no setor informal, o que pode ter impacto futuro positivo:

Na América Latina a vasta maioria da aprendizagem ocorre no setor informal e os novos trabalhadores podem escolher o setor informal para adquirir as habilidades necessárias no mercado trabalho. (Banco Mundial, 2007: 102).

Recomendações do Banco Mundial Segundo o relatório do BM, é preciso adotar políticas que ampliem oportunidades para jovens, que colaborem para que suas “habilidades e competências sejam apreciadas e de acordo com as exigências do mercado”, e que um sistema de segunda oportunidade ampare os que não conseguem acompanhar o “necessário ritmo” (Banco Mundial, 2007: 96).

Essa perspectiva se alinha por um *rational* diferente do adotado pelo Conjuve, o qual sugere mais crítica à economia política e defende a intervenção do governo na ordenação do mercado, não apenas na adaptação do investimento em habilidades às demandas deste, e considera também que muitos jovens não estariam em situação de exclusão social por não acompanharem “o necessário ritmo” (como delinea o documento do BM), mas sim por desigualdades sociais que fazem parte da estrutura da economia e do momento de globalização.

O BM defende que políticas que incidem no mercado de trabalho têm impacto na vida dos jovens, e que outras políticas, especificamente voltadas aos jovens, devem estar relacionadas com o contexto de desenvolvimento do país. Assim, em países classificados no nível médio quanto a rendimentos/desenvolvimento, a prioridade deveria ser a reforma das instituições de mercado de trabalho e a construção da ponte escola-trabalho.

Advoga-se, em ambos os documentos, que a ordenação da economia em geral tem efeitos singulares sobre os jovens. Contudo, Conjuve e BM partem de parâmetros diferentes no entendimento dos jovens e da formatação da economia em sua interação com o emprego.

Segundo o relatório do Banco Mundial, instituições tidas como “restritivas no mercado de trabalho”, como seguro-desemprego, leis de proteção trabalhista e salário mínimo, são consideradas como tendo efeitos negativos sobre os jovens, uma

vez que aumentariam os custos de contratação. Exemplifica-se com o caso do Brasil, notando que o aumento no salário mínimo significou perda de emprego para as mulheres, os jovens e os de menor especialidade, ou teve como resultado a concentração destes grupos nos níveis de mais baixos salários, inibindo a abertura de oportunidades de emprego, especialmente para jovens mulheres.

No documento do Conjuve, por sua vez, fala-se na importância da criação de empregos, mas não se trabalha uma possível competição entre trabalhadores de acordo com a geração, nem se analisa se conquistas históricas dos trabalhadores, como o salário mínimo e as leis de proteção laboral, teriam efeito negativo na ampliação de oportunidades para os jovens, pois parte-se da perspectiva estrutural e orientada para o social de forma integrada.

No plano de políticas mais orientadas para ampliar oportunidades no mercado de trabalho, o relatório do BM recomenda:

- reformar as instituições do mercado de trabalho – para garantia e ampliação de investimentos do setor privado;
- melhorar o clima de investimentos;
- investir no crescimento econômico e na criação de empregos, devendo o governo propiciar tal clima administrando custos, riscos e barreiras à competitividade;
- dedicar investimentos à estabilidade pública e à segurança;
- melhorar o clima regulatório da economia e as taxas de investimentos;
- contar com um bom serviço de informação sobre vagas no mercado de trabalho;
- considerar a importância do setor externo no crescimento da economia. Sustenta-se que o desempenho é melhor em países em que o setor de exportação é dinâmico;
- diminuir a distância de remuneração entre os setores público e privado, tornando o primeiro mais atrativo para jovens;
- criar novos empregos e, para tanto, subsidiar o setor privado para encorajar novas contratações, assim como ater-se aos efeitos de transferências e *deadweighs* com esquema de subsídios (Banco Mundial, 2007:109). Adverte-se, no entanto, que neste tipo de política o problema reside na relação com outros trabalhadores, pelo fato de ela beneficiar somente empresas com programa de emprego para jovens.

No plano de políticas voltadas para o incentivo de capacidades/habilidades, o relatório do BM recomenda:

- investir na melhoria do sistema de aprendizagem formal, particularmente em países de rendimento médio;
- melhorar o sistema voltado a proporcionar as primeiras experiências de trabalho;
- cuidar da eficiência e da eficácia dos sistemas de qualificação para o emprego, particularmente para o setor moderno (produtor de artigos de ponta, com técnicas mais avançadas), considerando-se que este teria impacto relativo na geração de emprego;
- investir na parceria público-privada quanto à qualificação para o trabalho. Cita-se o estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que indica resistências do sistema de ensino formal ao modelo de educação dual, à relação escola-empresa, assim como se menciona a ausência de “organizações guarda-chuva” no setor privado que administrem de forma conjunta cursos de treinamentos (Banco Mundial, 2007: 111).

Note-se que o documento do Conjuve, ao se referir a programas que, na tipologia do BM, seriam considerados como de “segunda oportunidade”, como o Projoovem, recomenda mais monitoria e avaliação por parte do governo das parcerias público-privadas, como acontece no relatório do BM, que, no entanto, não enfatiza o lugar do setor privado em cursos de profissionalização.

Ainda no plano de políticas voltadas ao incentivo de habilidades/capacidades, o relatório considera que, para serem bem-sucedidos, esses cursos têm de sair do modelo tradicional – voltado, por exemplo, para a indústria e o comércio – e oferecer conteúdo mais abrangente, como fundamentos da especialização ocupacional não tradicional (qualificação para áreas com uso de tecnologia e novos produtos do mercado). Tal orientação colaboraria para reduzir o viés de gênero (favorecimento de um gênero em detrimento de outro) e criar mais mobilidade no mercado para homens e mulheres.

Menciona-se a aprendizagem em áreas como *catering*, administração de negócios, serviço de pessoal e tecnologias de informação, que é mais comum em países desenvolvidos. Em países de baixa renda, contudo, recomenda-se insistir na aprendizagem tradicional, como o investimento em alfabetização e em educação formal.

Recomenda-se investir na área de treinamento efetuado por empregadores. Para isso é citada a pesquisa do Banco Mundial em 37 países, que indica que os empresários investem em treinamentos em serviço, mas comumente são relutantes em treinar habilidades também requisitadas por outras empresas. De acordo com o documento, na Colômbia, na Indonésia e em outros países são as grandes empre-

sas que investem em treinamento, mas normalmente este se concentra em trabalhadores da empresa com nível educacional mais elevado.

Os subsídios do Estado para as empresas empregarem e treinarem jovens são defendidos como alternativa ao quadro descrito acima. Porém são feitas críticas a esses programas, pois: “são rígidos, de baixa qualidade e desconectados do mercado de trabalho” (Banco Mundial, 2007: 113). No entanto, há referência ao fato de que em muitos países, como na Colômbia, parcerias público-privadas estão sendo abertas para diversificar o financiamento em treinamento e promover sustentabilidade e eficiência.

No relatório do BM, quanto à transição “entrando no mundo do trabalho”, destacam-se recomendações para políticas relacionadas ao empreendedorismo jovem, e são omitidas críticas como as do Conjuve, para o qual o empreendedorismo seria uma espécie de solução ideal para problemas de emprego para os jovens. Porém as estatísticas citadas sugerem que essa modalidade de trabalho abarca apenas uma parcela específica da juventude.

Menciona-se, no mesmo documento, que na América Latina 13% dos que têm entre 16 e 24 anos estão em atividade de empreendedorismo, mas 1% deles é empregador e 12%, auto-empregados, e as mulheres perfazem um terço destes. Os jovens em atividades de empreendedorismo na América Latina vêm das classes média e média alta. Como o Conjuve, o BM reconhece que poucos conseguem ser bem-sucedidos em atividades de empreendedorismo. Entre os obstáculos enfrentados, são citados:

- o acesso difícil a financiamento;
- a inexistência de redes formais;
- a falta de acesso a clientes, fornecedores e mão-de-obra qualificada;
- a dificuldade de encontrar fiadores.

A criação de oportunidades na área rural para empregar jovens e incidir nas migrações rurais urbanas é outro tema destacado no relatório do BM. Para que exista mais facilidade de mobilidade, considera-se que é preciso desenvolver algumas habilidades geralmente adquiridas com a educação formal e com a experiência de trabalho e o treinamento não formal. Em relação aos jovens na área rural, defende-se ainda que são necessários informações, ajuda, crédito e desenvolvimento de habilidades para além da escola.

Destaca-se a importância de recomendações para reintegrar os mais vulneráveis, denominadas de “segunda oportunidade”, voltadas a jovens como os que começaram a trabalhar cedo, ou os que nunca foram à escola, além de alguns grupos

étnico-raciais, entre outros. Considera-se que esses programas devem combinar ações em várias áreas, ou seja, devem integrar campos como educação, trabalho e segurança social familiar, pois as vulnerabilidades se dão em diversas dimensões.

Adverte-se que muitos programas para jovens desempregados são mal-sucedidos, e o treinamento costuma não funcionar para a integração no mercado. Insiste-se que a perspectiva de equidade pede uma intervenção pública para a reintegração na força de trabalho e a reincorporação no sistema de ensino, mas se admite que não há um modelo certo de programa.

Ações que integrem o setor público a programas voltados a uma segunda oportunidade são recomendadas, como a abertura de vagas para um primeiro emprego e o aumento das oportunidades dos jovens em situação de maior vulnerabilidade, para que se integrem em trabalhos do setor privado. Além disso, os beneficiários desse tipo de programa deveriam estar preferencialmente trabalhando ou buscando trabalho.

Em resumo, considera-se que as políticas mais relevantes são as que se orientam pela estratégia de impedir que os jovens entrem prematuramente no mercado de trabalho, minimizam atritos nessa entrada e permitem mobilidade para trabalhos mais satisfatórios. O estado da economia é tido como básico, mas algumas medidas, a depender do tipo de estágio de desenvolvimento do país, devem ser voltadas para os jovens e focalizadas neles.

Em países de renda média, recomenda-se:

- reformar as instituições de mercado de trabalho para acomodar melhor os que entram e dar incentivos para as empresas empregarem jovens;
- construir mais pontes entre escola-empresa e ampliar o acesso a informações.

Em países de baixa renda, recomenda-se:

- investir em habilidades básicas de aprendizagem formal e informal;
- um misto de: empregos públicos, subsídios para salários, estágios e treinamentos no âmbito do setor privado.

Políticas e programas inovadores por tipos É crucial deixar claro, inicialmente, que, segundo o relatório do BM, faltam avaliações mais consistentes sobre a maioria dos projetos relacionados a juventudes. À luz dessa ressalva, o BM fornece uma listagem de experiências no mundo todo, dividida em tipos, de acordo com o foco principal do programa ou da política.

1. Programas voltados às oportunidades **Programas voltados ao microcrédito** AUSTRÁLIA – Crédito condicionado a renda e emprego. Jovens têm alta participação na taxa de desemprego e entre os que buscam trabalho, mas, em alguns países, tal quadro vem apresentando redução com o crescimento do turismo.

BANGLADESH – Crédito em áreas não cobertas por bancos. Grupos “que emprestam”, cooperativas beneficiárias, sobretudo para mulheres, e cooperativas de microcrédito. Ressalta-se que o crédito aos jovens também teria o papel de “empoderamento”, e que não há análises indicando que os jovens teriam mais dificuldades para saldar dívidas. Valeria a pena, no entanto, contar com mais avaliações desses programas (Banco Mundial, 2007: 57).

Programas conjugados CHILE – O *Programa Un Techo para Chile*, de 1997, tem por objetivo propiciar condições de vida mínimas para os pobres. Abarcou 4 mil voluntários e foram construídas 2.156 casas. No ano de 2004, o número subiu para 24 mil casas, empregando-se 18 mil voluntários ao ano. Entre as iniciativas, há treinamento, educação, microcrédito, serviços de saúde e judicial para a comunidade.

Programa de erradicação do trabalho infantil BRASIL – O *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* (Peti) é considerado bem-sucedido em seu objetivo, fornecendo apoio a famílias de baixa renda. As crianças freqüentam a escola e programas após as aulas.

Experiência em reforma ampla do mercado de trabalho, e não por medidas parciais CHILE – Possui salário mínimo específico, e o governo pode subsidiar o treinamento em serviço.

COLÔMBIA – Realizada em 1990, a reforma que reduziu os custos de trabalhadores demitidos induziu a passagem do setor informal para o formal e reduziu o período de desemprego principalmente para jovens e trabalhadores de melhor nível educacional (Banco Mundial, 2007: 108).

VÁRIOS PAÍSES – Há países onde o salário mínimo é diferenciado por idade, o que pode reduzir o desemprego entre jovens. Quanto à proteção específica para determinados grupos, considera-se que ela precisa ser gradual, com incentivos às empresas para empregarem jovens.

Criação de novos empregos ESPANHA – Em 1990, adotou-se a diminuição de custos para firmas que empregam jovens. O problema foi o grande aumento do uso temporário de força de trabalho jovem. Em 1997, com reformas mais amplas, houve

diminuição de taxas sobre salários e custos de demissão. Registra-se que o desemprego jovem diminuiu de 40% em 1995 para 20% em 2000.

FRANÇA – Em razão do desemprego juvenil, acima de 20% desde 1990, criou-se o *Contract Premièrre Embauche* (CPE), que permitia demitir jovens com menos de 26 anos, dentro de um período de dois anos, sem “justa causa”. Houve protestos contra essa lei, pois na elaboração faltou a consulta aos jovens. Para alguns analistas, o CPE aumentaria a segmentação do mercado de trabalho. A lição aprendida foi que reformas parciais são discutíveis. Na França, a opção alternativa tem sido as reformas graduais que não enfatizem a segmentação de mercado para diferentes grupos etários: “Talvez um contrato progressivo em que a proteção se amplie à medida que o tempo de trabalho aumente” (Banco Mundial, 2007: 108).

PAÍSES EUROPEUS – Nos países citados no relatório, como Hungria, Polônia e República Tcheca (Banco Mundial, 2007: 109) e a Comunidade Européia como um todo, os programas de criação de emprego vêm funcionando melhor para jovens desempregados. Experiências de destaque em relação a reformas que significaram mais empregos para os jovens ocorreram na Espanha e na França (Banco Mundial, 2007: 108, *in box 4.4*).

79

2. Investimento em aprendizagem formal, habilidades/capacidades

ALEMANHA – Esquema dual: parte do treinamento é na escola, parte no trabalho.

CHILE – O *Serviço Nacional de Capacitación y Empleo* (Sence), agência especializada do Ministério do Trabalho, não tem o encargo de elaborar ou administrar cursos, mas busca serviços de outras unidades públicas ou privadas para grupos de jovens específicos. O modelo de treinamento deixa de ser orientado pela oferta e passa pelo crivo da demanda. Esse sistema vem se afastando da ênfase em instrutores, oficinas e equipamentos e se orientando mais por resultados (avaliados pelos empregadores) e habilidades (determinadas pelos empregadores) e por tipos de competências. O desempenho desses cursos passa a ser mensurado pelo número de jovens empregados e pelo aumento da produtividade dos trabalhadores. O currículo dos cursos promove entrada e saída flexíveis, com um treinamento condizente com a aprendizagem no longo prazo. Adverte-se, no entanto, que avaliações periódicas são necessárias nesta e em outras experiências.

COLÔMBIA – Experiência pública e privada. O governo, no início, era responsável pela qualificação, mas o *Serviço Nacional de Aprendizagem* (Sena) vem sendo reformulado, integrando agências nacionais de treinamento. Além disso, o governo passou a estar menos relacionado à provisão de serviços, que fica com o setor privado,

enquanto as agências nacionais se dedicam à administração de despesas. Considere-se que, na Colômbia, a ampliação da competição em tais parcerias público-privadas não só faz melhorar a qualidade, como diversifica os tipos de treinamento.

FRANÇA, INGLATERRA e EUA – Sistemas de ensino alternativo.

ILHAS MAURÍCIO – O financiamento (realizado pelo governo) foi separado do treinamento (realizado pelo setor privado), e implantou-se um modelo competitivo entre várias empresas para cursos de treinamento (Direção de Treinamento Vocacional Industrial). Esse tipo de direção também foi adotado na Argentina e no Chile.

Experiências quanto a habilidades BRASIL – O *Softex*, um programa que funciona por meio de parceria público-privada, é orientado para jovens estudantes em cursos de *software*, assistência técnica e rede de apoio.

CHILE – O *Corporación de Fomento de la Producción* (Corfo) é um programa que promove assistências técnica e financeira a empreendedores, operando em parcerias público-privadas com universidades e incubadoras, para identificar e avaliar negócios promissores e incrementar com capital inicial. O Corfo foi replicado por Buenos Aires como *Emprende 1* e *Emprende 2*, este com participação de grandes universidades e câmara de comércio, estimulando empreendedores da área de *software*.

Experiências em empreendedorismo ARGENTINA, BRASIL, CHILE, MÉXICO, URUGUAI E ÁFRICA DO SUL – Há poucos programas recentes voltados para jovens de classe média, e ainda sem avaliação. Um exemplo é o programa de incubadoras, presente na Argentina, no Brasil, no Chile, no México e no Uruguai, com consultoria e redes com investidores. Alguns governos dispõem de programas de fundos para o auxílio a jovens na abertura e manutenção do negócio, como o da África do Sul.

3. Experiências orientadas para jovens com vulnerabilidades (com deficiência, desempregados, de famílias de baixa renda, que estão fora da escola, entre outros)

Experiências com jovens portadores de deficiência AMÉRICA LATINA – O *Entra 21* é um programa global para jovens com vulnerabilidades que lhes oferece informação e treinamento, combinando habilidades de vida e trabalho. Está presente em 18 países na América Latina e empregou 40% dos participantes, a maioria no setor formal. É bem avaliado por empregadores.

ARGENTINA – *Programa Trabajar*, voltado a pessoas com deficiência.

ARGENTINA, CHILE, PERU e URUGUAI – O *Programa Joven*, internacionalmente reconhecido como bem-sucedido para jovens de baixa renda, também é realizado em outros países da América Latina. De acordo com o relatório do BM, os pontos básicos para o sucesso desse programa de treinamento são: focalizar habilidades técnicas e de vida; aulas e estágios combinados com consultoria; certificados que permitam uma participação continuada; ser endereçado principalmente a jovens entre 16 e 29 anos; ter perspectiva de gênero, com metas de inclusão de jovens mulheres; e orientar-se por redução em comportamento de risco. Recomenda-se que o desenvolvimento de habilidades deve responder à demanda local e promover competição entre fornecedores de cursos de qualificação. Por trás do sucesso do *Programa Joven*, existe a perspectiva de descentralizar a demanda e de envolver participantes do setor privado, estimulando a competição pelo fornecimento de treinamento. Sua adoção por outros países pede administração descentralizada por instituições fortes para coordenar objetivos e operações de instituições de treinamento. Também requer avaliação contínua da qualidade dos cursos e estágios, assim como do desempenho dessas instituições.

Custos e impactos do Programa Joven em alguns países

	Argentina Proyecto Joven	Chile Chile Joven
Cobertura (pessoas)	116.000	165.000
Custo por jovem treinado (\$)	2.000	730 – 930
Benefícios privados; Impacto sobre emprego (pontos % aumento)	10	21
Impacto sobre rendimento (pontos % aumento)	10	26

Fonte: Banco Mundial, 2007: 117 (dados para 1999).

BRASIL – O *Programa Primeiro Emprego* é avaliado como uma “interessante relação entre setor público e privado”, por relacionar os jovens com empresas na municipalidade. Iniciado em Curitiba, recebeu financiamento do governo local. Adverte-se, entretanto, que falta avaliação. No Brasil, vale notar, 55% dos jovens de 18 e 19 anos estariam empregados; entre os que têm deficiência, contudo, apenas 29% (Banco Mundial, 2007: 115).

COMUNIDADE EUROPÉIA – Experiências bem-sucedidas de empregos para jovens com deficiência são uma realidade, e as políticas nacionais e programas escola-trabalho foram institucionalizados. Além disso, levando-se em conta que o desem-

prego jovem é sensível ao ciclo de negócios, ou seja, os jovens se beneficiam quando cresce a demanda por trabalho, considera-se que o aumento do nível de desemprego dos mais velhos dificultou a transição escola-trabalho. Foram mencionadas também “as minorias” e os de mais baixa escolaridade como a parcela da população que mais enfrenta os problemas de desemprego.

Políticas de países da Comunidade Européia sobre desemprego juvenil

- Não foi bem-sucedida a proposta de estimular a aposentadoria dos mais velhos; jovens e velhos se complementam no mercado de trabalho
- Na França, a diminuição de horas trabalhadas não resultou em aumento de emprego para os jovens
- Houve um avanço no número de jovens empregados, mas não em termos de rendimentos
- As políticas de assessoria na busca de trabalho e subsídios salariais foram bem-sucedidas
- O envolvimento dos jovens nos programas está condicionado à aceitação de qualquer trabalho oferecido
- Os subsídios ao desemprego estão vinculados à busca de uma ocupação

EGITO, ETIÓPIA e UGANDA – Há organizações direcionadas a jovens com deficiência, que dão assistência na busca de emprego.

HUNGRIA – O *Salva Vita Foundation* é um programa voltado a jovens com deficiência que oferece treinamento e acompanhamento e integra trabalho ao currículo escolar.

QUADRO-RESUMO ORIENTAÇÕES DE POLÍTICAS DE EMPREGO JUVENIL E EXEMPLOS DE PROGRAMAS

Tipos de programa	Sucesso comprovado	Promissor, mas não comprovado	Perspectivas de sucesso mínimas
Voltados às oportunidades			
Criando empregos	<p>Abertura comercial: setores de exportação com emprego intensivo de jovens (Indonésia e Vietnã).</p> <p>Reforma focalizada no mercado (Eslovênia e Estônia).</p> <p>Reforma geral do mercado de trabalho (Colômbia).</p> <p>Quando o salário mínimo for considerado alto, diminuí-lo para os jovens (Chile).</p>	<p>Subsídios salariais e incentivos do setor privado voltados para os desqualificados e desempregados (Hungria, Polônia e República Tcheca).</p>	<p>Esquemas garantindo empregos no setor público para os que possuem nível educacional (Marrocos, Egito, Sri Lanka e Etiópia).</p> <p>Instituições de fixação (compressão) de salários (salários mínimos muito altos: Chile e Brasil).</p> <p>Leis de proteção ao emprego excessivamente restritivas (Chile, países latino-americanos e caribenhos e países da OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development)).</p> <p>Reforma parcial do mercado de trabalho (reduzindo proteção empregatícia somente para jovens ou contratos temporários) aumenta a rotatividade de empregos para os jovens, mas segmenta o mercado (França e Espanha).</p>
Reduzindo o trabalho infantil	<p>Transferências financeiras condicionais para crianças vulneráveis ao trabalho infantil (Peti no Brasil, Progresa no México e Human Development Bond Project (BDH) no Equador).</p>		
Facilitando a mobilidade	<p>Assistência para emprego rural não relacionado à fazenda (em Taiwan, promoção de manufatura rural).</p>		<p>Restrições a migrantes rurais.</p>

Tipos de programa	Sucesso comprovado	Promissor, mas não comprovado	Perspectivas de sucesso mínimas
Voltados a capacidades			
<p>Desenvolvimento de habilidades</p>	<p>Programas de aprendizagem: bem-sucedido na Alemanha, não provado em países em desenvolvimento. Aprendizagem tradicional com acesso a novas tecnologias para dominar o artesanato (programa Juan Kali do Quênia). Treino baseado no empreendedorismo (Gana, Quênia e Zimbábue).</p>	<p>Programa novo aprendiz (Reino Unido e Austrália), oferecendo aprendizagens em novos setores de serviço. Aprendizagens tradicionais no setor informal (informações confusas sobre o programa da África Sub-Saariana). Rede de emprego (Sri Lanka Matching Agency). Comprovantes de treinamento (Malásia). Reforma de instituições de treinamento para introduzir competição entre os provedores privados e públicos (Mauritius Industrial Vocational Training Board, Chile Servicio Nacional de Capacitación y Empleo).</p>	<p>Programa de capitalização da Eslovênia (para empreendedores).</p>
<p>Emprego autônomo</p>		<p>Assistência para o autônomo (Hungria e Polônia). Promoção do empreendedorismo (Endeavor Program na Argentina, no Brasil, no Chile, no México e no Uruguai). Softex (Brasil) – parceria público-privada para empreendedores. Corfo do Chile e Emprede 1 e 2 em Buenos Aires. Fortalecimento de jovens com deficiência (Centro de Vivência Independente do Paquistão).</p>	

Tipos de programa	Sucesso comprovado	Promissor, mas não comprovado	Perspectivas de sucesso mínimas
Voltados à segunda oportunidade			
	<p>Programas de trabalho público (em países de baixa renda) voltados aos jovens desempregados e sem qualificação. Combinação de trabalho público e subsídios salariais no Programa Proempleo na Argentina.</p>	<p>Programas Entra 21, incluindo treinamento, habilidades básicas e estágios (18 países na América Latina e no Caribe). Reintegração de jovens com deficiência no mercado de trabalho (Salva Vita Foundation da Hungria, em emprego auxiliado e programas experiência de trabalho). Agetip, com trabalho público voltado aos jovens no Senegal. Colectivo Integral de Desarrollo no Peru. Serviço de emprego público (Coréia, Filipinas e Tailândia).</p>	

5

Cultura

Destaques do Conjuve Embora o relatório do Banco Mundial não destaque o direito à produção e a bens culturais como uma dimensão que comporia uma transição básica para os jovens, este tema é privilegiado entre estudiosos da juventude brasileira, independentemente de referência à classe social, ao lugar de residência e à inscrição identitária. Tanto que, no documento do Conjuve, aparecem várias referências e propostas de políticas de cultura, como se verá a seguir:

1. Considera-se que a “demanda por equipamentos culturais é uma das prioridades de grupos e movimentos juvenis” (Conjuve, 2006: 30).

2. Os programas de abertura das escolas nos fins de semana para atividades de lazer e cultura, com o objetivo de suprir em várias localidades as carências no plano de equipamentos culturais, são recorrentes; no entanto, há críticas quanto à perspectiva de esses programas não oferecerem grande investimento em relação à sofisticação, sendo considerados programas pobres para uma população também carente. Contudo, ressalta-se que é um direito de cidadania básico para os jovens contarem com equipamentos, tais como cinemas, teatros, bibliotecas, museus, centros culturais, de esporte e de lazer, entre outros, de forma descentralizada, e “voltados mais diretamente aos jovens” (Conjuve, 2006: 31).

Recomendações do Conjuve O Conjuve sugere a criação e a manutenção de equipamentos culturais em diversas áreas, orientados para os jovens e atendendo também os que têm deficiência quanto à programação e ao tipo.

As políticas de cunho cultural e voltadas para o lazer, que usam o espaço da escola, devem primar pela qualidade, ter continuidade e receber investimentos que incentivem novas produções culturais dos jovens.

O Conselho destaca o lugar da produção artístico-cultural como fonte de formação profissional e emprego, o que deveria ser contemplado pelos programas de profissionalização e os de formação de platéia. Considera-se que:

É preciso criar programas específicos para grupos e/ou artistas amadores e em fase de profissionalização, para que possam realizar intercâmbios e aperfeiçoar suas técnicas, integrados com os programas de formação de platéias e de público. (Conjuve, 2006: 32).

Outra recomendação é a realização de espetáculos e atividades culturais públicas e gratuitas, e o direito para o público jovem à meia-entrada em atividades culturais e esportivas, uma “conquista do movimento estudantil”, que deve ser estendida para os jovens que não estão estudando (Conjuve, 2006: 21).

Nas políticas públicas, a fim de incentivar a produção e o consumo de atividades artístico-culturais pelos jovens, há que se cuidar mais do acesso, do transporte, facilitando a mobilização, particularmente das periferias para o local dos espetáculos.

O documento do Conjuve recomenda ainda:

A democratização dos meios de comunicação, com o estabelecimento de cotas locais e nacionais de programação independente nas rádios e TVs, combate às práticas monopolistas da indústria cultural, reforço da rede pública de rádio e televisão e ampliação dos espaços e programas públicos da área. (Conjuve, 2006: 33).

Experiências no Brasil destacadas pelo Conjuve ■ *Programa Cultura Viva*, do Ministério da Cultura. Com ações por meio dos Pontos de Cultura, embora não tenha sido modelado especialmente para eles, “apresentou-se como uma iniciativa de financiamento para projetos culturais bastante procurada por jovens” (Conjuve, 2006: 32).

- *Programa Valorização de Iniciativas Culturais (Vai)*, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Considerado eficiente, ofereceu o financiamento de projetos a grupos culturais, a maioria deles formada por jovens, sendo que “atualmente fornece até dezessete mil reais para cada projeto, democratizando o acesso a recursos públicos na área da cultura” (Conjuve, 2006: 33).

6

**Qualidade
de vida
e crescimento
saudável**

Destaques do Conjuve 1. No documento do Conjuve observa-se que o termo qualidade de vida diz respeito em geral à saúde, ao esporte, ao lazer e ao meio ambiente, temas que, no relatório do Banco Mundial, não merecem aportes detalhados, com exceção de saúde – ou aquisição de hábitos saudáveis, segundo o vocabulário do BM. O Conjuve assim conceitua o termo:

Qualidade de vida é o produto da permanente contradição entre processos que podem ser qualificados como destrutivos e outros como “protetores ou benefícios” no âmbito do trabalho, do consumo, da relação com o meio ambiente e das características dos padrões culturais e organizativos. A discussão da qualidade de vida está no campo dos direitos fundamentais do ser humano e tem relação com as divisões em classes sociais, pois refletem desigualdades na apropriação de bens e conquistas sociais. (Conjuve, 2006: 48-49).

2. Há três dimensões que afetam a qualidade de vida para a juventude, a saber:

- espaços e territorialidade;
- informação, acessos e direitos;
- inserção, participação e controle social.

3. Quanto a espaços e territorialidade, alerta-se para a existência de uma inter-relação entre territorialidade e pertencimento:

A identidade dos grupos sociais (jovens de favela, jovens de classe média, jovens ricos) está relacionada com determinados espaços sociais e com a presença real dos direitos em cada um desses espaços. (Conjuve, 2006: 69).

4. O documento destaca ainda que:

As relações entre saúde, esporte e lazer, e meio ambiente acontecem na dimensão territorial. Portanto, para desenhar políticas públicas nestas áreas é preciso apreender quais fatores contribuem para que os jovens se sintam pertencentes a um determinado território, favorecer suas relações com o entorno e com a vida nacional. Para implementar tais políticas, é preciso contar com a gestão participativa dos/das jovens em cada local. (Conjuve, 2006: 69).

5. Ao considerar a saúde como dimensão básica de qualidade de vida, o Conjuve, reconhecendo que o Brasil hoje dispõe de um relevante marco legal, detalha a *Política Nacional de Promoção da Saúde*; a *Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência*; e a *Política de Atenção ao Usuário de Álcool e Outras Drogas*, com uma série de programas voltados para jovens no âmbito do Serviço Único de Saúde (SUS).

Faz-se necessário, no entanto, levar em conta a singularidade das necessidades dos jovens, considerando “linguagem, conteúdo e abordagem” (Conjuve, 2006: 49).

6. Assim como o relatório do BM, o documento do Conjuve reconhece que os jovens teriam atualmente possibilidades de ser mais saudáveis. Contudo, ambos consideram que ainda é preciso cuidar de hábitos e comportamentos, pois predomina uma posição “alarmista”, enxergando-se os jovens como “grupo de risco”, quando se faz menção à saúde/juventude, sobretudo a drogas, gravidez, acidentes de trânsito e violência. Considera-se, entretanto, que:

Em uma perspectiva de busca de qualidade de vida, a proposição de políticas públicas de saúde para jovens deve também considerar a saúde na dimensão do desejo, da sexualidade, da intensidade, do projeto de vida, da produção da vida dos sujeitos em seu contexto socioambiental onde as relações de saúde interagem com as distintas dimensões biopsíquicas, culturais, econômicas, ecológicas e políticas, reproduzidas socialmente. (Conjuve, 2006: 64).

7. O documento do Conjuve vai além de considerar o esporte como atividade com produtos específicos e para a qualidade da saúde, mas o concebe também como:

Um veículo privilegiado para os jovens aprenderem a se organizar autonomamente, estabelecer relações com o mundo do trabalho e compreender as próprias possibilidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional. (Conjuve, 2006: 52).

Recomendações do Conjuve O documento elaborado pelo Conjuve sugere a articulação entre as políticas em desenvolvimento e o trabalho intersetorial, particularmente entre saúde e educação, considerando-se as referências e peculiaridades territoriais.

Recomenda ainda a sensibilização dos trabalhadores da saúde para que levem em conta as singularidades dos jovens como sujeitos de direitos, assim como a inserção dos adolescentes e dos jovens como um “segmento estratégico na formulação, execução e avaliação das políticas de saúde” (Conjuve, 2006: 65).

O Conselho também alerta para o fato de que é preciso que se reconheçam os jovens:

como sujeitos autônomos com os quais se pode e deve dialogar diretamente e não somente por meio da mediação dos pais ou responsáveis e o desenvolvimento de ações de educação em saúde que privilegiam a abordagem de jovens por outros jovens. (Conjuve, 2006: 65).

No âmbito do SUS, o documento chama a atenção para a necessidade de criação de:

um sistema de informação sobre serviços voltados aos jovens, maior divulgação de experiências bem-sucedidas, e a formação mais universalizada de profissionais de saúde. (Conjuve, 2006: 65).

Considera-se ainda que:

Os programas de saúde relacionados à dependência de substâncias psicoativas e de uso/abuso de álcool merecem avaliação sobre suas estratégias preventivas e de recuperação, dando ênfase à questão da redução de danos e à disposição de centros de tratamento para a população jovem de baixa renda. (Conjuve, 2006: 66).

Com relação ao esporte, o Conjuve defende:

A materialização da inclusão social pelo esporte, assegurando o acesso da juventude que deve ocorrer através de projetos sociais que ofertem uma ampla gama de manifestações esportivas, sempre à luz dos preceitos fundamentais de cidadania, diversidade e inclusão. (Conjuve, 2006: 51).

Outra recomendação é que se façam a ampliação e a modernização da infraestrutura esportiva, contemplando-se a diversidade das práticas e considerando-se as diferentes juventudes e seus contextos, além do campo e das comunidades dos povos indígenas e quilombolas, com ênfase nos seguintes pontos:

- no caráter lúdico do esporte, mas não necessariamente na competição;
- na garantia do incentivo à formação de atletas;
- em investimentos na formação de professores de educação física e de educadores populares, assim como na democratização do acesso aos espaços esportivos das escolas, universidades e centros esportivos mantidos pelos órgãos públicos (Conjuve, 2006: 56);
- assegurar direitos constitucionais e trabalhistas aos jovens que desejam se tornar trabalhadores do esporte (Conjuve, 2006: 56);
- garantir espaços, equipamentos e materiais adequados para realização do esporte, com atenção especial a comunidades de baixa renda, que devem participar de forma efetiva na definição dos locais para sua implantação (Conjuve, 2006: 56);
- em ter a escola como um espaço aberto à comunidade, para a realização de atividades esportivas, independentemente de os jovens estarem ou não matriculados nas escolas, com programas nos fins de semana, atingindo a totalidade da rede pública de ensino;

- garantir ao jovem com deficiência o acesso à prática esportiva, abrangendo a participação, a informação e os programas de treinamento e de recreação, incluindo projetos para desenvolver métodos de acessibilidade (Conjuve, 2006: 56).

Recomenda-se também a ampliação da inclusão e do acesso de jovens a programas de formação esportiva e de alto rendimento, considerando-se que:

Programas que visem o esporte e alto rendimento devem ser adaptados para estimular junto a clubes esportivos, mediante orçamento e acompanhamento do Ministério do Esporte, a ampliação da inclusão de atletas jovens, conjugando tal apoio a bolsas para que se alie o exercício do envolvimento em esporte com frequência escolar e fiscalizando quanto à obediência das obrigações trabalhistas dos clubes com os jovens atletas. (Conjuve, 2006: 57).

O Conjuve chama a atenção sobre a importância de equipamentos culturais disponíveis no campo e na cidade, assim como o acesso à produção artística e cultural elaborada pelo jovem. Além disso, ressalta que é preciso “incentivar programas de lazer, oficinas artísticas, musicais, teatrais, bibliotecas virtuais, atividades circenses, ludotecas, entre outras” (Conjuve, 2005: 56). Considerando o meio ambiente como um construto de qualidade de vida, o documento enfatiza a importância da educação ambiental nas escolas, no ensino fundamental, devendo esta ser trabalhada de forma transversal.

Em relação ao meio ambiente, recomenda-se adotar:

uma visão integradora que abarca uma perspectiva mais socioambiental do tema, englobando as dimensões política, cultural, étnico-racial, não se restringindo apenas ao meio natural. (Conjuve, 2006: 60).

Considera-se também a importância de haver:

consolidação de grupos de jovens organizados na temática socioambiental (coletivos, redes, movimentos, organizações etc.). Inserção dos jovens em instâncias do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama): conselhos municipais e estaduais de meio ambiente. (Conjuve, 2006: 58).

Outra recomendação, no âmbito do meio ambiente, é:

a potencialização de parcerias entre organizações de juventude pelo meio ambiente e instituições governamentais e não-governamentais voltadas à área de educação e

de meio ambiente. A tendência positiva em curso aponta para a constituição de um movimento de juventude pelo meio ambiente no país, articulado com políticas e programas federais. (Conjuve, 2006: 58).

No que se refere ao envolvimento dos jovens, o Conselho propõe que as juventudes sejam “chamadas à participação nas instâncias e processos de decisão de programas de meio ambiente, conservação, planejamento e educação ambiental” (Conjuve, 2006: 61).

Quanto à qualidade de vida de jovens pertencentes a comunidades rurais e indígenas, reconhece-se que:

Os jovens rurais, indígenas e das comunidades tradicionais passam por dificuldades sérias. Não têm condições adequadas de vida em suas comunidades e são discriminados nas cidades para onde vão em busca de sustento. Assegurar qualidade de vida para estes jovens significa abrir novas perspectivas de inserção social e produtiva por meio da agroecologia, turismo rural e desenvolvimento local sustentável. Estes jovens também devem ser protagonistas neste processo de discussão sobre políticas públicas de juventude na perspectiva da qualidade de vida. (Conjuve, 2006: 61).

Com relação ao jovem urbano-rural, destaca-se este jovem:

como importante ator social em processos de mudança de atitude e conscientização acerca dos padrões atuais de produção e consumo, geração de resíduos, uso da água, solo, energia e demais matrizes naturais. Desta forma, pode contribuir na formulação, implementação e avaliação de políticas voltadas à qualidade de vida. (Conjuve, 2006: 61).

Finalmente, o documento defende que se deve estimular e apoiar a participação dos jovens na construção de Agendas 21 em municípios, distritos e bairros. Além disso, recomenda-se “consolidar a realização de Encontros Nacionais de Juventude pelo Meio Ambiente, como espaços de formação e articulação de jovens na área” (Conjuve, 2006: 62).

Destaques do Banco Mundial 1. Em relação às taxas de mortalidade por idade, considera-se que hoje os jovens são mais saudáveis, mas estariam expostos a comportamentos de risco, como o hábito de fumar, beber e consumir drogas, a obesidade, a má nutrição, as doenças sexualmente transmissíveis, a falta de exercícios físicos e os acidentes de trânsito (Banco Mundial, 2007: 123).

2. Os jovens teriam problemas de informação porque se orientam por experimentações, o que conduz a adições e a hábitos difíceis de serem quebrados, daí a importância de intervenções nas primeiras idades. O problema, no entanto, é que muitos programas são ativados no ensino médio, mas são as primeiras idades que mais precisam de investimento na formação de hábitos de como tomar decisão, como lidar com suas preferências e como negociá-las (Banco Mundial, 2007: 126).

3. Em vez de medidas repressivas, é preciso considerar que o uso de drogas do tipo solvente por crianças que vivem nas ruas está submetido a vários condicionantes, como um “auxílio” para lidar com a fome, a violência e a pobreza, além de funcionar como sedativo na hora de dormir (Banco Mundial, 2007: 127).

4. Uma boa dieta e hábitos saudáveis são necessários para todas as classes sociais. Além disso, a obesidade hoje não afeta somente os ricos: também nos países em desenvolvimento vêm aumentando os casos entre os mais pobres.

5. Mudanças de hábitos que impliquem melhorias na saúde são difíceis, exigem longo investimento e são de complexa mensuração quanto a resultados.

6. Defende-se a perspectiva que sugere a relação entre dimensões, entre transições, como o fato de que o aumento da escolaridade é básico para melhorar hábitos de saúde e de vida e para mudar comportamentos. O relatório menciona que vários estudos indicam a correlação entre escolaridade e saúde (Banco Mundial, 2007: 129).

7. A escolaridade colabora no sentido de ampliar a capacidade de os indivíduos absorverem informações sobre hábitos e comportamentos saudáveis e mudarem expectativas sobre o futuro. Esse sentido de futuro seria um dos principais objetivos de intervenção sobre a saúde, os hábitos e a habilidade de pensar criticamente, sobre ser assertivo, entender a influência da comunidade e da família e ter perspectiva de gênero quanto às decisões (Banco Mundial, 2007: 134).

8. As pessoas envolvem-se em situações de riscos porque há benefícios em tais experiências. Assim, baixas expectativas sobre futuro, baixa auto-estima e percepção de invulnerabilidade podem interferir na transformação de conhecimentos em atitudes e em hábitos de vida.

9. Os pares – e no caso das mulheres, os amigos e namorados – exercem grande influência sobre os tipos de comportamentos e hábitos de vida.

Recomendações do Banco Mundial O relatório do BM recomenda investir em informações, mas adverte que elas são insuficientes em si, pois não necessariamente alteram comportamentos. Considera-se que os programas contí-

nuos e persistentes são mais eficientes do que os programas que se reduzem a uma exposição ou a uma palestra periódica.

Defende-se que as habilidades para tomar decisões e negociar com parceiros e pares são fundamentais, ressaltando que:

- dispor de ambiente saudável e contar com amigos pode limitar oportunidades de comportamentos de risco;
- é preciso ampliar a oferta de serviços de saúde para tratamento e reabilitação, particularmente para lidar com gravidez não desejada, obesidade e adição a drogas.

Recomendam-se programas que tenham a escola como base. Mas se adverte que eles dependem do conteúdo.

O relatório do BM sugere acionar a mídia para desenvolver campanhas. Faz, no entanto, uma ressalva: essas ações podem ter valor relativo, pois trabalham mais como difusoras de conhecimento do que como alternativas concretas para uma verdadeira mudança de comportamentos.

Programas de desenvolvimento voltados para jovens e educação por pares vêm sendo adotados por diferentes países, com resultados dos mais diversos. Um grupo de jovens consultado quando da elaboração do relatório sugeriu que os programas sejam os mais específicos e diretos possível, em relação, por exemplo, à prevenção de DSTs/aids e aos direitos reprodutivos e que estejam mais relacionados ao contexto cultural dos jovens e à sua cotidianidade, com conteúdos curtos, mensagens relacionadas à vida real e que recorram a artistas famosos, dando-se preferência aos que tenham veiculação na TV (Banco Mundial, 2007: 131).

Recomenda-se que outros jovens sejam usados como modelos e que estes forneçam informações e referências a serviços e façam distribuição de contraceptivos aos seus pares. Entre os programas que colaboraram para o aumento do uso de preservativos, o relatório cita um programa no Peru, outro em Gana e um terceiro em Camarões.

Avalia-se que o problema básico dos programas sobre hábitos de vida é que não contam com expressivo financiamento, os professores e instrutores não são bem-formados para transmitir informações de forma eficaz e, em muitos casos, os programas são oferecidos apenas no ensino médio, quando os jovens já são sexualmente ativos.

Com relação à prevenção de DSTs/aids, o relatório aponta que os programas que se orientam pela abstinência não são considerados bem-sucedidos.

Já em relação ao problema dos jovens com expressivo excesso de peso, observa-se que em vários países dão-se mais informações sobre nutrição que sobre obesidade.

O relatório considera também que os serviços relacionados à saúde mental podem colaborar com programas para a conscientização de bons hábitos, uma vez que a exposição a riscos se acentua com os problemas de depressão e de baixa auto-estima.

Quanto à avaliação de resultados dos programas relacionados com hábitos saudáveis, é necessário ampliar os investimentos. Tal fato é complexo, ainda mais quando se observa que a maioria dos estudos focaliza conhecimentos, e não necessariamente mudanças de comportamento, e, quando o fazem, é por meio de informações dos próprios jovens, o que pode ser discutível pelo viés tendencioso. Resultados objetivos como a queda do índice de gravidez ou a prevalência de DSTs deveriam ser usados, mas exigem observação no longo prazo.

O documento recomenda o incentivo ao esporte, para que ele contribua com a criação de bons hábitos de saúde, evitando doenças crônicas na fase adulta e reduzindo o estresse e a depressão, além da melhora da auto-estima.

A facilidade no acesso a serviços de saúde pode encorajar os jovens a comportamentos saudáveis, assim como as restrições para a aquisição de maus hábitos – como aumentar o preço dos cigarros e das bebidas alcoólicas – são alternativas para a construção de bons hábitos.

Outra recomendação do relatório é quanto aos programas de reabilitação em caso de fumo, álcool e drogas. Em alguns países, para reabilitação no caso de drogas, os recursos à terapia de metadona e às trocas de seringas são recorrentes.

Em relação à distribuição de preservativos, argumenta-se que deveria ocorrer não somente em farmácias e clínicas, mas diretamente em ambientes freqüentados pelos jovens. Além disso, considera-se que ela é mais eficiente quando se apela para a “dupla proteção” (isto é, contra uma gravidez indesejada e como prevenção contra DSTs/aids), e não somente para sexo seguro.

O relatório do BM também recomenda um serviço seguro para o aborto. Na América Latina e no Caribe, por exemplo, as jovens compõem 45% das mulheres submetidas ao aborto em condições inseguras. Assegurar que jovens mulheres tenham acesso a serviços seguros de aborto e a tratamento pós-aborto reduziria em muito os riscos de morte. Tal tratamento exige treinamento intensivo de parteiras e parceiras público-privadas, quando há legislação que permita esses tipos de serviços.

O acesso à contracepção em caráter emergencial também deveria ser mais estimulado, mas, em países em desenvolvimento, essa não é a realidade. Considera-se que não há evidências indicando que a presença do serviço de contracepção emergencial colabore para incentivar atividades sexuais sem proteção entre jovens.

Experiências internacionais consideradas bem-sucedidas O Banco Mundial fornece em seu relatório uma listagem de experiências mundiais de êxito, que se dividem em tipos, a saber:

Programas voltados às oportunidades MÉXICO – No *Programa Oportunidades*, os jovens são incentivados a permanecer na escola; recebem informações sobre hábitos de vida, e são assistidos por programas de saúde. O programa reduziu o consumo de tabaco e de álcool e aumentou a idade de início da vida sexual das meninas.

Programas voltados à segunda oportunidade BRASIL – O país tem um rico portfólio de programas para os jovens. Um modelo em nível internacional é o que vem garantindo o acesso universal à terapia retroviral, como parte de estratégia de combate às DSTs/aids. Mediante o uso dessa terapia, reverteram-se cerca de 358 mil hospitalizações entre 1996 e 2002, gerando uma economia de 2,2 bilhões de dólares, segundo um estudo internacional citado pelo relatório.

Para o combate à repetência e à má qualidade da educação de nível médio, o Brasil vem alocando mais fundos nos municípios, e conta com programas compreensivos, isto é, que abrangem vários beneficiários e tipos de benefícios, como *Bolsa Família*, *Abrindo Espaços*, *Projovem*, *Educação de Jovens e Adultos* (EJA), além da educação para a saúde de rapazes e moças, com perspectiva de gênero que também focaliza os rapazes.

O Brasil é citado, ainda, em relação às políticas coordenadas para atender aos jovens mais pobres, sendo “um país altamente descentralizado” (Banco Mundial, 2007: 139).

Outras iniciativas são mencionadas, como a criação da *Secretaria Nacional de Juventude*, a mobilização dos jovens, ações de ONGs no sentido de “criação de organização em nível nacional para influenciar políticas”, e a ativa colaboração de ONGs que atuam por sua conta e em parceria com o governo em programas para jovens (Banco Mundial, 2007: 142).

São citadas ainda as estratégias locais e em nível estadual, a relação com a sociedade civil e as parcerias público-privadas para implementação de programas.

O *Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico* (Fundeb) e a valorização do magistério recebem citação como exemplos de uso de taxas e impostos para incentivar municípios e estados a investir em matrículas.

NOVA ZELÂNDIA – Campanhas em que se enviam mensagens por celular, repetida e periodicamente, para o jovem deixar de fumar.

7

Formação de família

Como se nota ao longo desta publicação, os textos do Conjuve e do Banco Mundial muitas vezes dialogam entre si e se complementam, mas nem sempre abordam temas idênticos. A constituição de novas famílias, por exemplo, não é objeto de análise específica no Conjuve; o relatório do BM, contudo, destaca o tema, embora alguns conceitos se confundam com direitos reprodutivos e sobre saúde, ambos temas mais enfocados no relatório do Conjuve, em termos de princípios gerais:

A saúde de adolescentes e jovens está diretamente relacionada à promoção da participação juvenil, ao exercício da cidadania e, em especial, ao fortalecimento dos seus vínculos familiares e comunitários promovidos por meio de ações dos serviços de saúde e intersetoriais, principalmente pela educação.

Considerando a sexualidade uma dimensão básica para qualidade de vida, exercício da individualidade, busca de identidade e intrinsecamente relacionada a gênero e geração, há que mais investir tanto nos sistemas de saúde como em educação sexual, respeitando os direitos nos campos sexuais e reprodutivos e com a colaboração do movimento feminista jovem, a fim de evitar vieses biologicistas. (Conjuve, 2006: 66).

Destaques do Banco Mundial 1. Destacada em um capítulo a ela dedicado no relatório do BM, a formação de família é considerada como uma etapa de transição e compreende os seguintes focos: planejamento reprodutivo; nutrição; atendimento pré-natal e durante a gravidez; e conhecimentos sobre saúde, enfatizando que educação e serviços nesse sentido deveriam se orientar para os jovens, com pessoas treinadas para lidar com eles (“amigos dos jovens”), munidas de conhecimento sobre suas singularidades.

2. São importantes para os jovens os cuidados com relação à nutrição: anemia, insuficiência de ferro, complicações de partos em gestações prematuras e prevenção.

3. A educação para a saúde reprodutiva deveria ser orientada para ampliar a capacidade de decisão dos jovens, sendo ministrada para rapazes e moças.

4. Partindo-se da constatação de que viria diminuindo o espaçamento entre união e primeiro filho, e de que muitos se tornam pais e mães após um ano e meio de união, defende-se que a decisão de pais e mães jovens sobre espaçamento, tempo para gerar uma vida e número de filhos afeta o crescimento populacional e mais diretamente o desenvolvimento econômico:

Preparar os jovens casais para formação de famílias pode colaborar em acelerar o declínio da fecundidade e das taxas de dependência, oferecendo uma janela de oport-

tunidades que beneficiaria uma população mais ampla em idade de trabalhar. (Banco Mundial, 2007: 147).

Pais bem nutridos são mais produtivos no mercado de trabalho e com a maior probabilidade conseguem melhor renda. (Banco Mundial, 2007: 148).

5. A saúde nutricional e reprodutiva são dimensões básicas de capital humano, no que diz respeito a investimentos para a preparação dos jovens para serem os pais de amanhã.

6. Nos países desenvolvidos, 60% das jovens tornam-se mães antes dos 25 anos, enquanto os rapazes fazem a transição mais tarde, tornando-se pais comumente entre 25 e 29 anos (Banco Mundial, 2007: 144). As jovens grávidas enfrentam alto risco de mortalidade, além das complicações e diversos problemas advindos de partos prematuros.

7. O conhecimento sobre serviços de saúde por parte de jovens deixa a desejar, sendo comum serem acometidos por anemia e outros sintomas de má nutrição. Do mesmo modo, é baixo o nível de conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva. Na Indonésia, por exemplo, entre os jovens de 15 a 24 anos, 21% das meninas e 28% dos rapazes não conhecem os sinais de mudança física que acompanham a puberdade do sexo oposto. Aqueles que os conheciam relatam que os amigos seriam a principal fonte de informação.

8. Nas clínicas, além de ser mais comum aplicar métodos de esterilização que ensinar o espaçamento entre os filhos, são as mulheres mais velhas que usualmente recorrem a esses serviços, não as jovens.

9. Na América Latina, o nível de atendimento pré-natal também é precário. As orientações sobre complicações no parto, *check-ups* e sistemas de reidratação (soro caseiro) são incompletas. É preciso ampliar a capacidade dos jovens de tomar decisões relativas à formação de família, o que implicaria informações tanto para homens como para mulheres jovens sobre espaçamento de filhos, práticas de cuidados com crianças e uso de clínicas de saúde.

Recomendações do Banco Mundial O relatório do BM considera que há lugar para políticas públicas em temas com grande força no âmbito privado, a saber: serviços de atenção materno-infantil; planejamento familiar; garantia de equidade na distribuição de serviços; garantia do lugar da mulher na sociedade, com respeito e dignidade, já que sua posição na família e em outras relações pode levar a uma gravidez precoce; garantia de prevenção contra DSTs/aids; e garantia de

bons níveis nutricionais e saúde reprodutiva, como fatores básicos à transição para formação de família. A intervenção do governo nas áreas citadas é geralmente tida como deficiente.

Quanto às políticas para criação de oportunidades, destaca-se o acesso a serviços sobre saúde como os relacionados à nutrição. Em vários países, a proposta seria direcionada ao adiamento do casamento e da maternidade, e assim o ideal seriam programas que deveriam focalizar as jovens antes da gravidez.

O relatório reconhece também que são vários os fatores que influenciam homens e mulheres jovens a se tornar pais e mães, o número de crianças que eles terão e o modo como educarão seus filhos. Em alguma medida são fatores de âmbito privado, mas há lugar para investimento público em áreas que colaborem com a primeira gravidez e outras, já que os jovens não costumam investir em planejamento familiar nem freqüentar serviços para tal fim ou de atendimento materno-infantil.

A perspectiva de equidade também é um dos suportes da idéia de que o governo deveria intervir para que existam melhores serviços para adolescentes e jovens, no campo da saúde e da reprodução, particularmente no que diz respeito a meninas e moças.

Destaca-se a importância de políticas que dêem aos jovens oportunidades para se prepararem para ser pais. Entre elas, ampliar o acesso a serviços de planejamento familiar e de cuidados materno-infantis, além de serviços de nutrição. Incentivos financeiros são básicos para colaborar com esta finalidade, fazendo com que se amplie, por parte dos jovens, a busca por serviços de saúde.

Os serviços de saúde reprodutiva e de planejamento familiar deveriam se orientar para atrair homens. Recomenda-se educação sexual na escola ou por meio da mídia, sendo que esta não pode ficar restrita a informações. O Brasil é citado como referência no caso de prevenção das DSTs/aids entre jovens. Nota-se, também, a importância de existirem serviços “amigáveis aos jovens”, ou seja, em que os funcionários são treinados para lidar com estes.

O relatório enfatiza, também, a questão da deficiência de ferro, normalmente acompanhada de outras carências, e defende o estímulo às dietas ricas em micronutrientes. Deve-se contar com pesquisas sobre anemia entre jovens, particularmente considerando necessidades de gestantes ou pré-gestantes. Em escolas e clínicas de serviços pré-natal, são recomendadas campanhas para suprimento de ferro.

Quanto às políticas para estimular capacidades, o BM recomenda o investimento em condições que colaborem com a tomada de decisões, como a educação sexual nas escolas e as campanhas sobre cuidados com a saúde.

Com relação às políticas voltadas para uma segunda oportunidade, a recomendação é o apoio a jovens grávidas e a jovens mães para que possam superar tanto os obstáculos relacionados à baixa escolaridade como à falta de oportunidades de trabalho.

Além disso, para garantir a continuidade de jovens mães nas escolas, defendem-se as políticas escolares flexíveis, com programas de ensino médio com equivalência, horários e aulas mais flexíveis e sistemas de créditos.

Experiências internacionais consideradas bem-sucedidas

Os programas que trabalham com jovens no campo da saúde e na preparação para constituição de família e são considerados de potencial positivo normalmente apresentam as seguintes características:

- são orientados para jovens, amigáveis a estes e com pessoal treinado;
- focalizam a transição “constituição de família”, assim como outras transições, como o estudo e o trabalho, uma vez que tais transições seriam interligadas, garantindo aos jovens segurança social;
- levam em conta que, como a decisão de constituir família está condicionada a vários atores e ambiências culturais, os programas não podem envolver somente os jovens casais, mas também seus pais, professores e agentes da comunidade.

O relatório do BM cita programas de diferentes partes do mundo, voltados tanto às oportunidades como a uma segunda oportunidade, a saber:

Programas voltados às oportunidades BANGLADESH – Os serviços móveis aplicados na área rural são avaliados positivamente, já que os jovens são encontrados com mais facilidade em vários lugares; também as campanhas para comunidades são bem avaliadas, com destaque para o serviço de porta em porta sobre saúde reprodutiva.

CHILE – *O Programa Adolescência: Tempo de Escolhas*, de educação sexual nas escolas, fez aumentar o uso de contraceptivos e reduzir a incidência de gravidez entre adolescentes.

EQUADOR e JAMAICA – No campo de educação para jovens casais e pais, há programas sobre nutrição infantil e atendimento psicossocial.

GUATEMALA – Nos serviços pré-natais, menciona-se o *Programa de Hogares Comunitários*, focado em dietas e micronutrientes.

MALÁSIA e ÍNDIA – Qualificação em microcrédito associado ao uso de serviços de saúde.

MÉXICO – Há experiências de hospitais de aleitamento materno com orientação “amigável aos jovens”.

MÉXICO e NICARÁGUA – São consideradas bem-sucedidas as experiências do *Programa Oportunidades* que lançam mão de incentivos financeiros para aumentar a demanda a serviços de saúde pelos jovens (Banco Mundial, 2007: 153).

Programas voltados à segunda oportunidade ÁFRICA DO SUL e alguns países da AMÉRICA LATINA – Dispositivos que permitem a reentrada de jovens mães no sistema escolar formal de modo mais flexível.

JAMAICA – O *Centro de Mulheres* dispõe, desde 1977, de programas integrados para jovens mães que permitem a elas completar sua educação. Oferecem serviços de planejamento familiar com consultores em psicologia, serviços de creches e programas de nutrição, além de agência de emprego e de qualificação.

8

**Juventude e
territorialidade**

Os jovens e a cidade

Destaques do Conjuve Uma série de pesquisas sobre os jovens no Brasil destaca o tema território como condicionador de um tipo de vida para essa população, mas ele não recebe destaque no relatório do BM. Neste, tal dimensão apenas singulariza o caso dos jovens rurais. No documento do Conjuve, entretanto, o tema aparece como um bloco analítico – o direito à cidade – e como construto da diversidade ou de juventudes, os jovens rurais. Nesta parte do estudo, enfatiza-se que:

1. O direito à cidade é um tipo de direito humano com sentidos singulares para os jovens e cujo nível e qualidade podem limitar os direitos civis; incidir no acesso a serviços, oportunidades, mobilidade e sociabilidade; e contribuir para desigualdades sociais, sobretudo para moradores da periferia, contextos não urbanos e áreas de baixa renda (Conjuve, 2006: 34).

2. A disposição urbana e o sistema de transporte podem dificultar realizações de dimensões básicas aos jovens como a da escolaridade, do trabalho, da cultura e do lazer, potencializando, assim, as segregações.

3. Nos processos de formulação e de gestão de políticas relacionadas à organização da cidade devem ser incorporadas as demandas e as necessidades específicas de jovens.

4. O uso do solo urbano tem implicações para a vivência dos jovens em vários sentidos. “Na maioria das periferias, favelas, palafitas do país, os espaços estão todos ocupados, sem que se reserve algum lugar de uso coletivo” (Conjuve, 2006: 35).

Recomendações do Conjuve O Conjuve ressalta a importância do zoneamento dos locais de trabalho, de modo a evitar sua concentração em áreas centrais da cidade, o que deveria ser combatido pelo poder público, “que precisa induzir o surgimento de novas centralidades urbanas” (Conjuve, 2006: 35).

O documento também destaca a importância do transporte público para a diminuição das desigualdades produzidas pelas cidades e insiste nas conquistas dos jovens, a exemplo do passe estudantil e das reivindicações por redução das tarifas dos meios públicos de transporte.

Os jovens rurais

Destaques do Conjuve 1. A diversidade de juventudes na área rural é complexa: há realidades singulares, como a dos camponeses, ribeirinhos, caboclos,

quilombolas etc. Isso também significa “abordar questões específicas de gênero, de raça e de acesso aos sistemas educativos, saúde, trabalho (e isso implica falar em acesso à terra), entre outros”, e levar em conta, ainda, a questão das migrações internas (Conjuve, 2006: 112).

2. Os jovens das áreas rurais carecem de condições básicas de saúde, de lazer e de educação, apresentando dificuldades para completar as primeiras séries escolares. E, quando completam, não encontram em seus locais de moradia escolas para freqüentar as séries mais avançadas, pois estas são oferecidas somente nas áreas urbanas. Quanto ao conteúdo, observa-se que este não tem relação com o seu meio, nem com sua cultura e seu trabalho.

3. Nos estudos com jovens em áreas rurais, ressalta-se que, apesar das várias dificuldades, eles gostariam de “continuar a morar nas áreas rurais, mas demandam formas dignas para que isso seja possível” (Conjuve, 2006: 113).

4. As ações governamentais voltadas para jovens nas áreas rurais estão subdimensionadas (veja alguns destaques no fim deste capítulo):

Saúde, lazer, cultura, prevenção à violência no campo, entre outros temas, não têm recebido a atenção devida. E, por meio dos documentos consultados, não foi possível aferir em que medida esses programas preocupam-se em produzir, por exemplo, ações afirmativas para as mulheres jovens, que aparecem nas pesquisas como o grupo que tem maior dificuldade de conquistar sua autonomia e libertar-se do mundo doméstico. (Conjuve, 2006: 114).

109

Recomendações do Conjuve Considera-se que é preciso criar políticas públicas que:

estimulem a produção agrossilvopastoril, que garantam o acesso à terra e aos mecanismos para torná-la produtiva e sustentável, e que assegurem os direitos trabalhistas. (Conjuve, 2006: 36).

É recomendado que, ao jovem do campo, sejam dadas novas oportunidades que impliquem condições mais dignas de vida nas áreas de educação, cultura, lazer, saúde e trabalho, e que permitam a ele optar por permanecer no espaço rural, de modo que a migração possa ser uma opção, e não a única alternativa possível.

O Conjuve aponta que é necessário pensar em:

políticas estruturantes para os jovens rurais como, por exemplo, uma reforma agrária maciça que garanta que eles serão também beneficiários, e aquelas relacionadas a educação, trabalho, infra-estrutura, tecnologia e recursos. (Conjuve, 2006: 36).

Recomenda-se especial atenção à abertura e manutenção de escolas em zonas rurais que contemplem:

educação destinada aos jovens do campo, de modo a atender suas necessidades, preservar e valorizar suas culturas, projetos de vida, e promover empreendimentos associativos, cooperativos e economicamente solidários, que viabilizem o desenvolvimento econômico de forma sustentável e ecologicamente responsável. (Conjuve, 2006: 114).

Sugere-se ampliar, diversificar e melhorar os programas de crédito e subsídio agrícola, e reforçar e expandir de forma permanente o controle do trabalho infantil e escravo dos jovens no campo.

Adverte-se para a necessidade de fortalecimento do:

Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da melhoria das condições de atendimento dos postos de saúde já existentes em áreas rurais e ampliar a rede de serviços nas comunidades que ainda não contam com o sistema de saúde público. (Conjuve, 2006: 115).

Assim como:

melhorar e ampliar o Programa Saúde da Família (PSF), desenvolvendo formação continuada para os agentes comunitários para o atendimento às demandas específicas dos jovens no campo da saúde, o estímulo à medicina alternativa e o cultivo de plantas medicinais. (Conjuve, 2006: 115).

A tudo isso, é acrescentada a proposta de que a elaboração de diagnósticos de necessidades – com especial referência à questão da prevenção de DSTs/aids e ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas – seja feita com a participação de organizações da juventude rural.

Além disso, considerando as necessidades dos jovens, quer como consumidores, quer como produtores nos campos da cultura, do lazer e do esporte, ressalta-se a importância de espaços e de equipamentos esportivos e culturais para os diversos tipos de comunidades rurais.

Experiências governamentais destacadas pelo Conjuve

O documento do Conjuve aponta três políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que visam atuar diretamente na vida dos jovens rurais e recomenda que sejam expandidas. São elas:

- *Pronaf Jovem*: linha de crédito especial de até 6 mil reais destinada a agricultores entre 16 e 25 anos que estejam concluindo o ensino médio ou que tenham participado de curso de formação.
- *Nossa Primeira Terra*: uma das principais linhas de financiamento do *Programa Nacional de Crédito Fundiário*, foi criada para atender à demanda de jovens sem terra ou de agricultores familiares. Para terem acesso ao crédito, os jovens devem ter pelo menos cinco anos de experiência no meio rural. Essa política conta com o apoio do Banco Mundial.
- *Consórcio Social da Juventude Rural*: com a colaboração do Ministério do Trabalho, essa política é focada para a aprendizagem de ética, cidadania e educação ambiental e para a elevação da escolaridade, pois conta com oficinas de empreendedorismo, legislação agrária e trabalhista, contabilidade e gestão de recursos hídricos, entre outros.

Destaques do Banco Mundial Com relação aos jovens rurais, o relatório do BM, contrariamente ao documento do Conjuve, limita-se a explorar aspectos do campo da educação e do trabalho em uma ótica produtivista, deixando de lado a condição juvenil do jovem rural, assim como a plasticidade de suas necessidades e reivindicações.

1. Os jovens das áreas rurais, sobretudo os de mais alto nível de escolaridade, apresentam certo grau de mobilidade, podendo trabalhar em atividades não agrícolas, como as desempenhadas em empresas de pequeno e médio porte.

2. A migração rural-urbana é mais elevada entre jovens e, nas cidades, estes tendem a se concentrar em empregos e trabalhos de piores condições.

Recomendações do Banco Mundial Para que haja mais facilidade de mobilidade, o relatório do BM aponta que é necessário desenvolver algumas habilidades geralmente adquiridas com a educação formal e com a experiência de trabalho.

Segundo o BM, os jovens das áreas rurais deveriam adquirir mais habilidades vocacionais por meio de uma educação formal de qualidade, assim como mais experiência de trabalho e treinamento não-formal. É ressaltada, também, a necessidade de se pensarem políticas que forneçam mais informação e acesso ao crédito. A escola, por sua vez, deveria colaborar com a experiência de trabalho, desenvolvendo habilidades diversas.

9

**Diversidade,
vida segura
e direitos
humanos**

Destaques do Conjuve 1. Os temas diversidade, vida segura e direitos humanos são destacados dentro de um único bloco no documento do Conjuve, no qual se explicita a dificuldade de recortá-lo. Enfatizam-se as dimensões de vida segura, a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos, questionando-se estereótipos e lugares-comuns sobre a relação entre jovens e violências. No referido bloco, indaga-se:

Como propor políticas públicas para a diversidade juvenil, sendo estas para negras e negros, indígenas, jovens com deficiência, mulheres jovens, religiosos, rurais, LGBTTT, além de propor também PPJ à vida segura, sem estigmatizar ainda mais as/os jovens? (Conjuve, 2006: 75)¹.

2. É um desafio enfrentar temas polêmicos que vêm galvanizando debates emocionados na sociedade, já que passam por uma cotidianidade anunciada extensivamente na mídia brasileira e vivida por muitos. São temas como: jovens em conflito com a lei e egressos do sistema penal, tráfico de mulheres, redução da maioridade penal, exploração sexual, casamento entre pessoas do mesmo sexo, violência doméstica e aborto (Conjuve, 2006: 75).

Vale notar que alguns desses temas – como a importância da transversalidade de gênero nas transições dos jovens, as discriminações étnicas e o tráfico de pessoas jovens, entre outros – são tratados ao longo do relatório do BM, mas, no caso do Conjuve, estes ganham relevância pela perspectiva de integração temática, com ênfase em direitos humanos e em diversidade, temas com especial relevância no caso dos jovens brasileiros.

3. O que se concebe como direitos humanos é assim apresentado no documento do Conjuve:

Os direitos humanos são considerados direitos fundamentais de todas as pessoas, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, local de moradia, etnia, cor de pele, faixa etária, classe social, ter ou não algum tipo de deficiência, profissão, opinião política, religião, orientação sexual, nível de instrução ou julgamento moral. São direitos decorrentes de um processo histórico, consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. (Conjuve, 2006: 77).

4. No Brasil, tais princípios não se sustentam, tendo em vista os indicadores de homicídio, os casos de violências várias e as discriminações.

1 A juventude rural – que no documento do Conjuve integra o capítulo sobre diversidade e vida segura – é referida aqui no seguinte capítulo: 8. JUVENTUDE E TERRITORIALIDADE, na p. 107.

5. No documento do Conjuve, conceitua-se violência da seguinte forma:

O termo violência foi compreendido de maneira ampla, como todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força arbitrária, e que provoca danos ao indivíduo. Acredita-se que ao fazer uso da violência, nega-se a possibilidade da resolução dos conflitos (situação inerente a qualquer sociedade pluralista e democrática) pelo uso da palavra, pelo diálogo e, conseqüentemente, pela comunicação. (Conjuve, 2006: 78).

6. No caso dos jovens, as violências não se evidenciam somente em termos de violências físicas e homicídios, mas no cotidiano de vivências da condição juvenil, especialmente no caso dos homens negros e moradores de periferias urbanas; essas violências se propagam no grau de desconfiança da sociedade sobre este segmento e na forma como a mídia representa os jovens, por meio de estigmas relacionados ao lugar de moradia, à maneira de vestir-se, à classe e à condição social:

O maior envolvimento dos jovens em crimes e homicídios também tem efeitos nefastos no que diz respeito à estigmatização deste grupo, percebido, cada vez mais, como perigoso e suscetível ao crime. Associam-se à figura do jovem a ameaça social, a delinqüência e a rebeldia. Essa associação contribui para a erosão dos laços e convívio social e, como resultado, percebe-se a construção negativa de uma visão sobre os/as jovens, sobretudo, aqueles/as provenientes de setores mais empobrecidos da sociedade. (Conjuve, 2006: 81).

7. O atual debate sobre a redução da maioria penal como forma de coibir a criminalidade entre jovens também está presente no documento. Reitera-se a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, considerando-se que medidas repressivas – materializadas na aplicação de sanções cada vez mais severas – desprezam o debate consolidado no Brasil acerca da importância de políticas e de medidas de caráter preventivo. As três passagens a seguir são elucidativas:

Mais importante, desconsidera o que estabelece o ECA, principalmente no que se refere ao entendimento sobre o universo do adolescente e do jovem, desrespeitando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e sujeito de direitos.

O que não se está levando em consideração é de que, independentemente da mudança no ECA, adolescentes e jovens já se tornaram fatia significativa da população carcerária no país. Do total de 345 mil adolescentes infratores e adultos criminosos no Brasil, 17,4% são adolescentes e jovens. Além disso, a população com idade entre 20 e 29 anos corresponde a mais de 50% das pessoas privadas de liberdade no país.

Vale ressaltar, ainda, que a experiência nacional em segurança pública e combate à violência já comprovou que a prática do encarceramento prisional, sem que sejam garantidos os direitos básicos, somente reforça as desigualdades e acirra os conflitos internos à sociedade. (Conjuve, 2006: 83).

8. Merece destaque a importância da participação dos jovens e o seu envolvimento na vida comunitária para a construção de uma cultura contrária à violência. Vários tipos de violências nas escolas e os atos de vandalismos devem-se à impossibilidade de dar aos jovens “expressão de opiniões, anseios, desejos e projetos” (Conjuve, 2006: 85).

9. Os múltiplos condicionantes de desigualdades sociais no Brasil, como o sistema de classes sociais, de gênero, de raça e de etnicidade, da orientação sexual e da situação quanto ao que se considera como normalidade e deficiência, devem ser levados em conta. Tais condicionantes rebatem nas condições juvenis, exacerbando-se violências que se conjugam, mas não se limitam a situações de pobreza, fato que pede políticas tanto no campo da redistribuição como no do reconhecimento.

10. O gênero e as reivindicações históricas de um combativo movimento feminista no Brasil sobre direitos humanos das mulheres recebem destaque no documento do Conjuve, ao mesmo tempo que é apresentado um amplo diagnóstico sobre situações vividas por mulheres jovens em áreas como a educação (apesar da alta escolaridade do país, elas também se destacam entre os que não trabalham e não estudam); o trabalho, apontando-se o caso das jovens no emprego doméstico com a mais baixa remuneração; as violências, como a doméstica; a reivindicação por direito ao corpo; o tráfico de pessoas humanas; e a saúde, com ênfase nas mortes e nos problemas enfrentados pela discriminação do aborto, além da mortalidade materna. Relata o documento:

Nos últimos cinquenta anos, a sociedade brasileira passou por profundas transformações que impactaram substancialmente a vida das mulheres. Apesar dos avanços, entretanto, as mulheres ainda se encontram em uma situação econômica menos privilegiada no País e são vítimas de grandes violações que explicitam a perpetuação da ideologia machista em nossa sociedade. Ou seja, persistem ainda no Brasil desigualdades com origem nas relações estruturadas nas diferenças de gênero. (Conjuve, 2006: 87 e 88).

11. Os jovens e as jovens negras merecem especial atenção, não somente no plano das diversidades e da identidade político-cultural, mas também considerando a falta de estudos e as vulnerabilidades desse grupo em campos como: trabalho (quando se destacam em ocupações de mais baixa remuneração ou sofrem com o

desemprego, com maior número entre os que não estudam e não trabalham, em comparação com outros jovens de inscrição étnico-racial diferente); educação, com pouco acesso ao ensino superior e alta concentração no ensino fundamental; “constrangimento ou discriminação no interior das instituições educativas” e nas relações com instituições públicas, como a polícia, considerando que os jovens e as jovens negras são geralmente as maiores vítimas de abordagem violenta. Além disso, a ausência de dados sobre a juventude quilombola também é citada:

Considerando a situação dos/das jovens negros/as, há uma convicção de que são necessárias políticas que reparem uma dívida histórica do Brasil com a população negra e de que, nesse sentido, é necessária a oferta de políticas que garantam uma inserção mais positiva desta parcela da população, em especial dos/das jovens. (Conjuve, 2006: 96).

12. Aponta-se que:

Há o reconhecimento de que, a partir dos anos 90, mas, em especial nos últimos quatro anos, o governo federal tem feito um movimento particularmente importante, no sentido de reconhecer a situação enfrentada pelo povo negro brasileiro. (Conjuve, 2006:96).

13. A religião é considerada como uma dimensão da diversidade e esta, no imaginário juvenil e na sua socialização e formação identitária, tem lugar de destaque. A liberdade de culto é um fator de combate a intolerâncias, “sobretudo práticas religiosas consideradas minoritárias, num país de maioria cristã: cultos afro-brasileiros, indígenas, entre outros”. São tendências que pedem preocupação com políticas:

O Estado brasileiro é laico, o que significa que ele não é confessional, que ele não deve favorecer especificamente nenhuma religião, e nem definir suas ações somente a partir de um específico credo religioso. Mas isso não o exime da responsabilidade de garantir a liberdade religiosa e de reconhecer e apoiar práticas de solidariedade e trocas simbólicas entre aqueles que estão em diferentes organizações religiosas. (Conjuve, 2006: 100, 101).

14. Na diversidade, os direitos sexuais relacionados à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade ganham menção, e se explicita que:

Essa premissa significa tratar sexualidade como dimensão da cidadania e, conseqüentemente, da vida democrática. Nesse sentido, o exercício da sexualidade deveria se converter também como direito da juventude, pois se trata de uma esfera da vida

importante para a construção da identidade, da subjetividade e das trajetórias dos/das jovens. (Conjuve, 2006: 103).

15. As instituições como a escola não viriam colaborando para combater o preconceito contra a homossexualidade; pelo contrário, estariam silenciando e recriminando grupos não considerados heterossexuais. A mídia e o sistema de segurança pública e de justiça são criticados pelo não reconhecimento explícito da homofobia como causa de muitos crimes. Contudo, o documento do Conjuve reconhece que há um avanço nos últimos anos quanto à visibilidade dos direitos humanos segundo orientação sexual, particularmente pela ação do movimento LGBTTT na defesa dos interesses desse grupo da população.

16. Os jovens indígenas padecem em decorrência de males relacionados à sua inscrição étnico-racial, por serem parte da população indígena e, porque, sendo jovens, estariam mais vulneráveis a alguns tipos de explorações e negatividades. Um exemplo é a prática do suicídio: entre 1992 e 2002, foram registrados 425 casos, e a incidência parece ser maior entre os jovens, associando-se tal fato à falta de horizonte nas comunidades indígenas:

Sobre esses povos indígenas, é sabida e denunciada a existência de diversos tipos de agressões aos patrimônios culturais, materiais, simbólicos, entre outros. Trata-se de violências históricas, que são perpetuadas desde o período de colonização portuguesa.

O trabalho escravo, a exploração sexual, o estupro, a esterilização e distribuição maciça de bebidas alcoólicas são casos que acontecem comumente nas aldeias indígenas. A esterilização das mulheres indígenas se tornou prática comum nos períodos de eleição. (Conjuve, 2006: 106).

17. A juventude que convive com deficiência é focalizada, e são ressaltadas as dificuldades vividas por uma população que:

historicamente, enfrenta um ciclo de invisibilidade, causa pela qual os/as jovens com deficiência são amplamente excluídos da vida econômica, política e cultural em sociedade. Sem condições de sair de casa, de se comunicar, de ter acesso à educação e à vida em comunidade, a juventude com deficiência é segregada; seus direitos humanos e fundamentais não são garantidos. (Conjuve, 2006: 108).

18. Houve aumento do número de jovens com deficiência. Atualmente, estima-se que 14,7% dos jovens brasileiros tenham alguma deficiência e que a miséria e a violência venham colaborando com essa estatística – principalmente pelas armas de fogo e os acidentes de trânsito e de trabalho.

Recomendações do Conjuve **Vida segura** Com relação às políticas sobre o enfrentamento da violência, o documento do Conjuve advoga que, sob a perspectiva de integração entre políticas universais e políticas específicas, três linhas de ação do Estado devem ser seguidas:

- a) o aprimoramento e a ampliação de políticas universais;
- b) o desenvolvimento de políticas específicas de enfrentamento e de prevenção da violência juvenil;
- c) o estabelecimento de uma instância de gestão específica, em cada nível de governo, responsável por fazer diagnóstico, análise e articulação no conjunto de ações de prevenção à violência de juventude, inclusive naquilo que compete às políticas universais (Conjuve, 2006: 83).

Como condições básicas para lidar com violências que envolvem os jovens, o Conjuve considera as políticas de âmbito universal, como a ampliação do acesso à educação básica e superior e melhoria da sua qualidade; as políticas de geração de trabalho, emprego e renda; os programas de incentivo à produção cultural e de acesso à cultura; o direito à saúde e a criação de oportunidades aos jovens para a prática de esportes e momentos de lazer (Conjuve, 2006: 83).

Recomendam-se ações específicas no campo da segurança pública, tais como:

Campanhas pelo desarmamento civil dos jovens; programas de socialização de jovens envolvidos em ações criminosas (em especial nos campos do trabalho e da educação); programas de prevenção e redução de violências em escolas e em bairros mais vulneráveis, além do treinamento de policiais para a melhoria de sua relação e formas de lidar com a população jovem. (Conjuve, 2006: 84).

Defende-se a consolidação de uma maquinaria governamental que articule políticas, quer de cunho universal, quer específicas, relacionadas aos jovens e à segurança, e que os envolva como gestores e planejadores de políticas:

É preciso implementar uma secretaria, assessoria ou coordenadoria, preferencialmente a que já é responsável pela implementação das demais políticas públicas de juventude, que realize a intercomunicação entre as agências responsáveis pelas políticas universais, somada à responsabilidade pela implementação de políticas emergenciais e específicas de prevenção e combate à violência física e letal, nos três níveis do poder executivo (municipal, estadual e federal). É importante ressaltar que este sujeito gestor deve ter como princípio o diálogo com os diferentes setores e movimentos juvenis. (Conjuve, 2006: 84).

Orienta-se para a implementação de medidas de proteção e socioeducativas previstas no ECA, considerando que esta orientação deve implicar o destino de:

recursos para programas socioeducativos e na construção de instalações adequadas para receber os adolescentes e jovens que cometem infrações graves. (Conjuve, 2006: 84).

Coerente com a perspectiva sobre os jovens como sujeitos de direitos, o documento do Conjuve recomenda programas que visem a ressocialização dos jovens em conflito com a lei e recusa políticas que se orientem pela diminuição da maioridade penal no Brasil.

São evocadas as responsabilidades da Secretaria Nacional de Juventude e de demais órgãos estaduais e municipais, ministérios, secretarias e coordenadorias pela implementação de políticas de enfrentamento à violência física e letal entre jovens.

Deve-se garantir aos jovens o acesso à educação, ao trabalho, à saúde, ao esporte e ao lazer, modelando programas para aqueles que estão cumprindo medidas socioeducativas, que estão no sistema prisional ou que são egressos deste. Também são necessários os programas de qualificação profissional e de inclusão no mercado de trabalho.

É recomendável a promoção de campanhas públicas e contínuas que versem sobre temas como:

desarmamento, a resolução pacífica de conflitos a partir do diálogo e da valorização da participação dos jovens e de superação do estigma a eles imputado, especialmente aos homens, negros e pobres. (Conjuve, 2006: 85).

Também se insiste na importância de campanhas que combatam violências político-culturais como machismo, racismo, homofobia, e campanhas que “desmistifiquem o crime como prática de revolta e alternativa de radicalidade” (Conjuve, 2006: 85).

Recomenda-se ainda:

a construção de espaços e processos de gestão compartilhada com os jovens, inclusive como alternativas para a implementação de práticas de mediação e resolução pacífica de conflitos [...] assim como o incentivo à formação e manutenção de grêmios estudantis e conselhos nas escolas, a promoção de espaços de gestão juvenil de praças e outros espaços públicos, a criação de comitês gestores de centros de lazer. (Conjuve, 2006: 86).

A fim de evitar práticas discriminatórias, o documento destaca a importância da formação e da qualificação em temas como diversidade juvenil e direitos humanos dos diferentes atores que lidam com os jovens, tais como professores, profissionais da saúde, assistentes sociais, policiais, advogados e juízes.

Considera-se que “é preciso delinear uma reforma, aperfeiçoamento técnico e gerencial que humanize e democratize as instituições policiais, judiciais e penitenciárias” (Conjuve, 2006: 86).

Diversidade No que diz respeito à valorização da diversidade entre os jovens, o Conjuve recomenda ações específicas para:

- a) as mulheres;
- b) os negros;
- c) a religião;
- d) a orientação sexual;
- e) os indígenas;
- f) as pessoas com deficiência.

121

No plano de valorização da diversidade, considerando juventudes, em relação às mulheres jovens, recomendam-se:

- a criação de iniciativas inovadoras no âmbito da formação e da qualificação profissional de sistemas de crédito;
- a adoção de políticas que combatam práticas sexistas e a reprodução de estereótipos no interior das escolas, promovendo a participação de mulheres jovens em congressos e conferências tanto do movimento feminista como de organizações juvenis.

Embora o aborto não tenha sido tema consensual nas discussões, recomenda-se:

apoiar a Proposta Normativa Minuta de Substitutivo da Comissão de Revisão da Legislação Punitiva, que estabelece o direito à interrupção voluntária da gravidez, assegura a realização do procedimento no âmbito do Sistema Único de Saúde, determina a sua cobertura pelos planos privados de assistência à saúde e dá outras providências, apresentadas ao Congresso Nacional em setembro de 2005, como resultado do trabalho da Comissão Tripartite. (Conjuve, 2006: 92 e 93).

Propõe-se a criação de campanhas contra práticas machistas, homofóbicas e lesbofóbicas, que influenciem a formação de homens jovens.

Sobre gravidez na adolescência, recomenda-se ampliar programas, ações e projetos; estimular as escolas sobre o amparo às jovens grávidas e às jovens mães;

“equipar os sistemas de saúde para o acompanhamento dessas jovens, respeitando o direito de escolha de ser ou não mãe”; combater os estereótipos que a mídia costuma divulgar sobre a gravidez na juventude; inserir os homens jovens no debate sobre paternidade responsável (Conjuve, 2006: 93).

Quanto à violência contra a mulher jovem, propõe-se:

no tocante à Lei Maria da Penha, a criação de mecanismos institucionais de controle social (monitoramento) da implementação da Lei, considerando essencial nos mesmos a participação das mulheres jovens. (Conjuve, 2006: 93).

Recomenda-se ainda preparar as delegacias, inclusive as Delegacias de Defesa da Mulher, para o atendimento de mulheres jovens, formando profissionais para o tratamento adequado e não preconceituoso das vítimas de violências, com atendimento 24 horas e em todos os municípios brasileiros.

No plano de valorização da diversidade, considerando-se juventudes, em relação aos negros, recomenda-se fomentar estudos, pesquisas, diagnósticos e políticas públicas mais qualificadas para a juventude quilombola.

Advoga-se que grupos e organizações que trabalham com a cultura negra, como o *hip-hop*, devam ser considerados como aliados para a implantação de novas atividades escolares, principalmente no ensino médio.

Sobre o ensino da África e do povo negro nas escolas, ou seja, para a implementação da Lei n.º 10.639/2003, considera-se que é preciso integrar a temática na formação de professores e ampliar a abrangência desta lei para outros espaços destinados a jovens, como os cursos de capacitação.

Ainda no sentido de valorizar tanto a cultura negra como a produção dos negros jovens, sugere-se a sua disseminação em espaços como centros de referência, museus, teatros e concursos, em pesquisas incentivadas e na mídia.

Defende-se também a implementação das políticas de cotas nas universidades:

Há a necessidade de formar jovens negros a fim de que possam participar da luta pela igualdade de direitos no próprio interior da universidade e no nível das camadas de elite. (Conjuve, 2006: 99).

Recomenda-se ainda:

criar mecanismos que enfrentem a discriminação racial e de geração por parte de instituições públicas, em especial da polícia, de modo a constituir padrões de respeito à dignidade, à vida e aos direitos de jovens negros. (Conjuve, 2006: 99).

Quanto ao mercado de trabalho, a orientação é para:

criar programas e projetos destinados, especificamente, à promoção dos direitos econômicos dos jovens negros, de modo a garantir renda e a ocupação de cargos e postos de trabalho destinados exclusivamente à população branca. (Conjuve, 2006: 99).

Além disso, insiste-se na necessidade de fiscalização contra práticas racistas nas relações de trabalho, no direito à oportunidade e no acesso e permanência da juventude negra.

No plano de valorização da diversidade, em relação a jovens e religião, recomenda-se a realização de campanhas de disseminação de valores de solidariedade e de respeito que apóiem uma política crítica à intolerância religiosa.

Para isso, propõe-se a criação de:

estratégias de intercâmbio e troca entre jovens praticantes de diferentes religiões, em nível local e nacional, como mecanismo de aproximação de jovens de diferentes matizes religiosos. (Conjuve, 2006: 102).

Considera-se importante incentivar o associativismo dos jovens a partir das práticas religiosas, como novas possibilidades de engajamento e participação na vida pública por parte desta parcela da população.

Esse incentivo é promovido por meio:

da divulgação de conteúdos sobre a história das religiões, sobre o papel das mesmas na sociedade brasileira, sobre a liberdade e sobre o respeito à diferença religiosa como requisito da democracia política. (Conjuve, 2006: 102).

Recomenda-se ainda:

fomentar a presença de professores previamente preparados para o ensino religioso na escola pública, que devem combater quaisquer intolerâncias e repudiar os proselitismos. Este ensino, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), garante que sua prática se dê numa perspectiva ecumênica, de educação para valores, reafirmando a importância da tolerância, do respeito mútuo e do diálogo inter-religioso. (Conjuve, 2006: 102).

No plano de valorização da diversidade, em relação à orientação sexual dos jovens, recomenda-se o desenvolvimento de materiais educativos sobre orientação sexual e a capacitação de professores e demais profissionais da educação nas escolas públicas e particulares, bem como de profissionais da área de saúde e da área de segurança pública.

Para isso, sugere-se a criação de:

centros de referência e cidadania para a população LGBTTT que ofertem uma rede ampla de serviços públicos de caráter educativo, cultural, político para homens e mulheres, em especial jovens. (Conjuve, 2006: 105).

Recomenda-se desenvolver com as juventudes seminários, reuniões, atividades educativas e oficinas sobre homossexualidade.

No plano de valorização da diversidade, em relação aos jovens indígenas, recomenda-se a promoção de uma educação que respeite e valorize práticas e conhecimentos dos povos indígenas. Além disso, é importante que ocorra:

a promoção de iniciativas que visem o desenvolvimento econômico de grupos e populações indígenas (para isso, são sugeridas iniciativas de fomento, crédito e comercialização de produtos indígenas). (Conjuve, 2006: 107).

Considera-se necessário investir na formação de professores indígenas em questões como saúde, prevenção de DSTs/aids e alcoolismo.

Além disso, propõe-se a criação de:

centros de referência e cidadania para a população indígena jovem que ofertem uma rede ampla de serviços públicos de caráter educativo, político e principalmente cultural para os jovens. (Conjuve, 2006: 107).

E recomenda-se a:

realização de oficinas, atividades educativas e esportivas (inclusive com esportes tradicionais da cultura indígena como, por exemplo, o arco-e-flecha e a canoagem), no sentido de aumentar a auto-estima do jovem indígena. (Conjuve, 2006: 107).

Sugere-se o desenvolvimento de:

programas de profissionalização com base nas práticas, costumes, produtos e valores de cada agrupamento/aldeia indígena, respeitando os costumes e as tradições de cada região, bem como o papel que cada jovem tem dentro de sua aldeia e comunidade. (Conjuve, 2006: 107).

Recomenda-se a oferta de equipamentos de comunicação – para produção de vídeos, sites, fotografia etc. – a fim de que os jovens possam produzir e registrar temas pertinentes a sua cultura e a seus projetos.

Propõe-se a:

capacitação sobre políticas públicas e o papel do jovem indígena dentro da aldeia, ajudando a diminuir a manipulação do jovem em períodos eleitorais. (Conjuve, 2006: 108).

No plano de valorização da diversidade, em relação aos jovens com deficiência, recomenda-se “que as políticas de juventude (alinhadas com a legislação brasileira) contribuam para a efetivação dos direitos de jovens com deficiência” (Conjuve, 2006: 110).

Destaca-se a importância de:

garantir a aplicação de leis nacionais e Decretos Federais (em especial, o Decreto Federal 5.296/04) que tratam da inclusão e acessibilidade de jovens com deficiência, combatendo a segregação e a discriminação, buscando a equidade, o empoderamento, a produtividade, a sustentabilidade e a segurança desses jovens na sociedade. (Conjuve, 2006: 110).

Recomenda-se a promoção da acessibilidade e da comunicação em todos os espaços sociais, com rampas de acesso, banheiros adaptados, intérpretes de língua de sinais brasileira (Libras), material em braile, letras ampliadas, meio digital, entre outros.

Considera-se que é preciso, nas esferas municipal, estadual e federal, dispor de orçamento para ajudas técnicas que contribuam para a qualidade de vida e o desenvolvimento dos jovens com deficiência.

Outra orientação é quanto a proporcionar a todos os jovens com deficiência serviços, programas e tecnologias acessíveis.

Propõe-se que “em todas as ocasiões e espaços públicos, ou de uso coletivo, dar atendimento prioritário aos jovens com deficiência e/ou com mobilidade reduzida” (Conjuve, 2006: 110).

Advoga-se a garantia do:

direito à participação de jovens com deficiência intelectual e transtornos mentais em projetos, programas e políticas de governo nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, entre outras. (Conjuve, 2006: 111).

Outra recomendação é no sentido de:

garantir a aplicação do Decreto Federal 5.626/05, tornando obrigatória a presença de tradutores(as) e intérpretes de língua de sinais brasileira (Libras) em todos os espaços sociais. (Conjuve, 2006: 111).

Insiste-se que é necessário:

garantir um serviço de atendimento para jovens com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Libras, e no trato com aquelas que não se comuniquem por Libras, e para pessoas cegas e surdas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento. (Conjuve, 2006: 111).

Recomenda-se ainda:

garantir a veiculação, na televisão, de informações por meio de Libras, e de recursos técnicos, como o *closed caption*, ou legenda oculta, que permitam aos telespectadores a recepção da programação com transcrição de cenas e imagens;

garantir que congressos, seminários, oficinas e demais eventos científicos e culturais promovidos para a população jovem ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos aos jovens com deficiência, tais como tradutores e intérpretes de Libras, leitores, guias-intérpretes ou tecnologias de informação e comunicação;

garantir que qualquer conteúdo publicado, prioritariamente os educativos e culturais, estejam disponíveis em braille e em formatos alternativos (áudio, caracteres ampliados, fitas cassete, mapas táteis etc.), e estabelecer enquanto política nacional a edição e acessibilidade de livros às pessoas com deficiência visual. [...] garantir o direito do jovem com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo, acompanhado de cão-guia. (Conjuve, 2006: 111).

Além disso, o Conjuve propõe:

reservar, em todas as ocasiões, 2% dos assentos para pessoas com deficiência visual e/ou mobilidade reduzida, incluindo obesos, em locais de boa recepção de mensagens sonoras, sendo estes espaços devidamente sinalizados e de acordo com os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

tornar acessível para pessoas cegas e surdas qualquer vídeo a ser veiculado publicamente, com legenda e intérprete de Libras, evitando-se, ainda, o uso de imagens sem som, que interferem no entendimento da mensagem do filme pelas pessoas cegas;

promover a acessibilidade nos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, nas três esferas (municipal, estadual e federal), considerando-se como integrantes desses serviços os veículos, terminais, estações, pontos de parada, vias, acessos e operação. (Conjuve, 2006: 111).

Experiências governamentais destacadas pelo Conjuve

O documento do Conjuve aponta secretarias e ministérios que executaram políticas públicas de juventude em relação ao gênero, aos negros e à religião, a saber:

Em relação ao gênero:

- *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM):* o *Programa Pró-Equidade de Gênero* e as ações relacionadas ao incentivo ao acesso das mulheres a linhas de microcrédito urbano, ao incentivo à autonomia econômica, e à capacitação de mulheres para a equidade no mundo do trabalho.
- *Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):* o *Programa Primeiro Emprego*, que beneficiaria mulheres jovens de forma prioritária por meio do Consórcio Social da Juventude. Outros mencionados são: o *Programa Jovem Empreendedor*, o *Programa de Geração de Emprego e Renda* e o *Programa Crédito Jovem Empreendedor*. Dos 686 projetos em fase de avaliação, 384 são para mulheres.
- *Ministério da Educação:* em diálogo com a SPM, implementou políticas que visam atuar sobre o currículo e as práticas de profissionais da educação, de modo a enfrentar o sexismo e a promover o valor da igualdade entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, vem sendo desenvolvido o curso *Gênero e Diversidade na Escola*, que consiste na formação de profissionais da educação nas temáticas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais.

127

Em relação à juventude negra:

- *Ministério da Justiça: Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra*, criado como parte do *Programa Nacional de Direitos Humanos*, de 1995. Integram o grupo representantes de oito ministérios e de duas secretarias, além de oito membros do movimento negro. Em maio de 1997, foi emitido um documento relatando as conclusões a que o GT chegou.
- *Ministério da Educação:* implementação da Lei n.º 10.639/2003, que institui a história e a cultura da África e dos povos afro-brasileiros no currículo escolar brasileiro.

Quanto à religião:

- *Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República:* produção e divulgação da cartilha *Diversidade religiosa e direitos humanos*, disponível no site www.mj.gov.br/sedh/ct/cartilha_port_esp.htm.

10

Participação

Destaques do Conjuve 1. Privilegiado no documento do Conjuve, o tema participação é citado não somente com relação ao lugar dos jovens na elaboração e na implementação de políticas relacionadas a eles, mas também ao lugar dos jovens no acompanhamento e na cobrança social dessas políticas e no construto da democracia e do processo de desenvolvimento da juventude.

Tais princípios estão presentes em várias partes do documento, não necessariamente restrito a uma “câmara temática”. Contudo, participação é tema principalmente quando se fala em desenvolvimento integral: educação, trabalho, cultura e tecnologia de informação, o que indica sua compreensão como conceito estrutural tanto para a vida dos jovens como para políticas de juventudes:

A dimensão participativa deve constituir-se em uma das principais características de todo o processo de formulação das políticas de juventudes, desde a organização das demandas até a avaliação dos programas desenvolvidos. É preciso que a sociedade e o Estado sejam receptivos às possibilidades e oportunidades de participação juvenil, não só por motivos de ampliação da democracia, mas também pela importância da vivência política nos processos de desenvolvimento pessoal dos jovens. (Conjuve, 2006: 37).

2. Reconhece-se, entretanto, que uma “cultura de participação” demanda tempo: é um processo que pede vários investimentos.

3. A crítica quanto aos programas relacionados à inclusão (e aos cursos de formação) é que se condicione o recebimento de bolsas à participação e a trabalhos voluntários, porque assim se forcem situações que não necessariamente estariam de acordo com os interesses dos jovens, o que levantaria questionamentos quanto ao princípio de respeito aos seus direitos.

4. Para garantir a participação dos jovens é necessário contar com informações e transparência no plano das deliberações da política formal.

5. É necessária uma cultura política pautada no direito de expressão de tendências várias, o que pede que, em foros, particularmente no âmbito de discussões sobre políticas de juventudes, garanta-se a apresentação de tendências plurais.

Recomendações do Conjuve Uma sugestão são as parcerias público-privadas com ênfase nos jovens como gestores. Outra recomendação é a gestão dos recursos pelos próprios jovens, feitas as devidas prestações de contas ao poder público.

Além disso, o Conjuve defende que os programas que consistem em atividades e espaços para jovens e que impliquem equipamentos para eles contem em sua gestão com a participação dos próprios jovens.

Destaques do Banco Mundial 1. Há diferenças de abordagem no modo como Conjuve e BM discutem participação. Enquanto a ênfase do documento brasileiro é na participação em políticas de juventudes, o documento do BM reflete sobre a participação dos jovens no debate a respeito da importância de um enfoque de cidadania, referindo-se, assim, tanto aos direitos como aos deveres na comunidade e com ela.

O BM faz menção à participação comunitária em políticas, em cobranças sociais de qualidade de serviços e bens, associando-a aos direitos de consumidor individual e coletivo e estendendo o conceito de cidadania a valores como altruísmo e solidariedade. A cidadania, no relatório do Banco, é considerada como “envolvimento em atividade de bem público, o exercício no plano público da solidariedade e do altruísmo, assim como todonexo entre indivíduos e comunidade” (Banco Mundial, 2007: 160).

Observa-se que a cidadania é um tema complexo, pois envolve identidades culturalmente diferenciadas, além de atitudes e comportamentos.

2. A questão da cidadania é vista sob duas dimensões: uma passiva e outra ativa.

No plano da cidadania passiva, a ênfase é dada a direitos como: educação pública, cidadania legal, voto, julgamento justo e associação com outros. Também se destacam obrigações como pagar impostos e prestar o serviço militar.

Quanto à cidadania ativa, destacam-se a cobrança dos poderes públicos em demandar justiça para si e para outros, o exercício de “tolerância” étnica e religiosa e o exercício de solidariedade com o próximo.

Em ambos os planos, quando o enfoque é a juventude, a cidadania implicaria mais direitos e identidade compartilhada, contemplando na contemporaneidade:

- a ênfase na igualdade de participação;
- a obediência às normas comunitárias;
- uma área privada que o Estado não poderia violar;
- valores e tipo de vida compartilhada e defendida;
- orientação para a dignidade humana;
- a ampliação do leque de direitos, com vetor à liberdade, aos bens sociais, como emprego, e ao acesso a serviços básicos, e não mais somente a direitos políticos e legais.

3. A participação cidadã é condição básica para o desenvolvimento. A cidadania afetaria o desenvolvimento:

- estimulando capital social e cultural;
- promovendo monitoria dos negócios públicos;
- por exigência de qualidade em tais serviços, o que também colabora por melhoria de investimentos (Banco Mundial, 2007: 161).

4. Hoje o ideal de uma “cidadania universal”¹ enfrentaria restrições étnicas, por conta de nacionalidades, e de gênero.

5. O relatório do BM refere-se aos seguintes construtos de uma “cidadania juvenil”:

- idade para votar;
- conselhos juvenis;
- corpos consultivos;
- serviço militar;
- serviço comunitário.

6. Na questão de pertença cidadã, o sentido do trabalho para a cidadania é destacado, na medida em que o emprego contribui para um sentido de competência, autonomia fora de casa e postura social e colaboraria “no desenvolvimento de capital social”. O desemprego, por sua vez, provocaria sentido de alienação, descrédito nas instituições e sistemas políticos, “menos envolvimento em política e, mais frequentemente, se associa a idéias revolucionárias entre os jovens empregados” (Banco Mundial, 2007: 175). O emprego seria importante para as mulheres e lhes possibilitaria reconhecimento social em muitos países, mas admite-se que esse reconhecimento está vinculado ao tipo de emprego.

7. A participação em gangues também promove sentido de identidades, pertença e virilidade por meio do acesso a bens e a *status* que não são adquiridos por meios “legais”. Entre os denominados “fatores de risco” que potencializam o pertencimento a gangues e a execução de crimes, destacam-se:

características da comunidade: integração social frágil, prevalência de violência e comércio de drogas;

características do grupo familiar: pobreza, falta de supervisão familiar ou ausência dos pais;

1 Vale notar que o debate sobre cidadania universal é parte dos temas contemporâneos que internacionalmente vêm sendo discutidos com relação aos migrantes.

características individuais: depressão, não envolvimento com a escola, uso de drogas ilícitas e colegas que são membros de gangues. (Banco Mundial, 2007: 176).

8. Não há propriamente registro de programas bem-sucedidos para prevenir os jovens quanto ao engajamento em gangues. Os avaliados teriam efeitos ambíguos e:

os mais bem-sucedidos constituem-se em intervenções que focalizariam marginalização, discriminações, falta de oportunidade e a desesperança que aflige os jovens. (Banco Mundial, 2007: 176).

9. Em uma sessão intitulada “Violência, política e juventude”, menciona-se que estudos sobre terrorismo indicam alta representação de jovens, mas em papéis subalternos, e que estes seriam, no cômputo total dos jovens, uma minoria. Admite-se que, para prevenir o envolvimento de jovens em violência política, não seria suficiente investir em oportunidades educacionais e econômicas, e que há um sentido de pertença também nas organizações que apelam para a violência. Advoga-se que:

o envolvimento em organizações que apelam para a violência, quer na política quer nos moldes de gangues, seria uma forma de superar uma identidade fragmentada com algo considerado mais transcendente e superior. Os jovens “precisam acreditar”. (Banco Mundial, 2007: 178).

10. Ao serem discutidas questões de uma “cidadania juvenil”, reitera-se o modelo já seguido em outras dimensões no relatório, referindo-se assim a direitos quanto a oportunidades, capacidades e segunda oportunidade.

11. Sobre direitos relacionados a oportunidades, destacam-se os que são ligados às necessidades e à “identidade juvenil”, ou seja:

- reconhecimento pelos que contam;
- identidade legal;
- trabalho.

12. Sobre direitos relacionados a capacidades, indica-se:

- educação “cívica”;
- programa para desenvolvimento de jovens;
- ação juvenil;
- agências.

13. O direito a uma segunda oportunidade para os jovens acusados de cometer ato infracional sustenta-se no fato de que os jovens precisam ser legalmente reconhecidos e ter uma outra oportunidade, evitando-se estigmas:

Os jovens desenvolvem identidade juntando-se a uma organização, tentando um trabalho ou se juntando a outros. Muitos jovens acabam desenvolvendo uma identidade negativa que lhes chega como uma expectativa social. (Banco Mundial, 2007: 178).

14. Os jovens, hoje, não se interessam tanto por política, seja nos países desenvolvidos ou em países em desenvolvimento, mas este dado varia muito por país, por tipo e grupo juvenil. O número de eleitores jovens viria diminuindo particularmente nos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, análises longitudinais sobre três gerações sinalizam um declínio, entre os jovens, da confiança no aparato político eleitoral (Banco Mundial, 2007: 162). Contudo, vem crescendo outro tipo de participação, como em ativismo ecológico e em “protestos”.

15. O relatório do BM constrói uma breve história sobre o tema “participação dos jovens”, indicando que a preocupação com o tema é antiga, assim como as avaliações críticas. No século VIII a.C., por exemplo, Hesíodo observava: “Não vejo futuro para o nosso povo se depender da frívola juventude de hoje”. Condorcet, em 1782, ponderava que, como regra, cada geração parece ser menos virtuosa que a antecedente. Mas o documento menciona, no entanto, a participação decisiva de jovens em várias mobilizações políticas, destacando também que eles são considerados mais abertos a outras perspectivas e valores como meio ambiente e ecologia. Comenta-se que os jovens foram atores de ponta nos movimentos pró-democracia na África do Sul após a rebelião de Soweto, em 1976.

16. De acordo com o *World Values Survey*, em países de baixa renda, seria mais alta a probabilidade de haver jovens interessados em política, como na China, Nigéria e Índia. Em países de renda média e alta, em comparação com grupos mais velhos, os jovens que se declaram interessados em política correspondem à metade. Já na China, no Zimbábue e no Vietnã, independentemente da idade, é igual o interesse por política. Em países como Indonésia e Irã, os jovens são mais engajados que os mais velhos.

17. O relatório do BM sustenta as teses de que:

- hábitos de participação política socializam uma participação futura (Banco Mundial, 2007: 165). Em muitos países, a participação nos movimentos estudantis, por exemplo, associa-se a uma futura participação em política;
- o “empoderamento” das mulheres aumenta com a sua participação em movimentos sociais e ONGs;
- o exercício da cidadania ativa colabora para o acompanhamento de políticas e a melhoria da qualidade dos bens e serviços públicos e fornecidos pelo mercado. E um ambiente democrático contribui para a participação dos jovens em situações de extrema injustiça.

Recomendações do Banco Mundial No relatório do BM, considera-se que seria necessário estimular a participação dos jovens como atores políticos, alinhando-se à posição de Karl Mannheim, que ressalta que esta participação contribuiria para a renovação da política, a descoberta de novas possibilidades e “contatos novos”, que:

facilitariam a reavaliação do nosso inventário e nos ensinariam tanto a esquecer o que não é mais útil e a despertar para o que ainda não foi usado. (Mannheim cit. in: Banco Mundial, 2007: 167).

O documento considera a participação juvenil importante para o sentido de identidade, de pertença e de auto-estima, pelo reconhecimento dos grupos de referência, em nível social e comunitário. A recíproca também valeria, considerando-se que “reconhecimento social promove cidadania ativa e auto-estima” (Banco Mundial, 2007: 172). Nota-se que o “sentido de pertença é importante, e ter uma identidade valorada de forma negativa é melhor do que não ter nenhuma identidade” (Banco Mundial, 2007: 173).

Com base nesse raciocínio, defende-se que o Estado, ao “não estimular ou reprimir identidades juvenis”, ou ao “não garantir a satisfação de necessidades faria com que os jovens se recolhessem em identificações alternativas e idiomas próprios”, assim como colaboraria com a “identificação com anti-heróis e terroristas” (Banco Mundial, 2007: 173). Cita-se o caso de descendentes de imigrantes norte-africanos na França, que, marginalizados, falam uma linguagem contracultural, o *verlan*, desenvolvida nos bairros de periferia altamente politizados.

O BM sugere a criação de oportunidades para participação política e o exercício de cidadania ativa pelos jovens, estimulando sua presença em eleições, conselhos juvenis, serviço militar e serviço cívico ou nacional. Refere-se também à importância do marco de referência constitucional, das regras formais e das práticas informais, como se vê nestes trechos:

Instituições baseadas em princípios de democracia liberal ensinam aos jovens valores, habilidades e hábitos de cidadania ativa – através de princípios não-discriminatórios e liberdade pessoal via escolas, sistemas legais, clínicas de saúde e conselhos comunitários. (Banco Mundial, 2007: 167).

Sem um sentido de propósito ou uma agenda clara de objetivos prevalece um sentido de falta de poder e “casuística”. (Banco Mundial, 2007: 170).

Considerando-se experiências internacionais, não há evidência de que a participação de jovens em conselhos juvenis tenha contribuído para melhorar os serviços

para jovens e sua governança. Além disso, na maioria dos casos, envolvem-se os já motivados e em pequena escala.

Em relação ao serviço militar, há evidências e posturas diversas. Considera-se que pode ser uma oportunidade para os mais excluídos contarem com esses serviços, como os afro-americanos. Mas pelo fato de ser compulsório, particularmente para os mais pobres, iria de encontro à noção de cidadania. O alistamento seria considerado negativo em muitos países, como nos Estados Unidos.

Quanto aos serviços comunitários, o relatório ressalta que o formato de voluntariado seria mais comum em países desenvolvidos e que os serviços têm de ser modelados, de forma a não entrar em choque com as escolas. Assim, os serviços devem ser flexíveis, resultar em reconhecimento, não se limitar a atividades avulsas, e também deveriam propiciar o trabalho em equipe e a prestação de contas.

Destaca-se a importância de investimentos na escola para o desenvolvimento de orientação cidadã, socialização com valores de identidade nacional, de civismo e antidiscriminação. Mas há críticas às classes comuns de civismo e se considera que o método de ensino sobre cidadania interfere na sua eficácia. Defende-se que a ambiência e cultura escolar são mais eficazes em introjetar valores de cidadania do que as aulas específicas. Mas a questão é que a cultura escolar tende a reproduzir os padrões de exclusão e hierarquia da sociedade.

Programas que conjugam aprendizagem formal com práticas de serviços voltadas para cidadania são considerados bem-sucedidos – principalmente em países desenvolvidos –, inclusive para lidar com questões como o hábito de fumar, gravidez na adolescência e abuso de álcool.

Em programas de ação e engajamento em atividades relacionadas ao desenvolvimento, é importante combinar educação, serviço comunitário, habilidades e incentivo financeiro.

O BM recomenda restrições na venda de armas, ato que se associa com o envolvimento em atividades criminosas. Destaca-se a taxa de homicídios de jovens na América Latina.

Indica-se a justiça restaurativa, que vem sendo empregada em vários países no plano de políticas de segunda oportunidade, para jovens que sejam acusados de terem cometido delitos. No relatório, reconhece-se que, segundo distintas pesquisas, casos de reincidências são constatados em jovens que cometeram o primeiro delito principalmente aos 19 ou 25 anos. Defende-se, contudo, que a forma de prevenir a ação criminosa entre os jovens não estaria na repressão e pena excessivas, ou no encarceramento com adultos, mas na melhoria do acesso à justiça e na promoção da justiça restaurativa (Banco Mundial, 2007: 178).

O documento também avalia como de efeito discutível os programas que se orientam por advertir sobre conseqüências futuras ao se seguir a carreira do crime, levando jovens a visitar prisões de adultos. Também é considerada problemática a recorrência a campos de trabalhos com estrita disciplina.

As medidas restaurativas, no entanto, dão a oportunidade para que vítimas e agressores se encontrem, falem sobre o crime e trabalhem na recomposição. Nas três últimas décadas, mais de 80 países já recorreram a esse tipo de justiça. Esses programas não são necessariamente administrados pelo Estado; em alguns países, essa responsabilidade fica a cargo de empresas privadas ou indivíduos, como ação complementar ao sistema de justiça oficial.

Como conclusão, recomenda-se que todas as instituições em que circulam jovens deveriam ter perspectiva inclusiva, estimulando participação e solidariedade. Insiste-se que a participação é importante para sedimentar futuros tomadores de decisão, além de que o envolvimento do jovem pode estimular melhoria da qualidade dos serviços governamentais.

O relatório do BM adverte que poucas intervenções voltadas para estimular a participação juvenil contam com avaliação. Mas há algumas lições positivas, tais como:

- a diminuição da idade mínima para votar, sobretudo se combinado com um programa de estímulo ao voto;
- a oportunidade de engajamento em serviços voluntários, se combinado com frequência escolar;
- a ampliação de oportunidades econômicas para os jovens, o que lhes propicia um sentido e direção de vida;
- o serviço militar, mas visto com reservas, dependendo das condições;
- a cidadania legal, via documentação pessoal;
- a ampliação de espaços de convivência seguros;
- o banimento do porte de armas de fogo;
- escolas seguras e inclusivas;
- a reforma da justiça criminal, evitando-se o encarceramento de jovens por períodos indefinidos e sem acesso à defesa legal;
- justiça restaurativa e programas em lugar de encarceramento.

Considera-se como não efetivas as classes tradicionais de civismo.

Experiências internacionais consideradas bem-sucedidas

É crucial deixar claro que, conforme o BM, faltam avaliações mais consistentes sobre a maioria dos projetos relacionados a juventudes. À luz dessa ressalva, seguin-

do a tipologia de políticas desse relatório, elencamos aqui experiências no mundo todo, divididas por tipos, de acordo com o foco principal do programa ou da política, a saber:

- programas voltados a oportunidades;
- experiências visando estimular capacidades e habilidades;
- programas com foco em uma segunda oportunidade.

Programas voltados a oportunidades Quanto aos programas de educação para a paz em nível local, são recomendados:

BRASIL – A campanha pelos direitos das crianças. Além disso, no estado do Rio de Janeiro, pré-adolescentes de 9 a 15 anos do município de Barra Mansa participam dos debates sobre prioridades orçamentárias. Na cidade do Rio, jovens ativistas são originários da ONG *Viva Rio*. São citados também as escolas de samba e os times de futebol.

COLÔMBIA – Restrição, na cidade de Cali, do porte de armas em determinados dias, como fins de semana e feriados, incidiu na diminuição dos homicídios. Em Bogotá, tal medida foi associada a outras para reduzir a violência entre jovens. Entre elas, o estímulo à reforma administrativa e à prestação de contas em nível municipal; a mobilização antiviolência; a redução do consumo de álcool; a ordem pública e a restauração de espaços urbanos; os conselhos comunitários sobre segurança; os fundos adicionais para polícias, para prevenção da violência doméstica e abuso de crianças; e resolução alternativa de conflitos (Banco Mundial, 2007: 177).

EQUADOR – Programa com atividades extracurriculares em artes e oficinas sobre gravidez na adolescência, drogas e álcool, considerado importante para a assertividade e a auto-estima.

FILIPINAS – Os conselhos são abertos à participação de jovens entre 15 e 21 anos.

INGLATERRA – Vem se discutindo a diminuição para 16 anos da idade legal para votar, combinando tal medida com “educação para cidadania” nas escolas.

VÁRIOS PAÍSES – Presença de conselhos juvenis para promover cidadania, por meio dos quais são realizadas assembléias consultivas de jovens, como o *Fórum Juvenil Europeu*; o *Fórum Juvenil Latino-Americano*; e o *Parlamento Africano Jovem*; e em nível local o *Conselho Jovem da Catalunha*, na Espanha, e o *Parlamento Jovem de Ryazan*, na Rússia.

Experiências visando estimular capacidades e habilidades Quanto ao exercício de uma cidadania ativa pelos jovens, recomendam-se:

BRASIL – Participação na derrubada da ditadura militar, na luta pela Constituição de 1988 e atuação a favor do coquetel de remédios para pacientes com aids. Outra experiência citada no país é a participação de jovens, em Fortaleza (CE), no orçamento participativo.

PAÍSES EUROPEUS – O sindicalismo colaboraria para o ativismo de jovens em direitos legais.

Reflexões sobre a vida de jovens em favelas do Rio

- As eleições não seriam a única forma de participação
- A percepção das exclusões quanto à cidadania vem aumentando
- São mais céticos sobre política formal – questão de corrupção
- Para muitos, o contato com o Estado é por meio da polícia
- O tráfico de drogas afetaria o clientelismo político em favelas

Fonte: "A história de Jorge, jovem favelado no Rio", in: Perlmam e Anthony, 2006.

139

Programas com foco em uma segunda oportunidade ÁFRICA DO SUL – Detentos são separados por tipo de processo e duração de pena.

COLÔMBIA – A Fundação Alva Alice desenvolve, por meio da parceria público-privada, um programa de mediação para justiça alternativa. Considera-se que há baixo nível de reincidência entre os que passam por estes programas. O problema, contudo, é que requerem participação voluntária.

FILIPINAS – Os juízes circulam por diferentes áreas e prisões para agilizar processos.

VENEZUELA – Intervenção do setor privado para deter a criminalidade juvenil, com adoção de programas voltados a jovens envolvidos em gangues, a partir de uma experiência com os que haviam roubado um estabelecimento. Cerca de 100 jovens já passaram pelo programa.

11

Novas

tecnologias

Destaques do Conjuve 1. Principais usuários da internet, os jovens no Brasil são considerados a geração da exposição e da informação. É preciso, no entanto, além de levar em conta os efeitos positivos do acesso e do uso da rede – e investir nestes –, considerar também os efeitos negativos, buscando-se mecanismos de controle. Esta proposição está presente tanto no documento do Conjuve como no relatório do Banco Mundial.

2. As novas tecnologias são vistas como um meio que possibilita a articulação entre o conhecimento ao qual os jovens possam ter acesso e a sua formação educacional e as necessidades do mundo do trabalho e da cultura. O relatório do BM, além de considerar que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) possibilitam formação em diferentes transições, ressalta que estas se identificariam por constituírem em si uma transtransição ou por circularem por várias transições, o que também se conseguiria por meio do uso de telefonia móvel. No documento do Conjuve, considera-se que, com a utilização da informação e da comunicação, são cada vez mais amplas as oportunidades de vivência da condição juvenil, assim como se amplia a possibilidade do exercício da cidadania. No documento do BM, por sua vez, a perspectiva é de fluxo ou formação, ou a passagem para uma outra geração, o vir a ser adulto, além de ressaltar a conexão dos jovens com o mundo globalizado.

3. O acesso e o conhecimento de informática estão mais concentrados nos setores privilegiados da sociedade brasileira. O relatório do Banco, por sua vez, reconhece que nos países em desenvolvimento ainda é baixo o índice de jovens com acesso a computadores. O acesso e a utilização da informação e dos meios de comunicação passam, então, a constituir direitos inalienáveis do ser humano, assim como o direito de ir e vir (Conjuve, 2006: 33).

4. São necessárias políticas públicas para que as TICs possam ser acessíveis a todos, particularmente aos grupos em situação de vulnerabilidade, e para que não sejam mais um elemento a contribuir para a exclusão social.

Recomendações do Conjuve O documento propõe que:

Políticas de inclusão digital se articulem às políticas estruturais da área da educação, para que os estudantes das escolas públicas de ensino fundamental, médio, escolas técnicas e das instituições de ensino superior possam ter acesso diário a tecnologias e à internet. (Conjuve, 2006: 33).

É preciso também investir em formação e capacitação no âmbito das TICs, incorporando a informática no currículo escolar da educação básica.

Os telecentros e os infocentros vêm ampliando o acesso da população às TICs, mas recomenda-se especificamente que:

Laboratórios de informática devem ter lugar em centros comunitários, democratizando o acesso e a formação dos jovens.

Iniciativas que utilizam o *software* livre compõem o quadro das principais reivindicações dos grupos juvenis organizados. (Conjuve, 2006: 34).

Na questão dos jovens com deficiência, recomenda-se:

A garantia de utilização de tecnologias voltadas ao atendimento de suas especificidades; deve-se também garantir a acessibilidade na comunicação, em todos os seus níveis e meios, por intermédio de intérpretes de língua de sinais brasileira (Libras), sistema braile, letras ampliadas, meio digital e outros elementos necessários. (Conjuve, 2006: 34).

Outra recomendação é para que se facilite a possibilidade de os jovens se tornarem agentes de inclusão digital em suas comunidades.

143

Destaques do Banco Mundial 1. O campo das TICs não é uma das cinco transições que marcariam a fruição do ser jovem, mas sim uma dimensão que se caracteriza por sua transversalidade, permitindo inclusive mais mobilidade e circulação entre transições como escolaridade, trabalho, aquisição de hábitos saudáveis, formação de família e participação cidadã.

2. Mesmo que em países em desenvolvimento o número de usuários de internet, telefones celulares e computadores venha aumentando, o uso principalmente de computadores ainda seria baixo.

3. Assim como o documento do Conjuve, o relatório do BM ressalta a importância das TICs para os jovens, considerados seus principais usuários, especialmente da internet e dos recursos mais avançados da telefonia móvel, como as mensagens textuais. Segundo o relatório, calcula-se que, em nível mundial, no período entre 2000 e 2003, 130 a 160 milhões dos 269 milhões de novos usuários de internet tinham entre 15 e 24 anos, viviam na zona urbana e possuíam renda e escolaridade mais elevadas.

4. Os jovens são os maiores usuários das novas TICs e os cibercafés estariam mais acessíveis aos rapazes. No entanto, seu uso varia muito entre os países. De acordo com o relatório do BM, a juventude tem mais tempo do que os adultos para investir nas novas tecnologias, assim como mais habilidade do que as gerações anteriores:

Apesar de a principal razão de os jovens usarem computadores, a internet e telefones móveis ser o entretenimento – jogar, baixar músicas e conversar com amigos – as novas TICs estão provocando efeitos de ampla extensão nas transições juvenis. Novas oportunidades de trabalho e estudo estão sendo abertas e a natureza interativa e descentralizada dessas novas tecnologias está oferecendo aos jovens muito mais oportunidades de obter informações fora dos canais tradicionais, aumentando suas vias de ação. (Banco Mundial, 2007: 203).

5. A educação em línguas globais, especialmente em inglês, é peça-chave, quando aliada ao desenvolvimento de sites em língua local.

Recomendações do Banco Mundial O relatório do Banco adverte que, como as novas tecnologias são de uso recente em muitos países em desenvolvimento, grande parte do impacto ainda tem de ser cuidadosamente avaliado.

Considera-se que o uso das TICs tem ampliado a oferta de empregos para os jovens em vários países, disponibilizando informações sobre vagas de trabalho e oferecendo também uma segunda oportunidade para jovens com deficiência, com programas sintetizadores de voz e ampliadores de texto que permitem aos deficientes visuais usar as TICs para o trabalho. Recomenda-se ação do poder público para ampliar o número de usuários – com acesso a TICs, quer na escola, quer em outros espaços.

Aponta-se a importância do investimento em políticas que regulamentem o uso da internet, pois muitas vezes os pais, pela falta de familiaridade com as novas tecnologias, não estão capacitados para ensinar os jovens a ser usuários seguros e responsáveis, protegendo-os de riscos como pornografia infantil, *hate groups* (grupos que se organizam contra alguém ou alguma coisa), perseguidores, pedófilos e *cyberbullying*.

Recomenda-se ensinar os jovens a usar essas novas TICs de forma segura, com parcerias governamentais e telecentros. Ao mesmo tempo, devem-se criar centros de aprendizagem que combinem aulas *on-line* com moderadores locais.

Tanto o documento do BM como o do Conjuve ressaltam que uma segunda oportunidade pode ser oferecida aos jovens com deficiência por meio das TICs, com adoção de programas sintetizadores de voz para deficientes visuais. Além disso, os celulares poderiam oferecer aos deficientes auditivos mais flexibilidade para suas necessidades de comunicação. Também destacam que os jovens com deficiência têm menos acesso aos cibercafés, que comumente não seriam equipados com tecnologia necessária e facilidades para os cadeirantes.

Considera-se que é preciso tornar viável o custo dos computadores, sobretudo para os sistemas educacionais de muitos países em desenvolvimento, que devem ter pessoal treinado, eletricidade adequada e infra-estrutura.

Observa-se a necessidade de regular e de incentivar as iniciativas de empreendedores privados (usualmente jovens) destinadas à abertura de cibercafés. Similarmente, defende-se que as regulamentações que permitam fácil entrada para operadores de cartão telefônico pré-pago e ligações de longa distância por meio da internet podem ter grandes compensações para os jovens, além de estimular a demanda por novos serviços, oferecendo conteúdo público *on-line*.

Enquanto o documento do Conjuve se centraliza no papel do Estado na área de informática e em políticas públicas relacionadas à ampliação do acesso às TICs, o relatório do BM dá ênfase ao lugar das empresas privadas em tal setor, recomendando que:

os governos permitam que empresas privadas supram as crescentes demandas de serviços de TIC, promovendo regulamentações que estabeleçam fácil entrada e competitividade. (Banco Mundial, 2007: 208).

145

Políticas e programas inovadores CAMBOJA – Muitos trabalhos relacionados às TICs não necessitam de mobilidade e, portanto, abrem opções para jovens com deficiência se comunicarem. Entretanto, tais jovens têm menos acesso a esses trabalhos, porque geralmente possuem baixa renda e educação deficitária. Além disso, existem barreiras físicas, como a falta de acessibilidade nos cibercafés, que não são equipados com as tecnologias necessárias. Um exemplo de modelo comercial auto-sustentável que promove oportunidades para os jovens com deficiência é o Dado Digital Dividido (DDD), centro de dados que emprega somente jovens órfãos, vítimas de minas, deficientes físicos ou pessoas vítimas de tráfico humano. Ali, cada um dos mais de 100 empregados recebe treinamento vocacional e bolsas para continuar sua educação.

MÉXICO – As TICs diversificam as oportunidades de aprendizagem na medida em que a educação a distância é tida como um elemento importante para vencer o desafio de estender a educação para além do ensino fundamental. O Programa *Telesecundária* do México oferece aos que estão concluindo a educação fundamental a oportunidade de continuar seus estudos sem ter de percorrer longas distâncias. Mais de 1,2 milhão de alunos, em 16,5 mil locais, recebem lições televisionadas, seguidas de trabalho em classe orientado por apenas um professor, o que significa o corte pela metade do custo por aluno. Mas a qualidade do ensino desse programa

é alvo de preocupações e tem alcançado baixa pontuação nos testes do Programme for International Student Assessment (Pisa). Considera-se que o desafio é, portanto, aumentar a qualidade mantendo o baixo custo. Também no México, recebe citação a *Universidad TecMilenio*, que usa os professores de sua universidade principal para ministrar cursos *on-line* dirigidos a alguns campus-satélites modestamente equipados por um terço do custo original, abrindo o acesso para jovens trabalhadores.

CHINA – Quase um milhão de alunos estudam *on-line*.

EUA – Em 2003, a Universidade de Phoenix tinha alunos de cerca de 90 países.

UGANDA – No *Programa World Links*, 80% dos alunos do ensino médio ensinaram a um amigo ou a membros da família alguma habilidade no computador.

ÍNDIA – Por meio do uso de computadores já existentes nas escolas para uma aprendizagem auxiliada pela informática, a ONG *Pratham* foi responsável pelo bom desempenho dos alunos em habilidades matemáticas.

MAURITÂNIA – Considera-se que a privacidade e o anonimato da internet oferecem aos jovens a possibilidade de terem acesso a informações sobre saúde reprodutiva. É o que mostra a experiência do *Programa World Links*: todas as jovens que tiveram acesso à internet por meio do programa disseram ter obtido informações sobre sexualidade, puberdade e prevenção de HIV/aids.

KATHMANDU, DAKAR e SÃO PAULO – Um quarto dos estudantes respondeu que usa a internet para obter informações sobre educação sexual e assuntos de saúde.

HAITI – A página da *Aldeia Global* ajuda os migrantes a permanecer conectados como cidadãos. Fóruns de discussões *on-line* e páginas de migrantes na rede são uma maneira de se conectar e conhecer outros de sua comunidade, além de fomentar associações civis de expatriados. O site recebe 500 mil visitantes ao mês, 80% fora do país, funcionando como um fórum central para a discussão de assuntos da comunidade.

CHILE – O *Programa Enlaces* combinou a instalação de infra-estrutura com o treinamento de professores e o suporte descentralizado, levando ao uso generalizado de computadores nas escolas.

12

Migrações internacionais

Destaques do Banco Mundial 1. Migrações internacionais é um tema relacionado a diversas transições que permite mobilidade e transições, sendo considerado com o mesmo sentido das TICs e da comunicação por celulares, no que chamamos de transtansições. As migrações internacionais, assim como as TICs, teriam aspectos positivos e negativos. Os positivos podem ser maximizados por políticas e acordos bi e multilaterais. O relatório defende a tese de que:

o investimento nos jovens é crucial para o desenvolvimento em longo prazo de um país. A migração oferece aos jovens possibilidade de alto retorno de investimento, assim como a aquisição de mais habilidades através da educação e da experiência de trabalho no exterior. (Banco Mundial, 2007: 191).

O documento do Conjuve, no entanto, não considera os jovens na questão da migração internacional, embora este seja um tema que mereça destaque no caso brasileiro. Afinal, vem aumentando o número de jovens migrantes, os casos de deportações e os episódios de jovens – sobretudo mulheres – vítimas do tráfico humano e da migração ilegal.

2. A migração internacional potencializa o crescimento, assim como a diminuição da pobreza. Ela pode ampliar as oportunidades dos jovens, fortalecer capacidades e lhes dar uma segunda oportunidade, quando existem problemas em várias de suas transições.

3. A migração possibilita a colocação profissional em outros países, o que pode significar oportunidade. Observa-se que muitos jovens estudam no exterior, mas nos países em desenvolvimento, contudo, poucos deles contam com caminhos legais para migrar, o que colabora para a “migração ilegal” e para o tráfico de pessoas.

4. Cerca de um terço dos migrantes de países em desenvolvimento são jovens, o que corresponde a aproximadamente 20% a 25% do estoque mundial. Quando, na definição de jovens, são incluídos aqueles entre 25 e 29 anos, estes representam metade do fluxo migratório nos países em desenvolvimento e um terço do estoque mundial de jovens. Considerando tais padrões, dir-se-ia que de 32 a 39 milhões de jovens migrantes são originários de países em desenvolvimento.

5. Em sua maioria, os jovens migram por uma decisão da família, pelos laços comunitários ou pelas redes de relações sociais. Estas redes contribuem para a formação de uma cultura migratória na comunidade, e a migração constitui-se em certo rito de passagem para os jovens.

6. É alta a migração de retorno entre os jovens. Estudo recente sobre migrantes mexicanos para os Estados Unidos estima que metade dos migrantes retornou em dois anos e que cerca de 70%, em dez anos (Banco Mundial, 2007: 192).

7. A migração temporária de jovens pode ter impacto na redução da pobreza e no desenvolvimento:

A publicação do Banco Mundial *Global Economic Prospects 2006* estimou que cerca de 3% no aumento do estoque global de migrantes para 2015 elevaria a renda global em 356 milhões de dólares e a renda dos países em desenvolvimento em 1,8% ao ano. Isto é, mais que remoção de barreiras ao livre comércio. (Banco Mundial, 2007: 192).

8. Entre os impactos positivos para os países de origem destaca-se a questão das remessas.

9. Entre os efeitos negativos da migração para os países em desenvolvimento, comumente os países de origem de migrantes, figuraria a questão da migração de pessoas com especialização, a chamada “fuga de cérebros”, como o caso da migração de médicos e enfermeiras que provocou, em vários países, a falta desses profissionais. Mas pondera-se que, no caso dos jovens, pela pouca experiência, tal fuga não seria comum.

10. As migrações internacionais propiciam novas oportunidades e novos riscos para as transições dos jovens. Eles podem migrar para estudar, trabalhar, casar-se ou ter uma participação cidadã mais ativa. Seriam mais vulneráveis a HIV/aids, mas se considera que a migração para países desenvolvidos também oferece possibilidades de ampliar conhecimentos sobre saúde. Em termos de transição para a formação cidadã, há conflitos entre manter a cultura original e engajar-se em outros códigos culturais como os do lugar do destino; no caso das migrações de tempo curto, é comum o sentimento de isolamento, mas mesmo assim há possibilidades de participação em organizações da sociedade civil, e existem casos em que os governos oferecem dupla cidadania e possibilidade de votar.

11. Entre os riscos da migração para os jovens, citam-se o *status* de não-documentados e o tráfico de seres humanos, particularmente mulheres, para exploração sexual – estima-se que entre 600 mil e 800 mil pessoas são traficadas entre fronteiras a cada ano, a maioria mulheres. Dados da Organização Internacional de Migrações indicam que, entre 2001 e 2005, 81% das vítimas do tráfico internacional eram mulheres, e que 71% tinham entre 14 e 25 anos (Banco Mundial, 2007: 196).

12. Os seguintes fatores são considerados para a expectativa de aumento na migração de jovens nos próximos anos: a alta proporção de jovens em países em desenvolvimento, a propensão dessa parcela da população para a migração, os índices de desemprego entre jovens nesses países. Considerando que esse universo populacional tem impacto sobre os níveis de emprego e renda, nos países desenvol-

vidos a tendência seria o aumento da renda para os mais jovens em razão de seu baixo número.

13. Estudos indicam que a proporção de jovens que migram dos países em desenvolvimento entre 15 e 19 anos leva à previsão de que a migração na América Latina seja 11% superior à da Europa ocidental.

Recomendações do Banco Mundial No plano da migração internacional para os países de destino, o relatório do BM defende, como apropriados à “construção do capital humano”, a migração sazonal e os programas de trabalhadores migrantes temporários (Banco Mundial, 2007: 188).

Sugere-se que sejam firmados mais acordos no campo da migração para trabalho e que cresça a divulgação de informações sobre riscos, o que poderia contribuir para minimizar a recorrência ao tráfico e à “ilegalidade”. Além disso, o relatório também pede a ampliação das oportunidades de trabalho nos países de origem dos migrantes.

Comenta-se que alguns programas para migrantes trabalhadores temporários são endereçados para os jovens, a exemplo do *Esquema de Trabalhadores Sazonais do Reino Unido*. Esse programa permite que estudantes de tempo integral, de 18 anos ou mais, que vivam fora da área da Comunidade Européia, trabalhem por seis meses na agricultura e, depois de três meses fora do país, possam voltar a tentar ser readmitidos no programa.

Considera-se que, nos países em desenvolvimento, é possível aumentar os benefícios para os migrantes originários de outros países, por meio de legislação de remessas que inclua informações sobre os métodos que barateiam custos de envio, a exemplo do que é feito nos consulados do México, nos Estados Unidos, ou, então, pelo fornecimento, antes da migração, de informações sobre serviços desse tipo, como ocorre nas Filipinas, e ainda pelo desenvolvimento de uma infra-estrutura de serviços que barateiem custos de remessas.

O relatório do BM aponta que os países de saída dos migrantes também podem ter políticas amigáveis quanto ao retorno, facilitando, inclusive, em termos de burocracia, os custos de passaporte.

Observa-se que, além de evitar barreiras restritivas à migração, os países podem ter políticas proativas para ampliar as possibilidades de os jovens migrarem, como o fazem, por exemplo, as Filipinas, o melhor exemplo de política migratória com serviços especialmente desenhados para colocar jovens em postos de trabalho no exterior. Em 2005, por exemplo, um milhão de seus cidadãos migraram para tra-

balhar contratados, sendo que 31% das mulheres tinham de 18 a 24 anos, enquanto a porcentagem dos homens era de 15%. As Filipinas contam, ainda, com 56 contratos bilaterais com países receptores, a participação de agências de recrutamento para a área de migração e uma rede de serviços no exterior voltados à proteção dos migrantes.

Quanto aos riscos do tráfico de seres humanos, eles podem ser combatidos com políticas que aumentem as possibilidades de trabalho em casa ou no exterior, com campanhas informativas e medidas legais. Além disso, as vítimas de tráfico devem ter uma segunda oportunidade de refazer suas vidas em seus países.

O relatório do BM ressalta que os países de origem dos migrantes devem ter políticas que minimizem os riscos de HIV/aids.

Destaca-se que é preciso ter políticas que evitem as separações de casais por acordos bilaterais, além de respeito à legislação internacional de reunificação familiar e de alojamentos que facilitem a vida em família quando a migração de trabalhadores foi planejada.

0 debate

Seminário Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes

As páginas seguintes reúnem as principais questões e discussões levantadas durante o seminário *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes*, ocorrido no auditório do Anexo 1 do Palácio do Planalto, em Brasília, na manhã de 1.º de agosto de 2007.

Produção conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência, do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e da Fundação Avina, o evento teve como objetivo principal incentivar e ampliar o debate sobre políticas públicas de juventudes, assim como a qualificação das análises críticas sobre tais políticas.

O seminário reuniu público variado, de diferentes estados, todos à sua maneira comprometidos com as políticas de juventudes. Entre os cerca de 150 presentes, estavam servidores públicos, jovens que atuam nos mais diversos movimentos, membros e conselheiros do Conjuve, pessoas que trabalham em organizações da sociedade civil, empresários, associados do GIFE, especialmente os membros do Grupo de Afinidade em Juventude, integrantes da rede de líderes Avina e representantes de organismos e agências de cooperação internacional.

O debate foi norteado pelo documento-base com a análise comparativa entre o *Relatório de desenvolvimento mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração*, do Banco Mundial (2007), e o documento *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*, do Conjuve (2006), além de uma síntese dos diversos programas relacionados à equação educação e trabalho de jovens existentes no Brasil, sobretudo com relação à Lei da Aprendizagem.

Elaborada por Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Alessandro de Leon (professores, pesquisadores e consultores em políticas públicas), a convite do GIFE e da Fundação Avina, a análise dos dois documentos revisita criticamente os parâmetros adotados pelo Banco Mundial e pelo Conjuve na discussão sobre políticas públicas para juventudes. No seminário, a apresentação oral dos pesquisadores foi uma mostra resumida do documento-base, cujo conteúdo completo compõe os capítulos anteriores desta publicação.

As mesas de trabalho ficaram sob a mediação de Fernando Rossetti, secretário-geral do GIFE, e foram compostas alternadamente pelos pesquisadores envolvidos no estudo, por representantes do governo federal, do Conjuve e do Banco Mundial. Nos depoimentos dos participantes veio à tona uma profusão de anseios, angústias e problemáticas referentes ao papel do Estado e das empresas e também aos temas de modelo econômico, nação, educação, mercado de trabalho, participação e diversidade.

Diante da complexidade, riqueza e relevância do tema, faltou tempo para que os participantes pudessem responder a muitas das perguntas, tamanho o número de inscrições ocorridas. Esse fato evidencia a necessidade de mais debates, reflexões e trocas entre os atores comprometidos com a causa da juventude, o que pede a realização de outros eventos similares, a exemplo da próxima Conferência Nacional de Juventude, com previsão para 2008.

Como espaço de abertura ao diálogo e de intercâmbio de idéias, no entanto, o seminário cumpriu seu papel, como demonstram as palavras da socióloga Mary Garcia Castro, que assim sintetizou seu entendimento sobre a relevância do encontro: “Uma das formas de aumentar o espaço de confiança é ir além de estereótipos, é ler o outro, é refletir sobre a alteridade – e nesta alteridade reconhecer a possibilidade de diversas formas de modelar políticas de juventudes”.

MESA 1 Abertura

Neylar Lins, representante da Avina no Nordeste e da Rede GIFE de Investimento Social Privado no Conjuve

Antônio Sérgio Alves Vidigal, secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério de Trabalho e Emprego

Beto Cury, Secretário Nacional de Juventude

Neylar Lins. Neste seminário, a intenção é criar espaços de diálogo entre diferentes atores em distintas posições na sociedade (setor privado, movimento social, governo) e fazer com que possam ser ampliados os espaços de confiança, porque a confiança é a essência daquilo que é capaz de promover e fazer o verdadeiro desenvolvimento sustentável, com profundidade e continuidade. Estabelecidos os laços de confiança, pode ocorrer a criação de espaços para potencializar parcerias entre diferentes setores. Mais ainda, este evento é feito para ajudar a aumentar nossa capacidade de pensar e refletir, para nos posicionarmos diante das políticas que ainda estão em construção, em processo; o que nos permite fazer com que nossa cidadania ativa aconteça.

Antônio Sérgio Alves Vidigal. Seguindo a política do governo federal, o Ministério de Trabalho e Emprego possui dentro de seus programas um específico para juventude, que é o Programa Nacional do Primeiro Emprego. Entendemos, até por uma determinação do presidente da República, que é necessário nos empenharmos para integrar os programas, de modo a atender ao público, que hoje atinge mais de 50 milhões de brasileiros. Nesse universo, há um grande

desafio: mais de 6,4 milhões de jovens estão inativos, sem espaço no mercado de trabalho, e 4,5 milhões de jovens não têm o ensino fundamental completo. Esse é um desafio gigantesco. O ministério, por meio de seus programas voltados à juventude, já atendeu cerca de 700 mil jovens de 2003 até agora (julho de 2007). O Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, está trabalhando arduamente na modernização da legislação do Programa do Jovem Aprendiz, e nossa expectativa é criar um grande programa para a juventude no país, por meio do qual possamos integrar as ações de todos os ministérios, com o objetivo de não só investir na qualificação profissional, mas principalmente na elevação da escolaridade.

Beto Cury. Este seminário ocorre no momento em que o tema “juventude” ganhou uma dimensão extremamente significativa no nosso país e está conquistando corações e mentes. É gigantesco o número de seminários, encontros, debates e conferências sobre política pública de juventude. Parte disso deve-se ao fato de o governo federal ter pautado o tema, ao ter constituído a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude de 2005 para cá, e por estar implementando um conjunto de programas. A partir da experiência acumulada de dois anos e meio de implementação da política pública de juventude, estamos trabalhando agora uma unificação de programas e uma ampliação da escala do que temos feito de políticas para a faixa etária de 15 a 29 anos. Até muito recentemente, do ponto de vista das políticas públicas, a juventude era vista apenas como uma transição da adolescência para a vida adulta, e não como um público-alvo de políticas públicas, reconhecendo-se as singularidades que esse grupo tem. Não é coincidência que os indicadores sociais sempre são mais graves quando se faz o recorte etário incluindo a juventude. Isso ocorre exatamente pela ausência do olhar do Estado brasileiro direcionado a esse público, ao pensar política pública. Havia, no Brasil, apenas políticas para jovens adolescentes, em função do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir dos 18 anos, entrava-se no grupo dos adultos – com direito às políticas universais, como a saúde e a educação, que são fundamentais – mas era preciso, no entanto, que o Estado estabelecesse esse olhar singular para esse público. E é o que passamos a fazer de dois anos e meio para cá, no âmbito federal. Essa mudança acaba irradiando para outros espaços da federação – vários estados e municípios já constituíram sua secretaria ou coordenadoria de juventude e seu conselho de juventude. Ou seja, a juventude começa a se consolidar como tema relevante nas agendas das políticas públicas. O grande desafio que a Secretaria Nacional de Juventude tem é que, ao final do mandato do presiden-

te Lula, no dia 31 de dezembro de 2010, do ponto de vista da juventude, tenham sido asseguradas duas coisas: primeiro, um amplo processo de inclusão de jovens – inclusão educacional, cultural, profissional e social; segundo, que o tema tenha se consolidado como política de Estado no Brasil, ou seja, não sujeito à sazonalidade de troca de governos, mas definitivamente presente na agenda das políticas públicas. Para que o tema se consolide como política de Estado, um dos componentes importantes é compreendermos a dimensão intergeracional que as políticas de juventude têm, isto é, temos de pensar em fazer política para a juventude, com a juventude, mas de todas as gerações – esse é o desafio que se coloca.

MESA 2 Comparação de parâmetros do Conjuve e do Banco Mundial

Miriam Abramovay, socióloga, pesquisadora, especialista em pesquisa e avaliações de programas sociais e membro do Conjuve

Mary Garcia Castro, socióloga, pesquisadora, professora da Universidade Católica de Salvador, consultora para temas sobre juventudes, identidades e cidadania, e membro do Conjuve

Danilo Moreira, secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Juventude e vice-presidente do Conjuve

Zezé Weiss, pesquisadora do Banco Mundial na área de sociedade civil, especialmente no tema juventude

Elen Linth Marques Dantas, presidente do Conjuve

Danilo Moreira. Tenho bastante convicção da justeza das políticas de juventudes que o governo tem desenvolvido. São bastante defensáveis, avançadas e progressistas. No entanto, colocá-las à prova neste debate talvez seja um grande desafio. Há alguns sentidos comuns, no bom sentido, algumas convicções que entre nós são fáceis de ser afirmadas: “juventude enquanto sujeito de direito”; “necessidade de o Estado se comprometer e internalizar na sua cultura política, administrativa e financeira o investimento em política de juventudes”; “a necessidade de fazer isso de maneira dialogada e participativa com a sociedade civil”. Isso tudo, falado aqui, parece simples e óbvio.

Difícil é apresentar esta nova visão de políticas públicas de juventudes de maneira aberta, ter linguagem e formas de comunicação adequadas. Acima de tudo, não é simples debater este novo conteúdo com os próprios jovens e com uma certa opinião formada através dos grandes meios de comunicação. Preocupo-me muito com isso e costumo dizer que, na maioria das vezes, predominam

duas visões de juventude: ou o jovem é visto como “padrão de juventude”, é aquele jovem incluído, bonito, com certo biotipo, inserido na sociedade de consumo, bem visto e valorizado na sociedade – o que faz com que todos queiram ser jovens –, ou então se vai ao outro extremo: é o jovem da Febem, aquele jovem que é problema; é o jovem das rebeliões, aquele que é estigmatizado. E existe também um misto da estigmatização da juventude com a pobreza. São essas duas visões extremadas que precisamos enfrentar, debater e superar. Reflexões feitas em um debate como este nos permitem ver que a realidade é um pouco mais complexa, que exige que se vá além, que é necessário aprofundar um pouco mais nossas visões. E é bom que isso seja feito a partir de um evento realizado na presidência da República, mas em conjunto com lideranças empresariais, de movimentos sociais, para que possamos confluir para um pacto em torno da juventude. Temos de trabalhar com essas visões, mas trabalhar pensando em como ganhar mais pessoas, mais aliados, mais corações e mentes, para que possamos agir em torno da causa do desenvolvimento do país, e como a juventude se insere em um projeto de país diferente que temos tentado construir.

159

Zezé Weiss. Sobre o relatório objeto de debate, feito por técnicos e consultores, além do sistema ONU e de outros atores, vale explicar como o Banco Mundial procede. Todos os anos a instituição elege, nos 180 países em que trabalha, um tema de análise. Posteriormente, o documento é distribuído aos chefes de Estado de todos os 180 países, além de mídia e grupos de juventude. Em 2007, o tema eleito foi a juventude. A produção do relatório funciona assim: são contratadas equipes em todos esses países, busca-se o que existe de mais avançado em cada um e são feitas consultas com a própria juventude. No caso do Brasil, a consulta foi feita em Recife, em janeiro de 2006. Procurou-se trabalhar e entender o comportamento e as perspectivas das juventudes em situação de risco. Tínhamos um grupo de cem jovens, em conflito com a lei, quilombolas, da zona rural e deficientes. Para compor o relatório, a intenção foi trabalhar, com muitas das lideranças que estão aqui presentes, o fato de que se tratava de um grupo de excluídos dentre os excluídos. Além disso, a intenção era ouvir a voz desse grupo. Em outros países, como os europeus, por exemplo, buscaram-se instituições de vanguarda, projetos com mais tempo de existência e com resultados já testados. A preocupação era muito grande, sobretudo sobre como compartilhar os achados. A idéia era fomentar o diálogo, entendendo que em 180 países há 180 visões que depois se fragmentam em muitos milhares de outras; que há

imensa diversidade de conhecimento e que cabe a uma instituição como o Banco tentar sintetizar algumas delas, para que, a partir dessas referências, possam ser construídos em cada país novos paradigmas de políticas públicas. Aqui, no Brasil, participaram o Carlos Odas, hoje na Secretaria Nacional de Juventude, o Alessandro de Leon, um dos facilitadores, além de um grupo grande de jovens. Do ponto de vista pessoal, creio que o grande desafio que temos é passar da consciência política da necessidade não só de ouvir os jovens sobre o que estamos fazendo, mas também de incorporar a posição e a participação das pessoas jovens em todos os ciclos dos nossos programas e projetos. Esta ainda é a grande deficiência da nossa construção de política: temos uma facilidade muito grande de consultar os jovens sobre o que estamos fazendo, de fazer programas sobre as deficiências que encontramos, mas ainda estamos em um longo processo de aprendizado e de caminhada para construir junto com os atores de cada situação uma política compartilhada, cuja propriedade não seja de ninguém, mas coletiva. O resultado deste estudo comparativo entre o documento do Conjuve e o relatório do Banco Mundial certamente nos ajudará muito no Banco Mundial a reavaliar e a entender como nossos estudos e propostas de divulgação de conhecimento são entendidos. Também será útil para que o governo estabeleça e reveja processos dentro da própria máquina de Estado.

Elen Linth Marques Dantas. O Conselho tem cerca de dois anos de existência e, em seu primeiro ano, se debruçou e se desafiou a elaborar e a pensar diretrizes e perspectivas de juventude, a partir de novos paradigmas, de novos instrumentos, de novas articulações de temas. Nesse sentido, este é um documento que ainda não está acabado. Mais de sessenta mãos trabalharam nele; a distribuição de conteúdo foi feita a partir da articulação de temas que contemplam a dimensão da vida dos jovens, pensando-se em desenvolvimento integral, qualidade de vida e vida segura. A partir daí, refletiu-se como é que os temas relacionados a dimensões da vida do jovem podem se tornar política pública que influencie, de fato, a vida desses jovens. O documento já está na segunda edição, e o objetivo é que chegue muito mais aos jovens, aos gestores públicos, ao setor privado, porque é um documento que aponta uma série de questões, ainda que não esteja completamente acabado. Uma vez que tudo é muito rápido: quando discutimos um conceito, dois anos depois é preciso rediscuti-lo; quando recomendamos algo, a recomendação já está ultrapassada. Tudo é muito rápido. Construir esse documento, pensar nisto tudo, foi um desafio muito grande, sobretudo a partir da dimensão de diversidade que tem a própria equipe do Conselho Nacional de Juventude.

O debate: perguntas e considerações dos participantes e respostas da mesa

Na tentativa de organizar o debate, optou-se por adotar uma divisão que agrupa as discussões levantadas em grandes blocos temáticos. São eles:

- a) Papel do Estado e investimento em políticas;
- b) Modelo econômico, desigualdades, mercado de trabalho;
- c) Avaliação de políticas e programas;
- d) Educação e TICs;
- e) Participação;
- f) Diversidade;
- g) Atuação conjunta.

PAPEL DO ESTADO E INVESTIMENTO EM POLÍTICAS

Perguntas e considerações dos participantes

161

Mateus Braga Fernandes, do Grupo Interagir, organização de juventude do Distrito Federal. Muito do que foi discutido sobre políticas de juventude mostra que elas talvez estejam focadas nas políticas compensatórias.

José Karajá, do Observatório de Favelas de Recife. Chama a atenção um documento do Banco Mundial em que ele diz que, se não forem considerados os gastos com universidade, o que se investe em jovem no Brasil é praticamente zero. Queria, então, aproveitar a oportunidade da presença de integrantes da Secretaria Nacional de Juventude e alertar para o fato de que estamos passando da fase de elaboração de políticas e de formulação de conceitos para a fase de construir uma prática de ações e intervenções. Quanto de recursos essa secretaria tem para desenvolver ações relativas a isso? Qual é a estratégia da secretaria para intervir em políticas públicas e fazer um recorte das políticas que estão dispersas em vários ministérios e outras instituições do Estado que incidem sobre os jovens?

Francisco José Pereira, Zezé, da Cufa (Central Única das Favelas), Ceará. Com relação às políticas públicas, uma preocupação é com a privatização dos recursos públicos. Quando setores da juventude vão buscar acesso a esses recursos públicos para se afirmarem ou colocarem sua visão de mundo, deparam com uma burocracia enorme, em que nem sequer há acesso a editais – aliás,

essa linguagem dos editais é muito complicada. Há também falta de recursos, inclusive nos chamados Pontos de Cultura. Por outro lado, quando se olham os recursos públicos, vê-se que estão privatizados – como é o caso da liberação de milhões em recursos para artistas famosos, via Lei Rouanet. Diante disto, nós nos perguntamos: “que critérios são esses?”. Além disso, sempre que se discute juventude vêm à tona temas como a pobreza, a miséria e a violência. No entanto, o Brasil é um país campeão de concentração de renda. Então discutamos onde está a renda, onde está o dinheiro. O Maranhão é pobre, mas pessoas ficaram ricas por causa dessa pobreza. No Ceará, Fortaleza é a capital da acumulação e, portanto, pessoas estão acumulando esse dinheiro lá. E vem a pergunta: “onde está esse recurso que não está sendo distribuído?”.

Respostas da mesa

Danilo Moreira. Em 2001, 80% dos países do mundo já tinham políticas de juventudes. A Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude inexistiam no Brasil até 2005. Essa comparação de datas dá uma idéia do processo em nosso país. Estamos em um momento de desenvolvimento da política de juventudes e em algumas questões já avançamos relativamente. Tenho a convicção de que, apesar de termos começado defasados e atrasados em relação a outros países, estamos conseguindo dar alguns passos significativos com relação à capacidade de investimento, a tentativas de articulação na política, ao estabelecimento de canais de diálogo. Evidentemente, talvez ainda não seja o cenário ideal, mas o movimento está crescendo, e antes não havia água no copo. Como estou envolvido diretamente com a Secretaria e com o Conselho, diria que o copo já está cheio em pouco mais da metade. Hoje, portanto, podemos dizer que alguma coisa está sendo preenchida neste copo da política de juventudes. A nossa meta, enquanto secretaria e enquanto governo, é perenizar esta política enquanto política de Estado e de um governo, obviamente adaptada à realidade de cada geração – a política desenvolvida hoje talvez não seja a mesma daqui a dez anos, pois a demanda da sociedade vai mudando, mas a necessidade de uma política tem que permanecer.

Outra questão é a seguinte: em um país como o Brasil, com desigualdades sociais históricas acumuladas, como quem está no Executivo lida com essa emergência de trabalhar com a desigualdade existente hoje e, ao mesmo tempo, pensar no longo prazo? Como lida com o imediato pensando nele estrategicamente? É preciso articular políticas universais (acesso a direitos básicos como a educação e o trabalho), com políticas emergenciais (para incluir setores vulne-

ráveis) e políticas específicas (reconhecer e valorizar determinadas particularidades da juventude).

Não adianta se falar de uma política universal, se não se reconhecem determinadas particularidades que possam qualificar esta política universal (refletir particularidades especiais). Para que a política universal atinja muitas pessoas, ela tem de buscar e refletir particularidades especiais. Não adianta ter um posto de saúde, se ali não há profissionais capacitados para dar atendimento específico ao público jovem. Não adianta só ter a escola, se não se preocupa em como é organizado seu espaço interno, em como os professores lidam com as atitudes dos jovens, se a grade curricular tem a ver com as necessidades dos alunos. Ou seja, há necessidade de qualificação dessa política, não se pode trabalhar só com o quantitativo. É um desafio, e o governo reconhece a dificuldade.

Outro ponto a ser mencionado é que a Secretaria Nacional de Juventude apresentou ao Conselho uma proposta que significa um passo adiante na institucionalização da política de juventude e na necessidade de coordenação: está sendo elaborado um decreto presidencial que buscará coordenar melhor e institucionalizar ainda mais política de juventudes, além de reforçar mais o papel da Secretaria enquanto coordenadora dessas políticas. A quem perguntou sobre orçamento, respondo que, *a priori*, filosoficamente, instrumentos que tratam de políticas transversais não têm de ser medidos pela quantidade orçamentária, mas, ao contrário, devem ser medidos pela sua capacidade de articulação política – a Secretaria Nacional de Juventude não se propõe ter um megaorçamento. Este decreto presidencial em elaboração busca estabelecer um comitê gestor, fortalece o papel da Secretaria enquanto coordenadora, institucionaliza definitivamente o Conselho como instrumento de controle social e a Conferência como instrumento de participação. É um passo adiante.

Zezé Weiss. O Estado brasileiro, pela imensa carência de quinhentos anos, fez uma opção preferencial pelos mais pobres e mais excluídos – está aí o Projovem, e o próximo programa deverá seguir esta linha. Não há nenhuma crítica com relação a isso. É apenas uma constatação da opção preferencial do Estado brasileiro neste momento, assim como anos atrás o Estado brasileiro fez uma opção preferencial pelo idoso e criou a aposentadoria para a pessoa idosa e vários espaços para assegurar a qualidade de vida dessa população. É, portanto, uma opção preferencial, a que o Estado tem direito, dentro de sua análise de política. Cabe a nós contribuirmos com nossas visões e apoiarmos naquilo que for possível. Vale dizer que o Estado tenta também encontrar os espaços dentro

dessas duas visões de mundo – a visão mais econômica e a visão mais sociológica, da diversidade e da inclusão. E existe algo no Estado brasileiro de que talvez ouviremos falar, que é o Prouni, uma tentativa de casar essas duas visões: ele garante a estudantes pobres espaço de participação nas universidades, freqüentando universidades privadas – são jovens pobres da escola pública que provavelmente jamais entrariam em outra universidade. Podemos entrar, claro, em um longo debate sobre a qualidade do ensino no Brasil e sobre quem vai para a universidade pública no país, mas, do ponto de vista de política de Estado, existe um fato: de 100 a 150 mil jovens estão tendo acesso à educação superior.

Elen Linth Marques Dantas. A visão de juventude presente no documento do Conjuve é a visão de juventude enquanto sujeito de direito, com uma articulação do tempo presente, e que não é, portanto, uma visão de juventude enquanto problema ou somente com relação à vulnerabilidade e ao risco social. No documento, entendemos que as políticas estruturais são extremamente importantes no sentido de garantir de fato o cumprimento dessa necessidade do tempo presente e a condição de juventude como sujeito de direito. Com relação às políticas emergenciais, específicas e universais, compreendemos que é preciso haver uma articulação entre elas. Se faz necessário pensar a articulação entre o que é universal, mas sem esquecer o que é específico e emergencial, colocando forças no componente estrutural, ou seja, pensando que a política tem de ser estrutural. Discutimos, então, que a política compensatória tem de ir além do que é pensado para vulnerabilidades e realmente criar algo que seja articulado entre política estrutural e o que é política de Estado de fato. Com relação à discussão do lugar do Estado, entendemos no documento que o mercado não se sobrepõe ao Estado, que o mercado não responde, se não se pensar na política no plano macro. Insistimos novamente nas políticas universais e de Estado, em que ele tem o papel fundamental de assegurar direitos e promover oportunidades. Isso não exclui o papel social do setor privado. Estamos vivendo hoje na política nacional de juventude um momento em que se pensa em um decreto que institui a política nacional a partir do Estado, mas articulado com o setor privado.

Alessandro Ponce de Leon. Tenho duas provocações sobre política nacional de juventude: ela será construída e desenvolvida a partir de referenciais globais e integrais para a direção de um foco de prioridade seletiva, ou seja, para determinados setores juvenis vulnerabilizados? A construção das políticas de

juventude terá como foco um público determinado ou é tida como modelo a integralidade da política? Na minha perspectiva, a responsabilidade do tempo presente convoca a todos para o desenvolvimento de um conjunto de intervenções. Não importa se vamos fazer política de condição juvenil ou política de transição: o que importa é que exista um equilíbrio entre as políticas de condição juvenil (políticas afirmativas que demandam participação e inovação) e as políticas de transição (formar o jovem para ser adulto). Um plano de juventude não deve se dar somente a partir das transições, como não se pode dar só a partir das questões identitárias e culturais da juventude. Esse equilíbrio deve ser buscado.

MODELO ECONÔMICO, DESIGUALDADES, MERCADO DE TRABALHO

Perguntas e considerações dos participantes

Miriam Albuquerque, assistente social, doutoranda e ex-servidora do governo de Pernambuco. Estou em fase de conclusão de doutorado em políticas públicas de juventude, com foco no coorte juventude e trabalho, e já atuei no governo do estado de Pernambuco, sistematizando os programas. Em nenhum momento aqui foi verbalizada, mas obviamente está nas entrelinhas dos documentos, a questão seguinte: principalmente da década de 1990 para cá, pensar em políticas públicas de, para e com juventude é pensar no modelo de sociedade que queremos. A questão do papel do Estado, o lugar do Estado e do mercado. Os dois documentos divergem um pouco: o Conjuve chama a atenção para um papel mais atuante para o Estado e o Banco Mundial coloca o Estado mínimo. Aí é que está a grande questão: como estamos pensando esse papel do Estado agora, da década de 1990 para cá, haja vista o que vivenciamos desde a década de 1980, com a abertura comercial, com o Consenso de Washington, com a liberação do câmbio, com toda a questão da política macroeconômica social do país? As políticas hoje são compensatórias e fragmentadas, perdendo de vista a perspectiva desenvolvimentista, deixando para trás a perspectiva universalista. Então, como fazemos políticas para trabalho do jovem? Nesses programas existentes hoje, está sendo dado um recorte econômico ou um recorte de classe? Trabalho com a hipótese de que, ao fazermos leituras do mercado – o Deus todo-poderoso, em cima dos desequilíbrios e dos desajustes de mercado de trabalho –, estamos equivocados, e esse mercado de trabalho não vai dar resposta se nós não pegarmos as rédeas das políticas macrosociais em paralelo às políticas focalizadas.

Francisco José Pereira, Zezé, da Cufa (Central Única das Favelas), Ceará.

Sempre sinto falta nessas apresentações de uma percepção sobre um setor que está invisível na sociedade. Dados e estatísticas como o Mapa da Violência da Unesco mostram que, dos jovens assassinados, 72% são negros. Nas pesquisas, eles têm idade, têm território e têm cor, mas nas apresentações esse recorte não existe, embora esse setor da juventude represente grande parte da sociedade. Com relação às políticas públicas discutidas, a preocupação é com o fato de que não enfrentamos a lógica que está impondo essa invisibilidade a esses jovens, que é a inserção pelo consumo. Infelizmente, boa parte desses jovens tem na cabeça que um tênis caro, um celular que tira fotos e outros bens semelhantes são sinônimo de inserção ou de afirmação nessa sociedade. Outra preocupação é o limite dessas políticas públicas universalistas. A Cufa não é contrária às políticas universalistas, porém elas têm um limite quando essa juventude é totalmente diferenciada, mas é tratada de maneira igual, do ponto de vista das políticas públicas. Outra preocupação é a impregnação das políticas públicas de uma lógica produtivista: o jovem de classe média preocupa-se em ir ao teatro, aprender violino, assistir a filmes e ser um cineasta; o da periferia está sempre sendo impulsionado a estar dentro do mercado de trabalho, sob a lógica produtivista o tempo inteiro, o que fortalece os valores do tênis e do celular como sinônimo de inserção ou de afirmação nessa sociedade. É um desafio fazer, portanto, a inclusão desses invisíveis, e gostaria de convidar as organizações empresariais a aceitar esse desafio de começar a inserir esses setores invisíveis e a discutir outras perspectivas de inserção.

Daniel Raviolo, do Comunicação e Cultura do Ceará. Uma política pública de juventude de alguma maneira é uma condensação de um pensamento político sobre como focalizar essa faixa etária em um país, em uma situação de desenvolvimento humano de toda a sua população. A impressão que tenho quando se fala de política pública de juventude no Brasil é que pensamos na população pobre do país. Temos urgências dramáticas colocadas pela situação social que nos levam a pensar no desemprego juvenil, mas considerando sempre as populações carentes e pensando na violência e na evasão escolar. Isso é parte de um sistema de apartamento social de jovens existente no país.

Eduardo Lago Filho, do Instituto Cidadania Empresarial do Maranhão. Estamos vivendo em nosso Estado um crescimento da economia. Ela está se revigorando, há novos investimentos privados, mas a pobreza está aumentando,

pois os jovens e adultos não têm acesso a esses novos empregos. Quanto à capacitação dos jovens, há uma ineficiência nela, e não há mão-de-obra para atender vagas. Ou seja, temos vagas ociosas para jovens porque não temos a capacitação, a qualificação adequada para essas vagas.

Fernando Alves, da Rede Cidadã em Belo Horizonte. A Rede Cidadã é uma organização social que desenvolveu uma tecnologia de rede de geração de trabalho e renda para jovens. Nos últimos três anos, inserimos três mil jovens de vilas e comunidades no mercado de trabalho formal em seis cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Fiquei preocupado, na apresentação, quando o salário mínimo foi colocado como um obstáculo à juventude ou algo negativo. Queria entender isso melhor, porque o tema de trabalho e renda é o tema crucial para que a juventude se aproprie da cidadania.

Vitor Seravalli, da empresa Basf, em Minas Gerais. A Basf mantém diversos programas na área de educação, e um deles é o Projeto Crescer. Com mais de vinte anos, trabalha com educação profissionalizante para jovens de baixa renda. Nessas duas décadas, eles alcançaram sucesso, temos percepção positiva, mas detectamos fatores para mudança: um deles é a abrangência muito baixa e o custo muito alto, e outro é o problema da não inclusão no mercado de trabalho dos jovens que participaram do projeto, após a mudança do ensino técnico. Os que escolhiam a área química eram incluídos nas empresas, mas os outros, não. De uma avaliação, ouvindo os *stakeholders*, veio a sugestão de uma linha de empreendedorismo. Vendo a comparação entre os documentos do Banco Mundial e do Conjuve, percebe-se que não há consenso em relação a esse tema. A pergunta é, então: quando uma empresa como a nossa muda de um curso técnico para o empreendedorismo, a partir de uma conclusão, na visão da mesa, isso tem sentido? E qual é a recomendação para ajudar no encaminhamento?

Anna Penido, da CIPÓ Comunicação Interativa, em São Paulo. Um fato preocupante refere-se ao empreendedorismo, especificamente à idéia de que, já que não há vagas para os jovens entrarem no mercado de trabalho, devemos fazer com que todos sejam empreendedores. Mas nem todos têm perfil de empreender, e empreender neste país é um desafio gigante, sendo que nem os poderosos são sempre bem-sucedidos. Então não se pode deixar que a responsabilidade toda recaia nas mãos de quem está começando. Os empresários têm de abrir oportunidades para esses jovens se inserirem, como uma missão, uma obrigação e co-

mo já diz a Lei da Aprendizagem; as ONGs têm de abrir espaço para essa entrada, assim como o Estado; e os jovens têm de fazer a parte deles, mas eles não podem fazer tudo. É preciso, então, termos cuidado com isso.

Respostas da mesa

Miriam Abramovay. Sobre a questão do consumo, nas pesquisas que fizemos, encontramos jovens que diziam que vale a pena viver pouco, mas viver bem, principalmente os ligados ao tráfico. O que vale é o tênis, o carro, uma moto e uma loura. Essas são as atrações... Isso leva a uma discussão sobre o consumo, ou seja, qual é a sociedade que estamos mostrando para esses jovens? Quanto à questão da invisibilidade dos jovens pobres e negros e a falta de oportunidade de trabalho, ela existe, sim. Mary e eu coordenamos pesquisa que aparece no livro *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade* (Unesco, 2006) sobre as relações raciais na escola, o que gerou grande polêmica, porque se apregoa que não existe racismo na escola, mas existe. Temos um caso de um jovem que pelo lugar onde morava e o fato de ser negro não conseguia emprego.

Mary Garcia Castro. Gostaria de tocar em algo que está implícito em várias das perguntas, que é o seguinte: nas várias políticas públicas que aparecem nos debates, não só nas de juventude, há o eixo das chamadas políticas de redistribuição e o eixo das políticas de reconhecimento. Venho dos movimentos feminista, político e estudantil; trabalho diretamente com o movimento negro em Salvador; e nós precisamos tomar muito cuidado com a armadilha que criamos para nós mesmos: a ênfase na diversidade, deixando de lado a economia, ou seja, deixando de lado as políticas de redistribuição, o que deu margem a políticas compensatórias, mas que tivessem ênfase em gênero, em deficientes, em juventude negra; que tivessem uma participação do povo, embora sem dizer como é que defendemos a relação entre redistribuição de riqueza e reconhecimento de identidades – como o povo participaria do bolo, do crescimento econômico, no hoje e no amanhã. E é isso que está no debate que quisemos fazer, e sobre o que os dois documentos falam implicitamente: ora em políticas de distribuição, ora em políticas de reconhecimento. Mas sem debater o estado da economia, sem debater criação de emprego, sem debater criação de oportunidades, sem debater cultura como um componente estrutural e não como uma superestrutura, vamos estar com políticas compensatórias para o chamado estoque de pobres, mas não para um fluxo de pobres. No debate sobre pobreza, o Banco Mundial fala da cria-

ção intergeracional de pobreza: a preocupação com o jovem não é só com o jovem como indivíduo e como trajetória, mas em como parar a criação intergeracional da pobreza. E o Conjuve se refere ao debate das necessidades políticas estruturais, além do reconhecimento de necessidades específicas. Agora a receita do bolo do Banco Mundial e a do Conjuve são bem diferentes; a concepção de como intervir na economia nos dois é diferente. E nessa discussão vêm as modelagens de nação: qual é o modelo de nação na integração nação-mercado? O Banco é muito claro quanto a esse modelo: as políticas são políticas de flexibilização do mercado e de Estado mínimo. Assim, as políticas do ponto de vista dos trabalhadores, por exemplo, podem vir a ser negativas, como a proposta de eliminação do salário mínimo. E é este o debate que temos de enfrentar. Se somos contra isso, se não queremos colocar uma geração contra a outra, ou seja, negar que a questão é a aposentadoria – o investimento em aposentadoria ou em jovens –, temos de discutir que a questão é o modelo de economia; é preciso enfrentar esse debate. Não basta discutir se a opção deve ser por políticas específicas, localizadas, de identidade, ou políticas universais, mas refletir qual é o modelo de nação e qual é o modelo de economia. Quanto ao empreendedorismo, o Conjuve alerta que é preciso tomar cuidado para que esse não seja uma panacéia. Já o Banco Mundial dá muita ênfase ao empreendedorismo, mas os limites são estruturais (financiamento, redes formais, acesso a clientes, fornecedores, mão-de-obra qualificada e fiadores, pois jovens não têm fiadores, e o Banco reconhece, ainda, que não chame tais limites como estruturais). E há o conceito de racionalidade econômica: o Banco Mundial diz que os jovens têm uma racionalidade econômica, não são atores irracionais, mas considera que eles têm parâmetros que podem levar à irracionalidade – um deles é atuar no presente, ser imediatistas. Então é preciso haver uma interação intergeracional.

Zezé Weiss. O estudo *Jovens em situação de risco*, que acabamos de lançar em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, faz uma reflexão sobre os paradigmas da atualidade no Brasil. Ele mostra que, se entendermos os jovens como agentes do desenvolvimento presente e futuro (porque esta geração que está nesta faixa etária em três ou quatro anos assumirá a economia e a vida social e política do país), veremos que, se se quiser pensar em competitividade enquanto desenvolvimento, o custo do não investimento, ou seja, de não se investir de agora até 2010 – um período de oportunidade por causa da demografia – em políticas de juventude, traria uma perda econômica para o país da ordem de trezentos bilhões de dólares, para a próxima geração. Sem querer descartar a visão de desenvolvimento, do tamanho do Estado, do método de

trabalho e de como implementar política pública, temos um fato documentado: se não se fizer de imediato até 2010 um trabalho de investimento na juventude brasileira de hoje, o Brasil, por não ter investido, perderá na próxima década cerca de trezentos bilhões de dólares, além de perder todo o espaço de competitividade em nível mundial. Estes dados levam a uma segunda discussão: precisamos ter mais momentos e espaços para aprofundar este quadro com a Secretaria Nacional de Juventude e com todos os atores envolvidos.

Com relação à questão do empreendedorismo, vale dizer que o ministro Jacques Wagner, quando estava à frente do Ministério do Trabalho, dizia: “emprego quem cria é a economia. Nós, o que precisamos criar são condições de preparar os jovens para atender as vagas do mercado de trabalho”. Nisso concordamos: qualquer que seja a evolução de nossa economia, com o estoque passivo de trabalhadores ainda precisando de oportunidade nesse mercado, é bastante provável que não vejamos nesta geração o equilíbrio do emprego com a economia. A nossa sociedade, então, cria suas próprias alternativas, assim como na Índia se criou o Banco do Povo, com microcrédito. No caso do Brasil, cada uma das pessoas deste auditório sabe de um exemplo de sociedade de jovens, de mulheres, de índios etc. criando seus espaços de economia, e dentro deles surge o empreendedorismo juvenil como espaço de protagonismo, que é uma inovação ainda a ser estudada, avaliada e monitorada. Isso é muito novo, e os Estados e as nações, em geral, não só no Brasil, ainda não conseguiram criar as redes de proteção para que essa alternativa econômica vingue. Isto se dá em um processo ou no famoso “mercado casado”: capacita-se, tem-se o cliente, sabe-se de qual produto ele precisa e tem-se uma linha de crédito e o sistema de aval – porque nenhum jovem, mesmo o rico, investe em economia sem isso. É um processo que vejo com muita esperança: estamos no caminho de muitas descobertas; o Estado brasileiro tem dado passos ousados e avançados, mas ainda falta um nó de ousadia e de criatividade para consolidar as nossas várias angústias em uma solução coletiva.

Elen Linth Marques Dantas. Sobre trabalho, emprego e renda, o documento do Conjuve faz articulação de temas: não pensa em trabalho sozinho, mas a partir do desenvolvimento integral, com educação e com novas tecnologias. O trabalho é pensado não se restringindo apenas à questão da vulnerabilidade e levando em conta as necessidades do tempo presente, ou seja, numa dimensão de desenvolvimento integral, articulado com qualidade de vida, saúde, esporte, lazer e vida segura.

Fernando Rossetti. Há uma mudança muito radical acontecendo no campo legislativo, na área do sistema S: as leis anteriores e a noção de desenvolvimento se davam em torno de “como formar recursos humanos e insumos para o desenvolvimento econômico, para a indústria, para o comércio”. O próprio sistema S foi criado nesse sentido de formar recursos. Atualmente, parte importante dos movimentos de educação que acontecem hoje no nível do empresariado faz gerar a dúvida, se estes são movimentos que se organizam pela questão da defesa de direitos e pela questão da cidadania de todos ou se tais movimentos existem porque realmente muitas empresas não conseguem mais continuar crescendo no Brasil pelos recursos humanos existentes – e, portanto, ainda estamos, então, naquele modelo antigo de formação de recursos humanos como insumos ou como *commodities* para a indústria e para o desenvolvimento econômico.

AValiação DE POLÍTICAS E PROGRAMAS

Perguntas e considerações dos participantes

171

Isabel Cristina Santana, da Fundação Itaú Social. Percebi que há um consenso nos dois documentos sobre a constatação da inexistência de avaliações ou das poucas avaliações e na ausência de parâmetros que sirvam de referência para se pensarem esses projetos de juventude, seja no âmbito de política pública, seja em projetos de organizações sociais. Gostaria de saber o que está sendo pensado e como está se pensando uma proposição de referências de parâmetros pelo Conjuve em relação à avaliação dos projetos de juventude aqui no Brasil.

Anna Penido, da CIPÓ Comunicação Interativa, em São Paulo. Quanto à questão do monitoramento e da avaliação, essa importância é inegável, mas não existe nem investimento nessa área. Os financiadores não reservam dinheiro para isso e não existe tecnologia disponível. Os pesquisadores estão muito distantes de quem trabalha na base. Adoraria fazer avaliação, mas não há quem financie nem tecnologia para isso.

Respostas da mesa

Miriam Abramovay. Todo projeto deveria ter uma parte destinada, no orçamento, à avaliação. Sabemos quanto custa avaliar – muitas vezes, custa a metade do projeto. Todos os projetos e programas, principalmente os governamentais, tinham de ser acompanhados e avaliados, mas ainda não temos no Brasil uma cultura de avaliação. E, quando alguém de uma ONG pede dinheiro para fazer uma avaliação, evidentemente recebe a resposta de que não é prioridade.

Zezé Weiss. Com relação aos mecanismos de acompanhamento e de avaliação, precisamos mudar o jeito de compor projetos: ao se compor um projeto, é preciso que seja linha de financiamento ou não se faz o projeto. Colocar os custos da participação, da avaliação e do monitoramento no projeto não faz parte da nossa cultura.

EDUCAÇÃO E TICs

Perguntas e considerações dos participantes

Daniel Raviolo, do Comunicação e Cultura do Ceará. Discutimos pouco sobre juventude de classe média e de sua problemática, e penso que isso vem pelo sistema escolar que temos: “O jovem de classe média é problema de escola particular”. Por isso, há uma contraposição interessante aqui: a privatização do ensino não aparece na visão do Conjuve nem na do Banco Mundial. Acho que não discutimos política pública de classe média porque de fato essa foi confiada ao sistema particular de ensino, e é uma caixa-preta sobre a qual não temos como discutir, porque está na esfera do particular, não está na esfera do público. Gostaria de comentar sobre como esta posição do Banco Mundial de enfatizar a necessidade de dar bolsas às pessoas para que virem consumidoras de um sistema de educação leva à impossibilidade de discutir isso como espaço público, e precisamos ter uma discussão aprofundada sobre as implicações futuras que isso terá.

Nilson, da Associação Nossa Senhora de Nazaré, Grupo Assistencial Francisco de Assis, Comitê Capítulo Brasília do Programa Petrobras Jovem Aprendiz e o Mismec. Estou na ponta, trabalhando com jovens, em terapia comunitária, e tenho tido muitas dificuldades. Existe um problema enorme na educação: a escola não ensina. Encontramos muito mais do que analfabetos funcionais: eles não entendem o que lêem, o que explicamos. A mídia muitas vezes também deseduca e informa mal, e os professores estão desmotivados. A atenção deveria mudar, então, do foco sobre o jovem para esses fatores que prejudicam e provocam ruídos.

Cristiane Parente, jornalista da revista *Onda Jovem*. Ouvimos muito falar sobre como a mídia “deseduca”. Claro que, como jornalista, penso em como os jovens se vêem refletidos na mídia e na importância da educação para a mídia desde a infância. Essa importância está nos documentos do Conjuve e do Banco Mundial, mas é extremamente relevante também colocar nos estudos, como

uma perspectiva para a juventude, a possibilidade de acesso à produção de conteúdo da mídia pelo jovem, para que ele não seja apenas um receptor, mas um produtor de conteúdo. Estou realizando um trabalho na Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura que recentemente criou uma Assessoria Especial de Cidadania Audiovisual, cuja perspectiva é criar um Plano Nacional de Educação para a Mídia, em articulação com o MEC, outros parceiros governamentais e ONGs que já trabalham, e muito bem, com a questão da educação para a mídia no país. Em breve, deverá ser criado um comitê para a discussão de um plano que fique para outros governos.

Anna Penido, da CIPÓ Comunicação Interativa, em São Paulo. Em relação às TICs, é preciso fazer um alerta. O trabalho de montagem de infocentros é muito interessante, mas estamos vivendo ainda uma subutilização desses recursos. Os programas são de uma pobreza incrível. Estamos falando que a tecnologia da comunicação nas mãos da juventude pode ajudar a suprir a questão do fenômeno da invisibilidade, porque com equipamento de comunicação nas mãos o jovem pode dar visibilidade à realidade dele, às questões dele, a ele próprio. Estamos falando de comunicação nas mãos de jovens ser um instrumento de “empoderamento”, para que ele seja agente do seu desenvolvimento, do desenvolvimento da sua comunidade, de participação e de transformação. Estamos falando de que mídia nas mãos de jovens pode ser usada para educar, não para deseducar. Mas há problemas de informática dentro dos infocentros, que viram na verdade grandes *lan houses* comunitárias para jogar, para enviar *e-mail*. Os espaços são subutilizados: os programas estão em *hardware*, mas não há tecnologia para utilizá-los. É necessário, então, pensar muito melhor esses programas.

Respostas da mesa

Zezé Weiss. No relatório do Banco Mundial, partimos realmente da premissa de que temos uma zona de conforto, uma zona de entendimento comum sobre a visão de jovem e juventude na conjuntura deste início de século: tanto o Banco como o governo quanto a juventude brasileira entendem jovens como solução e como agentes de desenvolvimento, qualquer que seja a linguagem colocada em qualquer documento, inclusive no documento do Projeto Juventude, que faz parte desta documentação que vem guiando as reflexões. No Banco Mundial, nos últimos dois anos, foram feitos dois outros estudos que são complementares e aprofundam este debate. Um deles é sobre competitividade. Foi realizada uma pesquisa com os países de economia similares à do Brasil, na mesma faixa de desenvolvimento (China, Índia, México, África do Sul), em que se mostrou, em li-

nhas gerais, onde estávamos na questão da competitividade relativa a vários fatores (informação, tecnologia, comunicação, economia, educação), partindo-se de um mesmo patamar de dez ou quinze anos atrás, para verificar quais são as barreiras para o desenvolvimento das economias desses países, e onde os países estão hoje. Vemos que o único fator em que o Brasil é competitivo com outros países similares é na tecnologia da informação. Nesse fator, estamos conseguindo acompanhar o desenvolvimento do mundo. E o fator que nos deixa na linha mais baixa desta curva é a educação. O fator diferencial que está nos tirando da competitividade mundial, que está deixando para trás as oportunidades para a juventude brasileira e para as gerações futuras, é realmente a educação. Ou seja, ao se fazer uma análise dos países em desenvolvimento com condições econômicas, sociais e políticas semelhantes às nossas, a educação é o grande fator, é o diferencial. Em uma visita a escolas indígenas em um estado brasileiro, para avaliar a participação nas TICs e a disseminação da informática, todas, que eram cinco ou seis, tinham belos laboratórios, com computadores, lindas salas, mas nenhum dos projetos havia previsto a manutenção nem a capacitação da equipe que trabalharia com eles, e nenhum deles tinha condições de operar. Portanto, durante uma semana, visitei escolas e secretarias de educação, e em todas elas vi máquinas em quantidade, talvez até acima da necessidade operacional daquela comunidade, sem que, contudo, esses laboratórios pudessem ser operados, porque na composição dos projetos não se pensou em condições adequadas de capacitação, monitoramento e assistência técnica.

Miriam Abramovay. Com relação às TICs, vale lembrar que comunicação é “empoderamento”, é poder, e nesse sentido para nós elas são fundamentais.

PARTICIPAÇÃO

Perguntas e considerações dos participantes

Mateus Braga Fernandes, do Grupo Interagir, organização de juventude do Distrito Federal. Um ponto não abordado na apresentação, mas presente na pesquisa, é a participação. O Grupo Interagir, que acompanhou a primeira Conferência de Juventude e os jovens participantes, percebeu quão difícil e quão dispendioso é garantir que o jovem esteja presente e “empoderado” no momento de participar do processo de tomada de decisão, tanto do ponto de vista financeiro como do ponto de vista de tempo, de deslocamento, até chegar ao espaço de tomada de decisão. Minha pergunta vai, então, no sentido da participação. Queria ouvir da mesa algumas reflexões sobre o que é esperado des-

se movimento de juventude: qual é a expectativa que temos do movimento de juventude? Já paramos alguma vez para pensar, avaliar, pesquisar ou ter referências práticas sobre o que esse movimento de juventude quer realizar e sobre o que pode (e essa possibilidade pode ser do ponto de vista de capacidade instalada)? E, ainda, o que ele quer e o que ele pode realizar está de acordo com as nossas expectativas?

José Karajá, do Observatório de Favelas de Recife. Parece que houve uma participação bastante intensa entre os jovens na formulação dessas políticas. Há uma pretensão ou há mecanismos que permitam essa participação dos jovens na implementação, no monitoramento e na avaliação desses projetos que se seguirão após a conclusão das deliberações?

Francisco José Pereira, Zezé, da Cufa (Central Única das Favelas), Ceará.

O processo de invisibilidade do jovem negro de comunidades de baixa renda é tão complexo que, nas entidades mais progressivas dos movimentos juvenis, nota-se sua ausência nos cargos de decisão e de direção. Olhando o movimento sindical e os partidos políticos, vê-se esse mesmo processo. A preocupação é que, ao não deixarmos uma abertura de diálogo institucional para esses jovens, eles saiam dessa invisibilidade para as páginas policiais, no crime organizado e nos seqüestros, ou então apenas nos casos em que são bons jogadores de futebol ou cantores de pagode ou *rap*.

Rui Mesquita, da Fundação Kellogg no Nordeste. Os itens que talvez tenham aparecido com um pouco menos ênfase em relação aos demais são os que não fazem parte da lógica da política de compensação, que são a participação, a representação e, principalmente, a influência. Por que no relatório do Banco Mundial em que aparece um pouco desses temas eles estão em um dos últimos capítulos, com peso menor em relação às políticas compensatórias sugeridas? E por que no Conjuve não aparecem da maneira que talvez deveriam aparecer? Onde estão, então, os grupos juvenis, as organizações juvenis, o associativismo juvenil dentro da lógica da formulação do pensamento das políticas públicas para a juventude? Uso “para” porque ainda não vejo que são políticas públicas “da” juventude. É importantíssimo que seja para a juventude, mas não podemos assumir que seja “de”, pensando que está vindo da juventude (apesar das consultas, que são ações a serem aplaudidas), mas assumamos que ainda está faltando o “de” juventude. Ou, melhor, onde serão inseridos o associativismo juvenil, os grupos e as organizações juvenis; o que

eles pensam para a cidade onde vivem, para o Brasil e o mundo? Em pesquisa de mestrado, em que pesquisei grupos e organizações juvenis no Nordeste brasileiro, uma das constatações foi que a grande maioria dos grupos associativistas formados por jovens não tem como causa ou agenda o tema juventude. Eles têm outros temas como causa (meio ambiente, política, educação, saúde), não necessariamente para jovens, mas para a sociedade onde vivem como um todo. Onde entraria isso, então, no plano para juventude que estamos discutindo?

Anna Penido, da CIPÓ Comunicação Interativa, em São Paulo. É interessante a idéia do relatório do Banco Mundial do jovem como agente do desenvolvimento. Geralmente, fala-se do jovem como pessoa em desenvolvimento, mas como agente do desenvolvimento é a primeira vez que vejo formalmente colocado. Isto faz a associação do presente com o futuro, do “construindo o futuro” no presente. É muito interessante também porque, se o jovem não promover o desenvolvimento, ele será um dos maiores penalizados, porque as oportunidades só virão de fato com o desenvolvimento mais amplo, não só o econômico.

Respostas da mesa

Miriam Abramovay. Quando se pergunta o que se espera do jovem e do movimento juvenil, e o que eles podem realizar, esta é uma questão importante, porque a sociedade é muito dúbia com relação à juventude: ao mesmo tempo em que se exige muito dos jovens, vem toda a mídia, toda a imprensa, e o que aparece nela é ainda o jovem de forma negativa. Quando se fala do que se espera de movimento juvenil, a expectativa pode ser um pouco maior sobre o jovem no mercado, mas, mesmo assim, de modo geral, o jovem é visto de forma muito negativa: muitas vezes o movimento organizado é visto somente como aqueles jovens que têm participação política, e não como aqueles que têm participação em vários outros setores da nossa sociedade.

Mary Garcia Castro. Sobre o que se espera do movimento de jovem, estamos fazendo uma pesquisa em Salvador, e em pesquisa que fizemos para a Unesco, com vários pesquisadores, vimos que, nas políticas “de/para/com”, as políticas de juventude ainda são “para jovens”. Na formulação das políticas de juventude hoje, busca-se escutar os jovens em catarse, em momentos específicos – como seminários, atividades –, mas política “para”, “de” e “com” os jovens ainda é uma utopia. Eles ainda não são os atores, pois atores são partícipes, e eles ainda não o são.

Danilo Moreira. É preciso superar a visão de uma certa comparação mecânica entre a juventude de um passado e a juventude de hoje, para não submeter a juventude atual a uma estigmatização política. Diz-se que “Os jovens de ontem participavam bastante, e os de hoje estão por fora, são alienados”. Ou seja, muitas vezes analisa-se a juventude de hoje com o espelho retrovisor da juventude da década de 1960. Essa geração atual, pelo contrário, deu diversas demonstrações de capacidade de participação política e de renovação de métodos de participação. Hoje, podemos dar vários exemplos de participação da juventude, como o Fórum Social Mundial, como a vitalidade e a organização de vários movimentos de juventude históricos (como o movimento estudantil), as novas formas de participação (como o *hip-hop* e as redes juvenis), a participação política na história recente do país. Então, há que se trabalhar pelo fim da estigmatização desta geração atual. É preciso, em suma, haver uma valorização e um reconhecimento da participação juvenil hoje. Além disso, outro ponto na discussão é que o próprio movimento juvenil deveria se fazer a pergunta sobre sua participação. Alguém aqui disse que os movimentos juvenis muitas vezes não se reconhecem e não trabalham nem atuam de maneira solidária e conjunta em torno dos temas relacionados à juventude, há uma dificuldade de estabelecer agenda em comum entre eles. Isso é um desafio para o movimento. Sobre este tema, do ponto de vista do governo, a palavra-chave é autonomia. O governo deve respeitar a autonomia e os movimentos devem exercitá-la. Em minha opinião, os movimentos juvenis têm de exercitar sua autonomia não só perante os governos, mas diante da iniciativa privada, das fundações e dos organismos internacionais. Do ponto de vista institucional/governamental, consideramos importante que haja canais de participação e diálogo. O Conselho é um canal importantíssimo, e os principais movimentos estão lá, contribuindo na sua diversidade. Um passo adiante na participação é a realização da Conferência Nacional de Juventude, que deve ocorrer em abril de 2008. É um processo longo, de participação ampla, de escuta e de diálogo com a sociedade, e que fundamentalmente terá a participação jovem. Não será uma experiência exclusivamente jovem; o chamado, a convocatória, a linguagem são voltados à juventude, mas a política de juventudes não se faz somente com o jovem, porém reconhecendo o jovem como segmento importante.

Zezé Weiss. O Banco tem uma visão um pouco diferenciada da do Conjuve com relação a como investir ou como ampliar os espaços de participação de juventude, embora haja uma convergência muito grande entre os dois. No meio dessas duas visões, há o Estado brasileiro. Ele começou tarde nesse investimento, quando vários países já tinham iniciado suas políticas para juventude. Além dis-

so, o investimento em política de juventude no Brasil ainda é pouco, se comparado a outros setores, mas é um dos maiores da América Latina. O Brasil entrou atrasado, mas com possibilidade de construir um bom paradigma, uma política de juventude inclusiva, que permita a todos os segmentos de juventude dar a sua contribuição.

Elen Linth Marques Dantas. Não é possível pensar na participação sem pensar em autonomia e emancipação. Ela foi o eixo transversal de todo o nosso documento. Fico em dúvida se é possível falar em um movimento juvenil, porque são vários, diversos e heterogêneos em método, em público, em caráter, em abrangência e em complexidade. Ontem, no Conselho, estávamos discutindo como categorizar e conceituar, por exemplo, os movimentos juvenis e as redes juvenis. Tudo isso está em debate, em construção, e estamos trabalhando melhor as questões.

178



DIVERSIDADE

Perguntas e considerações dos participantes

Fábio Meirelles, da Escola de Gente Comunicação e Inclusão, do Rio de Janeiro. Acredito que o Conjuve deu três passos à frente com relação à diversidade quando incluiu no documento o fato de que não é possível criar uma hierarquia entre as desigualdades que são fruto das relações de gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiência, local ou região de moradia, e quando levou em consideração que todas essas condições geram desfavorecimento dos jovens no acesso a bens materiais e simbólicos. Está traduzido no documento do Conjuve que a juventude brasileira é a juventude da diversidade, pois se fala em sexo, nacionalidade, local de moradia, cor de pele, etnia, classe social, possuir ou não algum tipo de deficiência. Mas quanto isso também está traduzido com esse enfoque no relatório do Banco Mundial? E podemos continuar dizendo que essa característica, essa especificidade da diversidade, é nossa, do Brasil? Além disso, falou-se muito em juventude com deficiência. Mas quando implementaremos na prática esse “ouvir a juventude com deficiência”, esse direito à participação dos jovens com deficiência? Neste seminário, não houve intérprete de língua de sinais, o material do evento não está em áudio ou braile, não há rampas de acesso nem banheiros adaptados que garantam direito à circulação, o site do evento não é acessível a programa de leitura de voz por jovens cegos. Até quando vamos desrespeitar alguns decretos e leis federais que garantem esse direito a jovens com deficiência?

Respostas da mesa

Miriam Abramovay. Quanto à questão da diversidade, há uma diferença entre o documento do Conjuve e do Banco Mundial, se bem que chamei a atenção para o fato de que o Banco Mundial toca a questão de raça e fala muito na questão de gênero. Um enfoque tão aguçado, chamando a atenção sobre a questão da diversidade, é uma característica do documento do Conjuve, que usa a premissa de que é preciso partir da diversidade para todo tipo de política, projeto ou programa.

Zezé Weiss. Não faz parte de nossa cultura garantir, na prática, o que a nossa legislação e os nossos tratados nacionais e internacionais já asseguraram na legislação, como, por exemplo, a questão do desenvolvimento inclusivo. Um exemplo é que trouxemos para a nossa sede uma pessoa de alto escalão da área de desenvolvimento inclusivo do Banco Mundial e, ao chegar ao andar da diretoria, quando precisou ir ao banheiro, não havia na sede do Banco, para nossa diretora da área, um banheiro que permitisse a entrada de uma cadeira de rodas. É, então, uma questão de reaprendizado, e isso acontece na vida de todos nós, é uma questão de mudar a estrutura cultural e de investir principalmente em disseminação de conhecimento.

Elen Linth Marques Dantas. No documento do Conjuve, a dimensão de desenvolvimento integral remete à questão da diversidade: não discutimos diversidade de modo isolado das discussões de especificidades nem das discussões de questões estruturais. Pensamos a diversidade dentro da questão da vida segura (no sentido de respeito aos direitos humanos, lembrando de todos os documentos dos quais o Brasil é signatário) e pensamos na valorização dessa diversidade, tendo claro que, ao falarmos de diversidade, também discutimos desigualdade social, distribuição de renda, divisão de classes, diversidade étnico-racial, pessoa com deficiência, diversidade religiosa, de gênero, sexual, no campo e na cidade. Não há como discutir diversidade sem falar nessas questões. E tentamos fazer uma articulação para que esta diversidade não tivesse apenas a discussão do ponto de vista de pensar somente políticas específicas, nem somente políticas emergenciais, mas políticas específicas articuladas com políticas estruturais. Tudo tem de estar muito bem casado quando se pensa em política nacional de juventude.

ATUAÇÃO CONJUNTA

Perguntas e considerações dos participantes

Eduardo Lago Filho, do Instituto Cidadania Empresarial do Maranhão. Com relação às iniciativas de capacitação de jovens, o que vemos é que o poder público, o terceiro setor e a iniciativa privada sempre têm iniciativas, mas há sobreposição dessas iniciativas: pude constatar em determinado bairro carente que, na mesma rua, havia três ou quatro projetos de capacitação de jovens que não se conheciam, fazendo a mesma coisa e, muitas vezes, concorrendo pelos mesmos recursos. É preciso que haja um entendimento, porque existem organizações com trinta ou quarenta anos que fazem trabalhos fantásticos, passando por dificuldades, mas o poder público inicia um novo projeto, com recursos abundantes, sem olhar os projetos que já existem e que são acreditados pela comunidade. Esse é um trabalho que estamos tentando fazer no Instituto do Maranhão. Outra questão a ser mencionada é o papel da iniciativa privada. Nós, da iniciativa privada, temos obrigação de fazer uma cobrança participativa – não só cobrar do poder público, mas também colaborar para as soluções dos problemas apontados, zelando tanto pela transparência da aplicação dos recursos nos projetos públicos como pelo acompanhamento dos indicadores.

Fernando Alves, da Rede Cidadã, em Belo Horizonte. Gostei demais de trazer de volta a idéia de que juventude é tempo presente – para mim foi o conceito mais forte e mais impactante. Não há conversa fiada de futuro; temos de tratar disso agora. Gostaria de deixar o registro do desejo de, por meio do Conjuve, fazer um trabalho de coordenação e articulação, encarando o desafio da complementaridade. Talvez esteja aí um nó: temos de ser complementares, e qualquer política pública precisa ser elaborada e fomentada sob o viés da complementaridade. É preciso, portanto, que empresários, terceiro setor e governo sejam complementares, rompendo definitivamente a competição que às vezes é desavisada e desatenta – nem intencional, mas desatenta. A complementaridade é chave nesse processo.

Anna Penido, da CIPÓ Comunicação Interativa, em São Paulo. Em relação à fragmentação dos vários programas que são feitos sem estarem dentro de um guarda-chuva de políticas estratégicas, seja do Estado, das empresas ou das ONGs – ou seja, cada qual com seu projeto e seu programa –, existe aqui um desafio para as entidades promotoras desse seminário, que é o de fazer com que essas várias redes possam fazer coisas comuns, inter e intra-redes.

Referências bibliográficas

Básicas

Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. Conselho Nacional de Juventude, Brasília, 2006.

Relatório de desenvolvimento mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração. Banco Mundial, Washington, 2007.

Complementares

ABAD, Miguel. "Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil". In: *Ultima Decada*, Viña del Mar: Cidpa, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; LIMA, Fabiano; PINHEIRO, Leonardo; RODRÍGUEZ, Ernesto. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CARDOSO JR., José Celso et al. Longa caminhada, fôlego curto: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude. In: *Texto para discussão 1224*, Brasília: Ipea, 2006.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas, acessando gênero e raça na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANUCCI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.

DICIONÁRIO enciclopédico ilustrado Veja Larousse. São Paulo: Abril, 2006.

FÓRUM 21, The European Journal on Youth Policy. Disponível em: <<http://www.coe.int/youth/forum21>>. Acesso em: 11 out. 2007.

JIMENEZ, Laura; LLOPART, Ingrid. *Las políticas de juventud como políticas publicas*. Madrid: Uned, 2006.

LIDERAZGOS para el desarrollo sostenible en América Latina. *Informe Anual 2005*, Fundação Avina, 2006.

PERLMAN, Janice E.; ANTHONY, Sarah E. *Citizenship and youth in the favelas of Rio de Janeiro*. Background paper for WDR 2007, 2006.

PONCE DE LEON, Alessandro Lutfy. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*, no prelo em 2007.

RODRÍGUES, Ernesto. *Una perspectiva generacional para las políticas públicas: aportes técnicos para el diseño del libro blanco sobre políticas públicas de juventud en Iberoamérica*. Madrid: OIJ, 2002.

SILVA, Ana Amélia; CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Política nacional de trabalho para a juventude em sua primeira infância: notas para uma avaliação preliminar sobre o programa primeiro emprego (2003-2007). *Res Pvblica, Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental*, Brasília, v. 5, n. 2, jul./dez. 2006.

SÍNTESE de indicadores preliminares do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Relatório parcial em apresentação ppt. nov. 2006.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003.

Sites úteis

Legislação, principais órgãos do governo, programas, políticas e instituições não-governamentais citados nesta publicação, em ordem alfabética, por país.

183

Argentina

Proempleo

www.proempleo.org

Programa Trabajar info.worldbank.org/etools/docs/library/78802/Fall%202002/elearning/fall2002/proceedings/pdfppt/trabajarrev.pdf

Bangladesh

Comitê de Desenvolvimento Rural e Programa para Crianças sem Privilégios

southasia.oneworld.net/contact/company/view/9468

Brasil

Cartilha Diversidade Religiosa e Direitos Humanos

www.mj.gov.br/sedh/ct/cartilha_port_esp.htm

Confederação Nacional do Comércio (CNC)

www.portaldocomercio.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

www.cni.org.br

Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Cons/conjuve/integra_view

Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente

www.condeca.sp.gov.br/relatorio01.asp

Consolidação das Leis do Trabalho

www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.html

Consórcio Social da Juventude

www.mte.gov.br/pnpe/juventude.asp

Consórcio Social da Juventude Rural

www.creditofundiario.org.br/comunicacao/one-entry?entry_id=68286

Constituição Federal
www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

Delegacia de Defesa da Mulher
www.cidadao.sp.gov.br/servicos_final.php?cod_servico=1715

Delegacias Regionais do Trabalho
www.mte.gov.br

Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude
www.juventudeetrabalho.org.br/novo/down/relatorioavaliacao20032004.doc

Doutrina da Proteção Integral
www.direitosocial.com.br/download/prot_integral.pdf

Estatuto da Criança e do Adolescente
www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8069.htm

Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funceb)
www.funceb.org.br

Fundo de Amparo ao Trabalhador
www.bndes.gov.br/empresa/fundos/fat/default.asp

Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger)
www.mte.gov.br/codefat/leg_assunto_funproger.asp

Fundo de Aval às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte (Fampe)
www.sebrae-sc.com.br/credito/default.asp?vcdtexto=4538&%5E%5E

Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico (Fundeb)
portal.mec.gov.br/seb/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3271

Geração de Emprego e Renda
www.mte.gov.br/proger/default.asp

Grupo Cultural Afro-Reggae
www.afroreggae.org.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
www.ibge.gov.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
www.ipea.gov.br

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
www.inss.gov.br

Lei do Aprendiz
www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L10097.htm

Ministério da Defesa
www.defesa.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
www.mda.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
www.mds.gov.br

Ministério da Educação
portal.mec.gov.br

Ministério Público do Trabalho
www.pgt.mpt.gov.br/pgtgc

Ministério do Trabalho e Emprego
www.mte.gov.br

Nossa Primeira Terra
www.creditofundiario.org.br/comunicacao/one-entry?entry%5fid=71573

Política de Atenção ao Usuário de Álcool e Outras Drogas
portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=24141&janela=1

Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (Documento do Conjuve)
www.agenciaraizes.com/seminariojuventude/docs/Conjuve_2006.pdf

Política Nacional de Promoção da Saúde
bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/portaria687_2006_anexo1.pdf

Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor)
www.mte.gov.br/legislacao/resolucoes/1998/r_19980923_194.asp

Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência
www.ccs.saude.gov.br/sociedadeviva/itinerancia/campogrande/politica_nacional_de_reducao_da_morbimortalidade_por_acidentes_e_violencias.pdf

Portal Sou de Atitude
www.soudeatitude.org.br

Programa Abrindo Espaços
www.unesco.org.br/areas/dsocial/destaques/progabriendoospacos/index_html/mostra_documento

Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext)
portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=442&Itemid=303

Programa Bolsa Família
www.mds.gov.br/programas/transferencia-de-renda/programa-bolsa-familia

Programa Brasil Alfabetizado
www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=brasil_alfabetizado.html

Programa Cultura Viva
www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva

Programa de Desmobilização de Militar Temporário
www.funceb.org.br/projetos/projetosoldadocidadao.html

Programa de Diversidade na Universidade
www.unesco.org.br/areas/educacao/areastematicas/ensuperior/progdivuniv/mostra_documento

Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)
www.paulofreire.org/eja.htm

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)
www.mds.gov.br/ascom/peti/peti.htm

Programa Escola Aberta
www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=escola_aberta.html

Programa Escola de Fábrica
portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=589&Itemid=724

Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica (Poupança-Escola)
www.camara.gov.br/sileg/integras/408901.pdf

Programa Jovem Empreendedor
www.sebrae.com.br/br/programaseprojetos/programaseprojetos_1945.asp

Programa Juventude Cidadã
www.juventude.org.br

Programa Nacional de Crédito Fundiário
www.creditofundiario.org.br

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)
www.mte.gov.br/pnpe/default.asp

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)
www.projovem.gov.br

Programa Primeiro Emprego
www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/primeiroemprego.htm

Programa Pró-Equidade de Gênero
200.130.7.5/spmu/docs/folheto_pro-equidade.pdf

Programa Soldado Cidadão
www.funceb.org.br/soldadocidadao

Programa Universidade para Todos (Prouni)
prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm

Programa Valorização de Iniciativas Culturais (Vai)
www6.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/vai/0001

Projeto Agente Jovem
www.sine.pr.gov.br/setp/assissocial/progFederais

Projeto Jovem Empreendedor
www.pa.sebrae.com.br/sessoes/header/programas/programas_jemp.asp

Projeto Rondon
www.ufrgs.br/projetorondon

Pronaf Jovem
www.pronaf.gov.br/plano_safra/2003_04/pl_linhas.htm

Rede Nacional de Organizações da Juventude (Renaju)
www.redejuvenil.org.br

Relatório de desenvolvimento mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração. Banco Mundial, Washington, 2007
www.agenciaraizes.com/seminariojuventude/docs/World_Development_Report_2007.pdf

Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
www.mj.gov.br/sedh/ct/cartilha_port_esp.htm

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)
www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm

Secretaria-Geral da Presidência da República
www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral

Secretaria Nacional de Juventude
www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm

Selo de Responsabilidade Social
www.responsabilidadesocial.com/institucional/institucional_view.php?id=3

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
www.sebrae.com.br/br/home/index.asp

Serviço Civil Voluntário (SCV)
www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/scv/scv.htm

Serviço Militar Inicial
www.exercito.gov.br/06OMs/Diretori/dsm/indice.htm

Serviço Militar Obrigatório
www.defesa.gov.br/servico_militar/index.php?page=historico_servico_militar

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)
www.senac.br

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)
www.conexaoaprendiz.org.br/infouteis/orgcertificadoras/sescoop.php

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)
www.senai.br/br/home/index.aspx

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)
www.senar.org.br/index.asp?wi=1024&he=768

Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat)
www.sestsenat.org.br

Serviço Único de Saúde (SUS)
dtr2004.saude.gov.br/susdeaz

Sistema Nacional de Emprego
www.mte.gov.br/sine/default.asp

Sistema Público de Emprego
www.mte.gov.br/spetr/default.asp

Softex (Excellence in Software)
www.softex.br/portal/_home/default.asp

Terra Negra Brasil

www.creditofundiario.org.br/principal/Terranegra

Trabalho Interministerial

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10864.htm

Viva Rio

www.vivario.org.br

Vozes Jovens

www.unesco.org.br/noticias/opinioa/index/index_2004/vozes_jovens/mostra_documento

Chile

Chile Joven

www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/exp/observa/chi/chi_jov.htm

Chile se Compromete con los Jóvenes

www.mideplan.cl/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_3.pdf

Corporación de Fomento de la Producción (Corfo)

www.corfo.cl

Instituto Nacional de la Juventud (Injuv)

www.injuv.gob.cl

Programa Enlaces

www.enlaces.cl

Programa Un Techo para Chile

www.untechoparachile.cl

Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (Sence)

www.sence.cl

Colômbia

Serviço Nacional de Aprendizagem (Sena)

www.sena.edu.co/portal

Sistema Tutorial de Aprendizagem

www.satcolombia.com

Equador

Human Development Bond Project (BDH)

web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK=64283627&piPK=73230&theSitePK=40941&menuPK=228424&Projectid=P098167

Estados Unidos

Programa Big Brother-Big Sister

www.volunteersolutions.org/uwnyc/org/opp/957864.html

Programa Lion's Quest

www.lions-quest.org

U.S. Job Corps

jobcorps.dol.gov

França

Contract Première Embauche (CPE)

www.ambafrance-au.org/article.php3?id_article=1569

Guatemala

Programa Hogares Comunitários

www.ifpri.org/spanish/pubs/ib/ib9sp_guatemala.pdf

Haiti

Aldeia Global
www.haitiglobalvillage.com

Hungria

Salva Vita Foundation
www.salvavita.hu

Índia

ONG Pratham
www.prathamusa.org

Inglaterra

Esquema de Trabalhadores Sazonais do Reino Unido
www.employingmigrantworkers.org.uk

Jamaica

Centro de Mulheres
www.fhi.org/en/Youth/YouthNet/Publications/FOCUS/ProjectHighlights/womenscentrejamaica.htm

Mauritânia

World Links
www.world-links.org/en/countries/alumni/mauritania.html

México

Instituto Nacional de Educação de Adultos (Inea)
www.e-mexico.gob.mx/wb2/eMex/eMex_INEA

Programa Oportunidades
www.oportunidades.gob.mx

Progresas
www.ifpri.org/pubs/ib/ib6.pdf

Telesecundária
ciberhabitat.gob.mx/escuela/alumnos/telesec

Universidad TecMilênio
www.tecmilenio.edu.mx

Peru

Colectivo Integral de Desarrollo
www.cid.org.pe/default.php

Projovent Perú
www.projovent.gob.pe/

Rússia

Parlamento Jovem de Ryazan
www.molparlament.ryazan.ru

Senegal

Agence pour l'Execution de Travaux d'Interet Public contre le Sous-Emploi (Agetip)
www.worldbank.org/afr/dakar98/successe.htm#b1

Suécia

Equipe Nacional para Assuntos Juvenis
www.ungdomsstyrelsen.se/kat/0,2070,7,00.html

Uganda

World Links

www.world-links.org/en/countries/alumni/uganda.html

Vários países

Entra 21

www.iyfnet.org/document.cfm/39/554

Fórum Juvenil Europeu

www.youthforum.org

Fórum Juvenil Latino-Americano

www.joveneslac.org

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

www.unicef.org

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)

www.oecd.org

Parlamento Africano Jovem

www.ayparliament.org/

Programa Jóvenes de America Latina

www.bancomundial.org/empleos/yp.htm

Programa Make a Connection

www.nokia.com/A4254327

Programme for International Student Assessment (Pisa)

www.pisa.oecd.org

Proyecto Joven (Argentina, Chile, Peru e Uruguai)

www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/exp/arg/pro_jov/index.htm

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

www.unesco.org

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

www.ilo.org/global/lang-en/index.htm

Redes Jovenes

www.redessjovenes.org

Youth Employment Network

www.ilo.org/global/lang-en/index.htm

Vietnã

Lei dos Jovens

www.itpc.hochiminhcity.gov.vn/en/business_news/vietnam_legend_update/Full%20Text/folder.2006-06-14.7979682921/2005_12_09a

Plano Mestre

www.asia-oss.org/march2004/hanoi_presentation/mp_oss_v.html

